

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
UFF – MESTRADO

ANDRÉ LUIZ DA SILVA SOBRINHO

**“JOVENS DE PROJETOS” NAS ONGS:
OLHARES E VIVÊNCIAS ENTRE O ENGAJAMENTO POLÍTICO E
O TRABALHO NO “SOCIAL”.**

NITERÓI

2012

ANDRÉ LUIZ DA SILVA SOBRINHO

**“JOVENS DE PROJETOS” NAS ONGS:
OLHARES E VIVÊNCIAS ENTRE O ENGAJAMENTO POLÍTICO E
O TRABALHO NO “SOCIAL”.**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Confluência: Diversidade, Desigualdades Sociais e Educação (DDSE).

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Rodrigues Carrano

Coorientadora: Prof^a Dr^a. Lívia de Tommasi

NITERÓI

2012

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

S586 Silva Sobrinho, André Luiz da.
“Jovens de Projetos” nas ONGs: olhares e vivências entre o
engajamento político e o trabalho no “social” / André Luiz da
Silva Sobrinho. – 2012.
114 f.
Orientador: Paulo César Rodrigues Carrano.
Coorientador: Lívia de Tommasi.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense,
Faculdade de Educação, 2012.
Bibliografia: f. 108-114.

1. Juventude. 2. Projeto social. 3. Organização não
governamental. I. Carrano, Paulo César Rodrigues.
II. Universidade Federal Fluminense. Faculdade de Educação.
III. Título.

CDD 305.230981



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Programa de Pós-Graduação em Educação

N.º: 945

Ata da defesa de Dissertação do mestrando ANDRÉ LUIZ DA SILVA SOBRINHO na forma que se segue:

Aos oito dias do mês de agosto de dois mil e doze, às catorze horas e trinta minutos, na sala 540C - bloco D da Faculdade de Educação do Campus do Gragoatá instalou-se a banca de defesa de Dissertação do mestrando ANDRÉ LUIZ DA SILVA SOBRINHO, formada pelos seguintes Professores Doutores: PAULO CÉSAR CARRANO (Presidente/UFF), LÍVIA DE TOMMASI (UFF), JORGE LUIZ CARDOSO LYRA DA FONSECA (UFPE) e ELIONALDO JULIÃO (UFF). Abertos os trabalhos, o presidente da banca passou a palavra ao mestrando para que expusesse oralmente o seu trabalho intitulado "JOVENS DE PROJETOS' NAS ONGs: OLHARES E VIVÊNCIAS ENTRE O ENGAJAMENTO POLÍTICO E O TRABALHO NO 'SOCIAL' ". Feita a exposição, o presidente da banca passou a palavra aos outros membros para que arguissem o mestrando, para a seguir também comentar o trabalho e as observações feitas pelas professoras que o antecederam. Feitos os comentários e arguições, a banca se reuniu e emitiu o seguinte parecer: A prova a dissertação comprovou a relevância do problema de investigação para o campo educacional e os grupos de Jovens de Destaca, especialmente a dimensão crítica do trabalho e o exercício de produção de pesquisa ANCORADA EM REFERÊNCIAS TEÓRICAS METODOLÓGICAS CONSISTENTES.

A banca recomenda que se publique o trabalho em revistas qualificadas.

Nada mais havendo, foram encerrados os trabalhos e lavrei a ata que vai por mim assinada e pelos membros da banca. Niterói, 08 de agosto de 2012.

PAULO CÉSAR CARRANO (Presidente - UFF)

LÍVIA DE TOMMASI (UFF)

JORGE LUIZ CARDOSO LYRA DA FONSECA (UFPE)

ELIONALDO JULIÃO (UFF)

Agradecimentos:

“A Amizade é um amor que nunca morre”
Mário Quintana.

São muitos para agradecer. Companheiros e companheiras de vida. Pessoas que geram movimentos, que fazem dar sentido a este trabalho de pesquisa e a tantas vivências e práticas. Tenho um profundo agradecimento por me permitirem testemunhar e compor coletivamente desejos, sonhos e possibilidades de realização.

A minha família – meus queridos irmãos Ana Claudia e Mario Sérgio, sobrinhos, tios e primos pelo respeito e afeto recebido. Em especial a minha mãe, Ildete Mendes, lição de humanidade e sensibilidade e minha avó Maria, saudosa fonte de sabedoria.

Aos jovens e profissionais do Canto Jovem, com quem compartilhei tantos sonhos e colhi muitos aprendizados durante praticamente toda a minha juventude: Rita Mendonça, Edileuza Roque, Leila Maranhão, Cecília Fonseca, Daniel Valença, Divaneide Basílio e Jenair Alves.

Aos sonhadores e ousados educadores e jovens que espalhados pelo Brasil, fizeram de muitos encontros, mais do que um espaço-tempo de convivência, um chamamento à vida: Ricardo Castro, Jorge Lyra, Teresa de Arruda Campos, Claudia Ribeiro, Leonel Luz e Ieda Marília Dias.

Aos amigos e parentes que me acolheram na cidade do Rio de Janeiro, fiadores afetivos de minha permanência nesta cidade: Julia Zanneti, Larissa Spinelli, Mônica Sacramento, Marcos Nascimento. As tias, Florípes e Nazaré e os primos, Deca, Anísia, Duvalle.

Aos amigos novos que surgiram na experiência vigorosa de trabalho pelas ruas, becos e vielas de favelas cariocas. Em especial, Samuel Lima, Maria Isabel Couto e Igor Pantoja. Aos coordenadores que conduzem esta experiência, pela compreensão nos ajustes do tempo, pelos aprendizados

compartilhados e pela confiança: Ricardo Henriques, Tiago Borba e Vinicius Gentil.

Aos colegas do Observatório Jovem da Faculdade de Educação da UFF pelas ricas contribuições nos encontros de orientação coletiva: Ana Karina Brenner, Monica Sacramento, Mariana Britto, Nádia Falcão, Cleidy Nicodemos, Nilza Alves e Elionaldo Julião.

A Camila Leite, companheira que compartilha as aspirações e inspirações, nas conversas sobre formas de ver e estar no mundo. Seu olhar atento, energia e fé foram como combustíveis que permitiram a conclusão da escrita desta dissertação.

Aos meus queridos orientadores: Paulo Carrano, pelas conversas inspiradoras, pela paciência, leveza, humor e confiança que pautou a relação entre orientador e orientando; e Lívia de Tommasi, pela atenção na feitura deste trabalho e pelas reflexões e debates sempre “quentes” que permitiram aquecer as ideias.

Por fim, aos quatro jovens que se dispuseram a compartilhar suas histórias, sentimentos e percepções nesta pesquisa. Foi de fato um privilégio tê-los nesta interlocução. A convivência reportou-me aos tantos jovens que cruzaram minha trajetória pessoal e profissional e que com suas realidades, me fazem sentir um eterno aprendiz.

RESUMO:

SOBRINHO, André. “Jovens de projetos” nas ONGs: Olhares e vivências entre o engajamento político e o trabalho no “social”. Orientador: Paulo César Rodrigues Carrano. Co-Orientadora: Lívia de Tommasi. Niterói-RJ/ UFF. 08/08/2012. Dissertação (Mestrado em Educação) 114 páginas. **Campo de Confluência:** Diversidade, Desigualdades Sociais e Educação; **Linha de Pesquisa:** Práticas sociais e educativas de jovens e adultos. Este trabalho problematiza a condição dos “jovens de projeto”. Esta alcunha vem sendo frequentemente proferida em debates que tratam do engajamento político juvenil e muito associada a programas e projetos realizados por Organizações Não-Governamentais (ONGs). Se por um lado, os investimentos direcionados aos jovens por estas instituições estão contornados pela retórica da participação e da cidadania, por outro, é fundamental compreender o modo como os próprios jovens traçam seus percursos biográficos em relação as suas experiências vividas nos projetos sociais de ONGs. A pesquisa descreve um breve panorama dos tipos de práticas dessas organizações, e de modo mais particular, as vivências de quatro jovens residentes em favelas da cidade do Rio de Janeiro, que participaram de diferentes projetos sociais. Além de recuperar noções de alguns pesquisadores que tratam da expressão “jovens de projeto”, foram utilizadas como estratégias metodológicas, entrevistas semiestruturadas e observação de atividades conduzidas pelos jovens. Os resultados indicam o quanto a busca por sustentabilidade imprimiu uma lógica operativa e produtiva de ONGs, que impacta a participação dos jovens nos projetos. Nesse sentido, expõe-se a multiplicidade de funções que os jovens assumem, tornando imprecisos os papéis que desempenham. A partir das narrativas, foi possível distinguir três categorias de análise que organizam o entendimento sobre as práticas e as vivências dos “jovens de projeto”: transitam entre ser “público alvo”, “engajados em temáticas ou causas específicas” e “trabalhadores” de um mercado do “social”.

PALAVRAS-CHAVE: JUVENTUDE, PROJETOS SOCIAIS, ONGs.

SUMÁRIO

Introdução	08
1. Referencial teórico metodológico e o campo da pesquisa	16
1.1. Orientações teóricas e metodológicas.....	16
1.2. Caracterização do campo	24
1.2.1 ONGs e Juventude.....	27
1.2.2. Os jovens da pesquisa	30
2. Jovens “público alvo” dos projetos	40
2.1. Por que os jovens moradores das favelas?	40
2.2. A entrada dos jovens nos projetos	43
2.3. Os investimentos dos projetos das ONGs na formação dos jovens	46
2.4. Jovens multiplicadores.....	51
2.5. Questões para debate.....	54
3. Jovens “engajados” nos projetos	60
3.1. Panorama nos estudos brasileiros sobre a relação juventude e engajamento político	61
3.2. A experiência dos jovens nos projetos sociais é engajamento?	67
3.3. Por que estes jovens atuam em ONGs?	75
3.4. Críticas dos jovens ao <i>campo</i> das ONGs.....	80
3.5. Questões para debate.....	82
4. Jovens “trabalhadores” dos projetos	86
4.1. Redes de relacionamento	87
4.2. Trabalho remunerado.....	88
4.3. Habilidades valorizadas	90
4.4. Sazonalidade no/do trabalho.....	91
4.5. Carreira.....	93
4.6. Sentidos do trabalho	98
4.7. Questões para debate.....	99
4.7.1. Um “novo” mercado	99
4.7.2. Empreendedorismo juvenil.....	102
5. Últimas considerações	104
6. Referências bibliográficas	108

INTRODUÇÃO

“Pelo que eu tenho caminhado e ouvido, fico com a impressão de que nós fazemos a história que nos faz”

(Eduardo Galeano).

Escrever uma dissertação é mais do que produzir um texto que exponha os resultados de uma pesquisa acadêmica. É também contar uma história. Contar uma história é tanto mais instigante para o pesquisador, quanto maior for sua implicação na história que se propõe dissertar. As perguntas que me desafiaram a investigar trajetórias juvenis em projetos sociais de Organizações Não Governamentais (ONGs) surgiram da minha própria implicação pessoal no tema.

Entrei em uma ONG ainda adolescente, na segunda metade da década de 90, a partir da oferta de um projeto na escola pública na qual estudava. Localizada na cidade de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte, a organização tinha como missão contribuir com a participação de adolescentes e jovens, baseada nos princípios de uma “cultura de direitos”. O engajamento nas atividades foi abrindo oportunidades para um maior envolvimento na programação dos outros projetos da organização, fato que foi consolidando escolhas pessoais e profissionais de atuação no campo das ONGs. Assim, no decorrer da minha trajetória dentro desta instituição, passei a coordenar projetos sociais nas temáticas de saúde, sexualidade e de fomento à participação de jovens em espaços políticos. Na interface com as ações pedagógicas, vivi um conjunto de situações de interação junto com outros jovens e profissionais. Por meio destas interações, nos espaços comuns e encontros propostos, fui construindo percepções, olhares e leituras sobre as distintas realidades.

Com o tempo, passei a atuar também na gestão da organização e comecei a participar de redes locais e nacionais de articulação de ONGs e projetos sociais direcionados aos jovens. O que me possibilitou compreender o universo heterogêneo das práticas, que no senso comum, acabam se situando sob o

mesmo guarda-chuva de “projeto social” e enquadrando-se sob a mesma nomeação institucional “ONG”.

Os debates internos, de avaliação das ações educativas da organização em Natal, me levaram a escrever a monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais, intitulada *ONGs e Juventudes: tensões entre a intenção e a prática* na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Já no final da década de 2000, encerrando um ciclo de participação nesta ONG, foram surgindo motivações para amadurecer os aprendizados surgidos da interação com os jovens participantes dos projetos sociais.

Neste sentido, acompanhei, também durante a década de 2000, os avanços e retrocessos das questões em torno das Políticas Públicas de Juventude. Já no final da década, tornei-me membro do Conselho Nacional de Juventude. A experiência foi significativa, na medida em que, encontrei um universo muito específico de relações entre jovens vinculados a diferentes institucionalidades. Apesar de já ter vivido isso em escala local, a experiência na escala nacional provocou novas reflexões.

A oportunidade de convivência com os jovens conselheiros me permitiu criar parâmetros comparativos entre os que tinham trajetória em ONGs; os mais vinculados aos partidos políticos; aos movimentos estudantis e culturais ou até aqueles que participavam de todas essas institucionalidades e grupos ao mesmo tempo.

Concomitante com a participação no Conselho Nacional de Juventude, a entrada no mestrado me instigou a levantar novas e mais questões sobre as relações dos jovens com estas institucionalidades. Inquietava-me, em especial, as contradições da relação dos jovens com as ONGs e, portanto, o desafio era me aventurar ao exercício de estranhamento, do que afinal para mim, também era familiar.

“Não se trata da excitação de encontrar o totalmente novo, e sim da excitação de assistir à transformação do sentido daquilo que lhe é familiar. O fascínio da sociologia está no fato de que sua perspectiva nos leva a ver sob nova luz o próprio mundo em que todos vivemos. Isto também constitui uma

transformação da consciência (...). A realidade social apresenta-se como possuidora de muitos níveis de significados. A descoberta de cada nível modifica a percepção do todo". (Berguer, 2002: 31)

É neste contexto que surge a interrogação fundamental deste trabalho de pesquisa: quais os contratempos ou desencaixes entre o que é vivido pelos jovens nas suas experiências sociais concretas com o que é proposto no âmbito dos projetos sociais das ONGs?

Monitores juvenis ou Educadores de pares... Empreendedores Sociais... Protagonistas... Multiplicadores... Articuladores locais... Dinamizadores ou agentes culturais... Essas são algumas denominações pelas quais se identifica os jovens que participam de projetos sociais de ONGs. Essas diferentes nomeações são mais do que formas de rotular: parecem conter expectativas que delineiam perfis de atuação, orientam um *fazer* dos jovens e os posicionam em uma relação específica com as práticas sociais, políticas, educativas e/ou culturais sugeridas pelas organizações.

Se em um passado recente, tínhamos *jovens do Movimento Estudantil* (por vezes suprimido enquanto *jovens*, para dar destaque à categoria estudante); *jovens das pastorais*, ligadas aos movimentos religiosos da igreja católica; *jovens de partido* etc. hoje se apresentam também os "jovens de projeto", que em geral, são ligados as ONGs.

Importante ressaltar que a condição de "jovens de projeto" vem sendo objeto de reflexão de diversos pesquisadores (Mary Castro, *et alli*, 2001; Novaes 2006; Almeida & Eugenio, 2006; Cechetto, 2006; Souza, 2009) que, atendendo objetivos analíticos específicos, retratam realidades presentes na vida de uma parcela bastante significativa de jovens pobres no Brasil, especialmente, os residentes de territórios populares. Transformada em categoria conceitual, na interação entre as práticas e as reflexões, a ideia de "jovens de projeto" vem exercendo um efeito discursivo e sintético, e por vezes, autoexplicativo.

A seguir, destaco questões que julgo fundamentais, levantadas por alguns destes pesquisadores, como ponto de partida para as reflexões da pesquisa

aqui apresentada. Novaes (2006) no livro *Culturas Jovens: novos mapas do afeto* apresenta a categoria “Jovens de projeto”. Aponta-os na perspectiva da mobilização e participação dos jovens na atualidade, destacando a rede de relações que se criou entre ONGs e seus projetos nos territórios populares, tendo em vista o desenvolvimento local das comunidades. Em síntese, a autora indica quatro pontos que caracteriza os “Jovens de projeto”:

- a) O fato de serem jovens pobres residentes de territórios populares. Além disso, uma distinção que se cria nas próprias comunidades, entre aqueles que fazem parte em relação aos que não fazem parte dos projetos;
- b) O fato de que há uma remuneração ofertada pelos projetos, que se relaciona com a precariedade do mercado de trabalho para os jovens;
- c) A oferta de capacitação profissional de alguns projetos sociais que não se coadunam com as demandas que os jovens trazem, além de não garantir inserção dos jovens em postos de trabalho;
- d) O discurso salvacionista que alguns projetos sociais encampam, pelo fato de intervirem em territórios onde há histórico de criminalidade, tornando todo e qualquer jovem destas áreas, potencialmente perigosos.

Em diálogo com a autora, tento neste trabalho aprofundar pelo menos dois aspectos por ela tratados. O primeiro, a escolha dos jovens pobres como “público alvo” dos projetos sociais das ONGs, e o segundo, a relação dos jovens com o mercado de trabalho, porém, não o mercado externo às ONGs, mas sendo elas mesmas um tipo de mercado.

Souza (2009:2) ao mesmo tempo em que segue as reflexões de Novaes, aprofunda uma leitura sobre os “Jovens de projeto”. Em primeiro lugar, pontua que a palavra “projeto” é uma categoria polissêmica e, por isso, sente a necessidade de situar de onde parte seu entendimento de projeto social para refletir sobre os “Jovens de projeto”. Em sua definição, um projeto social “*pode*

ser entendido como conjunto de atividades que busca transformar de alguma forma a realidade, reduzindo ou eliminando um déficit, ou solucionando um problema”.

A partir desta base, a autora sustenta a ideia de que, os “Jovens de projeto” podem reunir condições para o seu engajamento político *via* os projetos sociais. Ambienta tal engajamento num período histórico específico, da última década, que produziu inúmeros debates em torno das Políticas Públicas de Juventude. Desta forma, Souza dedica-se a compreender como os jovens que estão nesta arena de debates, vinculam-se aos movimentos sociais, a partir de suas identidades (gênero, étnico-raciais etc.). Considera, ainda, algumas questões do funcionamento de redes dos projetos sociais, indicando que o fluxo de informações e contatos amplia *campo de possibilidades* dos “Jovens de projeto”.

A partir das reflexões trazidas por ela, busco a referência de engajamento político dos jovens pelo sentido que eles atribuem a esta dimensão. Opto por me aproximar das narrativas dos jovens sobre o conjunto de suas experiências no interior dos projetos sociais. Assim, considero que o fato de serem supostamente militantes está em conexão com a condição inicial de público alvo ou de, posteriormente, trabalhadores dos projetos sociais das ONGs.

Cechetto & Monteiro (2006) ao analisar projetos que ocorrem em territórios populares nas temáticas de saúde, gênero e sexualidade, indicam a distinção marcante entre os jovens que atuam em projetos e apreendem conteúdos e os demais. Para as autoras eles apresentam *“maior capital simbólico, traduzido pela postura assertiva e uma linguagem mais ampliada sobre os direitos sociais, em comparação aos seus pares do mesmo círculo social sem essa vivência”.* (p. 200)

O diálogo que estabeleço com as ideias trazidas por estas autoras apresentam duas dimensões. Por um lado, o aspecto da dedicação dos projetos sociais das ONGs ao campo da formação dos jovens. Afinal, por que tanto investimento em formação? De outro lado, o modo como os jovens se apropriam, assumem e fazem uso dos conteúdos das formações de maneiras distintas e, não apenas voltados à luta por direitos.

Outro referencial importante para este trabalho refere-se às reflexões de Tommasi (2012) que repercute os “Jovens de projeto”, pensando em como a juventude se tornou objeto de intervenção de investimentos públicos e privados, cujos projetos sociais das ONGs assumem papel central. Tratando do tema na perspectiva *focaultiana* de governamentalidade, ela discute as concepções distintas entre os operadores dos projetos e os jovens enquanto público. Discorre, a partir das trajetórias juvenis, o modo pelo qual os jovens fazem uso de um repertório gerado na interação deles com os projetos sociais.

É a partir destas premissas sobre a expressão “Jovens de projeto” que alicerço o processo de pesquisa deste trabalho. Considero não apenas o que intentam explicar as abordagens citadas acima, mas busco foco no que parece estar oculto ou impreciso no confronto entre as diferentes leituras. Desta forma, pretendo aprofundar algumas questões já levantadas e também ponderar sobre aspectos e dimensões da condição dos jovens nas relações com os projetos sociais das ONGs.

Para tanto, é importante destacar que defino aqui três dimensões estruturantes para pensar estas relações. Assim, de partida, considero que ser “jovem de projeto” pode se caracterizar como:

- a) ser “jovem público alvo de projetos”;
- b) ser “jovem engajado de projetos”;
- c) ser “jovem trabalhador de projetos”.

Vale sublinhar que esta separação tem efeito apenas didático, posto que no terreno das práticas sociais e das perspectivas teóricas e analíticas, estão bastante imbricadas. Ressalta-se também que a reflexão sobre cada uma dessas dimensões é problematizada a partir da minha trajetória e da interlocução com quatro jovens participantes de projetos sociais no Rio de Janeiro, através de suas narrativas autobiográficas. Ou seja, o que se propõe aqui é emergir algumas imprecisões e, sobretudo, ver como os jovens relatam e dão sentido, através destas narrativas, as experiências vividas no interior dos projetos sociais.

Obviamente, as narrativas autobiográficas dos quatro jovens, recortadas para os interesses desta pesquisa, são apenas um fragmento de suas vidas. A escolha dos relatos como instrumento metodológico, permitiu escapar do risco da classificação homogeneizadora com que uma categoria como a de “Jovens de projeto”, poderia correr. Isto quer dizer (e os relatos autobiográficos confirmam) que há uma complexidade na experiência de cada jovem em particular, no contato com os projetos.

Ao me aproximar das histórias de vida deles, pude, tanto reconhecer algumas características comuns entre eles e outros jovens, com os quais me relacionei ao longo da minha trajetória, como também identifiquei os distintos contextos geográficos, históricos, sociais e culturais que os distinguem.

Ainda assim não desconsidero a complexidade de vivências de outros tantos milhares de jovens de uma geração crescida sob as práticas dos projetos sociais de ONGs em seus territórios locais. Aqui, portanto, o que se propõe são reflexões preliminares que contribuam ao aquecimento do debate sobre o tema, cuja pesquisa representa apenas algumas “cenas” de um contexto complexo e multifacetado.

Para apresentar o trabalho da pesquisa, o texto a seguir está organizado em quatro capítulos. No primeiro, denominado “Referencial teórico metodológico e o campo da pesquisa” apresento os apontamentos teóricos e metodológicos, destacando os referenciais que utilizei para formular o problema de pesquisa e fundamentar a análise do campo; localizo e contextualizo as ONGs como uma institucionalidade presente no espaço público e privado; revelo o modo como escolhi os jovens entrevistados e suas relações com os projetos sociais das ONGs pelas quais circularam; e ainda, faço uma súmula biográfica de cada um deles, a partir de aspectos de suas histórias de vida. Esta caracterização está baseada nas suas narrativas autobiográficas, nas quais descrevem suas origens, vivências familiares e a chegada ao primeiro projeto social que frequentaram.

Nos três capítulos seguintes faço uma análise do que considero que seja ser “jovem de projeto”, a partir dos depoimentos dos jovens sobre suas relações com os projetos sociais das ONGs.

No capítulo dois a discussão é sobre o “jovem público alvo de projetos”. Discorro sobre: a opção dos projetos em atuar em territórios populares, e no caso dos quatro entrevistados, nas favelas cariocas; o processo de entrada aos projetos sociais; os investimentos de tais projetos no campo da formação; e a consequente apreensão de conteúdos com a finalidade de tornar os jovens “multiplicadores”, especialmente, para outros jovens.

No capítulo três, dedico-me a compreender sobre o “jovem engajado de projetos”. Traço um breve panorama sobre a relação entre juventude e engajamento político, focalizando como as referências e reflexões contidas neste cenário, em alguma medida, reverberam-se nas expectativas e práticas dos jovens nos projetos sociais. Na sequência, busco a partir do relato dos jovens, compreender o sentido que atribuem ao engajamento nas ONGs e as suas motivações em atuar neste tipo de organização.

No capítulo quatro, sobre “jovem trabalhador de projetos”, intento problematizar, ancorado nos depoimentos dos jovens, as características evidentes que tornam os projetos sociais das ONGs, mais do que um espaço-tempo de formação ou mudança social. Compõem-se também como um mercado de trabalho. Os aspectos que tornam possível esta problematização vão, desde a rede de relacionamento, passando pelo trabalho remunerado e pelas habilidades valorizadas dos jovens, até o próprio sentido ao trabalho que os mesmos atribuem nas tarefas operativas que se impõem em tais projetos.

Vale reafirmar que nesses três capítulos apresento trechos das narrativas dos jovens, a partir das entrevistas realizadas, acompanhadas de reflexão teórica e análises preliminares. Sublinho que, ao final de cada um desses capítulos, aponto questões para o debate. Tais questões são uma síntese das reflexões sobre as falas dos jovens, da minha trajetória pessoal e da problematização teórica e analítica instigada pelo pensamento de alguns autores.

Por fim, apresento algumas considerações finais deste trabalho, resumindo as principais questões encontradas na pesquisa, que marcam o fechamento de um ciclo de investigação, mas não encerram a conversa e nem tampouco essa história, que em última instância é apenas um recorte, um ponto de vista deste pulsar dinâmico de uma realidade social que está em constante movimento.

1. REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO E O CAMPO DA PESQUISA

1.1 Orientações teóricas e metodológicas

A minha proposta de leitura analítica das experiências vividas pelos jovens nos projetos sociais está alicerçada em uma matriz teórica da sociologia, que reconhece a capacidade dos atores¹ em interpretar e dar sentido às suas ações na realidade da vida cotidiana, e que considera a sociedade como resultante dos processos interativos entre os indivíduos.

Nesta perspectiva, a investigação sociológica teria o papel de compreender os níveis diferenciados de significação do ator a uma dada realidade e especificar os processos institucionais e os ambientes sociais que se forjam nos cenários das interações. Nesse sentido, as abordagens teóricas contribuem para a reflexão sobre a dinâmica interativa que se estabelece entre os jovens e os projetos sociais nas ONGs, considerando-as como espaços sociativos, de institucionalização de práticas, linguagens, comunicação e intersubjetividade.

Para as finalidades analíticas deste estudo, considero os trabalhos de Alfred Schutz (1974; 1979), Peter Berguer e Thomas Luckmann (2011). Nos capítulos subsequentes, na medida da necessidade em aportar teoricamente alguma análise específica, faço menção a outros teóricos como Bourdieu (2003), que ajuda a compreender as ONGs enquanto um *campo* e o *habitus* dos agentes nesse *campo*; e Dubet (1994), em sua sociologia da experiência.

Em Schultz, tendo como base a experiência interpretativa dos indivíduos na/da vida cotidiana, os processos que os permitem dar sentido às suas ações e a de outros, se dá num lugar: o “mundo da vida”.

“O mundo da vida cotidiana significará o mundo intersubjetivo que existia muito antes do nosso nascimento, vivenciado e interpretado por outros, nossos predecessores, como um mundo organizado. Ele agora se dá à nossa experiência e interpretação. Toda interpretação desse mundo se baseia num

¹ O conceito de ator nos teóricos aqui referenciados e ao longo deste trabalho podem ser indivíduos isolados, mas também unidades coletivas.

estoque de experiências anteriores dele, as nossas próprias experiências e aquelas que nos são transmitidas por nossos pais e professores, as quais, na forma de conhecimento à mão, funcionam como um código de referência”. (1979: 73)

Partindo do pressuposto que o universo dos projetos sociais das ONGs forja um ambiente institucional de práticas, discursos, linguagens etc. talvez possa afirmar que, uma parcela significativa de jovens, nascida no final dos anos 80 e 90, cresceram sob a intervenção desses atores em suas comunidades, e, portanto, pode-se considerar que, no momento de suas inserções nas ONGs, tomaram contato com um mundo pré-existente:

“A pessoa nasce num mundo que existia antes de seu nascimento e que, logo de partida, não é um mundo simplesmente físico, mas também um mundo sócio cultural (...). Assim, o mundo social no qual o homem nasce e tem de achar seu caminho é por ele vivenciado como uma rede fina de relacionamentos sociais, de sistemas de signos e de símbolos com sua estrutura de significados particular, de formas institucionalizadas de organização social, de sistemas de status e prestígio etc. (...) A soma total dos aspectos relativamente naturais, que o mundo social tem para as pessoas que nele vivem, constitui os costumes do “**grupo interno**” que são socialmente aceitos como as formas boas e corretas de se confrontar coisas e pessoas (...) são vistos como pressupostos por que se provaram eficientes até então e, sendo socialmente aprovados, são vistos como fatos que dispensam explicação ou justificativa (...) esses costumes constituem a herança social que é transmitida às crianças que nascem e crescem dentro do grupo”. (Schultz, 1979: 79-80). **Grifo meu.**

Para Schutz, a sustentação do mundo da vida (bem como dos grupos internos correspondentes) se dá pelo estoque social de conhecimento e pela experiência subjetiva dos indivíduos. O estoque social de conhecimento se apreende através dos processos de socialização, da relação dos indivíduos entre si, mediada pelos papéis distintos que incorporam na vida social.

Transmitido pelas relações sociais, o estoque social do conhecimento aparece para o indivíduo como uma evidência, ou seja, como um dado natural. A

estrutura que sustenta essa naturalização são a linguagem, as normas e as instituições sociais existentes, que antecedem o nascimento do indivíduo, convivem com ele e, provavelmente, existirá depois de sua morte.

O conhecimento, produzido historicamente em um determinado grupo, é partilhado e sancionado entre os indivíduos por meio da lógica da reciprocidade, ou seja, naquilo que se espera enquanto comportamento aceito pelo grupo. Além do jogo da reciprocidade, o conhecimento socialmente distribuído é sustentado por um conjunto de esquemas interpretativos, que Schutz (1979) denominará de tipificação². Não se trata em considerar o sujeito orientado apenas pelas normatizações das estruturas sociais, mas ponderar que os indivíduos, ao compartilhar significados, produzem relações, forjam um ambiente de comunicação comum e não apenas lidam com as normatizações das estruturas, mas a produzem.

Já o conhecimento subjetivo sofre influência dos processos de socialização, mas, sobretudo, é sedimentado por vivências que o indivíduo experimenta no curso de sua vida. Em suma, o conhecimento acumulado que o indivíduo possui é formado tanto pelo estoque social do conhecimento como por conhecimentos adquiridos por experiências e situações específicas que vivenciou.

Frente a uma pauta cultural³, Schultz (idem) observou algumas reações. Em primeiro lugar, a atitude natural, pela qual o indivíduo, pensa e age atribuindo sentido e (re) produzindo o funcionamento dos grupos. Em segundo, sugere níveis de reflexividade possíveis e de significação distintos e em interação, abrindo brechas para as mudanças sociais e culturais. Num ambiente propiciador de mudanças, há interferência também dos sistemas de

² Alguns autores traduzem como tipicidade. Segundo Berger e Luckmann (2011:48): *"A realidade da vida cotidiana contém esquemas tipificadores em termos dos quais os outros são apreendidos, sendo estabelecidos os modos como 'lidamos' com eles no encontro face a face. Assim apreendo o outro como 'homem', 'europeu', 'comprador', 'tipo jovial' etc."*.

³ Segundo Schutz, a pauta cultural da vida grupal são "todos os valores, instituições, sistemas de orientação e guias peculiares que (...) caracterizam todo grupo social em um momento determinado de sua história.(...) É um conhecimento de receitas dignas de confiança para interpretar o mundo social, para manejar as coisas e pessoas com o fim de obter melhores resultados em cada situação, com um mínimo de esforço, evitando consequências indesejáveis" (Schutz, 1974: 96 e 98)

relevâncias⁴, estabelecidos pelo grupo social, mas também pelos indivíduos em seus projetos pessoais e que podem conviver harmonicamente, mas também colidirem.

A partir dos grupos internos a que pertencem, está assentada a noção de que os indivíduos transitam por meio de diferentes sistemas de significados em sua vida cotidiana. Na trilha aberta por Schultz, Berger e Luckmann (2011) reforçam que a sustentação de um sistema de significados, universalmente partilhados em agregados sociais particulares, ocorre pelos investimentos na sedimentação pela linguagem; e nos mecanismos de tipificação e institucionalização.

No contexto das práticas das ONGs, *via de regra*, podemos verificar um investimento:

- a) Na linguagem, por um glossário comum de terminologias que circulam entre as práticas e os projetos ofertados (multiplicadores, educadores de pares, terminologias relativas à gestão de projetos etc.);
- b) Na institucionalização, por exemplo, em pesquisas/diagnósticos e manuais técnicos elaborados por elas próprias para municiar as suas práticas;
- c) Nos esquemas tipificadores que enquadram os jovens pobres como “vulneráveis”, em “situação de risco”, ou mesmo, potencialmente “ativos” e propensos à transformação social, resultando na incorporação de papéis desempenhados pelos jovens de acordo com situações e contextos específicos.

A linguagem é à base de qualquer sistema de significados da sociedade.

"A vida cotidiana é, sobretudo a vida com a linguagem, e por meio dela, de que participo com meus semelhantes. A compreensão da linguagem é por isso essencial para minha compreensão da realidade da vida cotidiana (...). A linguagem é capaz de se tornar o repositório objetivo de vastas acumulações de significados e experiências, que pode então

⁴ Relevâncias integram a herança cultural de qualquer comunidade. Schultz vai considerar a existência da relevância imposta – que seria aquela que uma dada situação social já impõe ao indivíduo - e relevância volitiva, cujo indivíduo seleciona das situações, para seus planos e intenções pessoais e/ou grupais.

preservar no tempo e transmitir às gerações seguintes".
(Berguer & Luckmann, 2011: 55)

A força modeladora da linguagem é legitimada, produzida e emitida pelo indivíduo e, ao mesmo tempo, exerce uma coerção sobre ele. Dito de outra maneira, ela organiza, classifica e enquadra nos seus padrões a reflexividade e as experiências vividas pelos indivíduos:

"(...) A linguagem é flexivelmente expansiva de tal modo que me permite objetivar um grande número de experiências que encontro em meu caminho no curso da vida. A linguagem também tipifica as experiências, permitindo-me agrupá-las em amplas categorias, em torno das quais tem sentido não somente para mim, mas também para meus semelhantes" (2011:57).

Ao tipificar o conjunto de experiências do indivíduo, a linguagem torna-se base para a existência dos campos semânticos ou zonas de significação. Eles são produtos das interações dos indivíduos e da objetivação do conhecimento produzido em um determinado campo.

As tipificações também produzem um “conhecimento de receita” que serve para estabelecer rotinas. É um tipo de conhecimento que orienta o que se deve fazer frente a determinado tipo de situação. Se esse “conhecimento de receita” organiza as condutas habituais de um setor ou campo específico de atividade, temos aí conhecimentos institucionalizados.

A construção de um projeto social com suas etapas definidas *a priori*, os manuais de como fazer os processos educativos ou os roteiros sugeridos para que os jovens conduzam atividades pedagógicas junto a outros jovens, e em última instância, a reprodução de um modelo de atuação no “social” via projetos sociais em ONGs, podem ser entendido nessa perspectiva.

No que diz respeito aos referenciais metodológicos para a realização deste trabalho, em Melucci (2005), filio-me na premissa de que a pesquisa é uma

prática social. E sendo assim, não acontece sem influência de fatores diversos, que passa pela rede de relações sociais, institucionais e exigências do espaço acadêmico, como também do próprio mundo empírico. Assim, a produção de conhecimento se insere nestes diferentes contextos, conectando-os e atendendo-os de modos distintos. Sendo uma prática social, a pesquisa é também uma interação social. Nesse sentido, certo *jogo relacional* (Ranci 2005) necessita ser constantemente refletido durante a pesquisa.

Neste ato reflexivo, desmistifica-se a ideia segundo a qual, haveria uma *neutralidade* que consistiria em dar uma *objetividade* ao diálogo entre o pesquisador e os entrevistados, bem como aos resultados encontrados, pressupondo uma divisão clara entre observador e observado. No jogo relacional, a interação influencia os lugares que toma cada sujeito no processo de pesquisa.

Assim, o pesquisador não é apenas observador, mas também observado, bem como os sujeitos da pesquisa são tidos não simplesmente como “fontes de informação”, mas sendo eles mesmos indivíduos reflexivos, interpretam; selecionam conteúdos; podem ou não partilhar de significados; são *tradutores*; o que caracteriza e enriquece a pesquisa, tendo em vista que não se trata simplesmente de interpretar a fala ou a ação do sujeito, mas sim compreender como ele mesmo a interpreta.

Esta é uma postura à pesquisa qualitativa. Melucci (idem) propõe uma *virada epistemológica* nesta abordagem e nos informa que a produção de conhecimento está imersa em um contexto maior, relativo à sociedade contemporânea, e que deve ter em conta a *individualização nas sociedades complexas* e um novo significado à dimensão do *cotidiano*.

“Os processos de individualização das sociedades complexas tendem a criar condições de autonomia para os sujeitos individuais. Os indivíduos são abastecidos de recursos para conceberem-se e para agirem como sujeitos autônomos na ação (...). Na vida cotidiana, os indivíduos constroem ativamente o sentido da própria ação, que não é mais somente indicado pelas estruturas sociais e submetido aos vínculos da ordem constituída. O sentido é sempre mais produzido através de relações e esta dimensão construtiva e relacional acresce

na ação o componente de significado na pesquisa”. Melucci (2005: 28-29)

É assim que se alteram substantivamente o significado da presença do pesquisador na relação com os sujeitos da pesquisa. Neste jogo relacional, assentado na premissa da capacidade interpretativa e reflexiva dos sujeitos em interação, lapida-se então a *imagem* ou a *representação* (Becker, 2007) do objeto de estudo, seja pelo pesquisador, seja pelo entrevistado. Nestes termos, o *ouvir* e o *observar* implicam em estar atento às características do campo; a *discursividade* com que os sujeitos falam de sua experiência; e da forma pela qual o pesquisador explora os *conceitos* que tem à sua disposição, ou os recria, deixando que os casos empíricos os sustentem. (Becker, idem)

Em termos de caracterização do campo, ao pressupor que a atuação das ONGs com jovens, *atravessam seus trajetos* e se relacionam com outros setores de suas vidas, faz-se necessário descrever alguns ambientes pelos quais percorrem os jovens. Neste sentido, cabe a recomendação de Becker (2007: 83), quando ele nos diz:

“O que você está estudando ocorre num lugar específico, não no mundo em geral, ou num “contexto social”, mas neste lugar, precisamente aqui, e tudo que seja verdadeiro acerca deste lugar o afetará. Assim, examine atentamente, e continue examinando, as características desse lugar: as propriedades físicas (onde ele está e que tipo de lugar é para se viver, trabalhar e estar) e as sociais (quem está lá, há quanto tempo, e todos os outros aspectos que demógrafos, sociólogos, antropólogos e historiadores lhe dizem pra considerar) (...) Insira o que não puder ser omitido. Quando pensar sobre o que está estudando, observe que particularidade do lugar está invocando como explicações *ad hoc* das características sociais específicas sobre as quais quer falar.”.

Assim, considerando a capacidade reflexiva dos atores; o jogo relacional implicado; as características do campo e a discursividade em interação; assento em mais uma perspectiva posta por Melucci (p 33) de que.

“a pesquisa social, não está para produzir conhecimentos absolutos, mas interpretações plausíveis (...). A pesquisa

produz interpretações que buscam dar sentido aos modos nos quais os atores buscam, por sua vez, dar sentido às suas ações. Trata-se de relatos de sentidos (...)

Para tanto, nos esforços concentrados de escuta, tornaram-se fundamentais recuperar uma abordagem analítica das práticas dos projetos sociais direcionados aos jovens (Tommasi, 2005; Sobrinho, 2010), mas, sobretudo, compreender as práticas dos jovens na operacionalidade dos projetos sociais.

Dito de outra maneira, sendo elas - *as práticas dos projetos* - informadas em alguma medida por conteúdos pedagógicos e ideológicos, em acordo com os princípios ou a missão das ONGs, a pesquisa se dedicou a compreender este universo particular de sociabilidade e socialização pela qual os jovens transitam, e que assumem, eles mesmos, em maior ou menor escala, um discurso institucional, bem como determinados papéis sociais.

Mais significativo do que perceber uma incorporação de discurso, foi observar também *o uso e as rupturas* que os jovens fazem dele nos distintos lugares que percorrem. Em outras palavras, as narrativas dos jovens também contribuíram para reconstituir os percursos que os fizeram chegar até ali e perceber, no momento presente, o que fazem em outros campos da vida com as experiências que vivem na circulação entre os projetos sociais.

Nesta perspectiva, a intenção da pesquisa gerou algumas hipóteses, mas vale considerar que muitas delas foram formuladas no *processo*⁵. Se adentrarmos, por exemplo, no tema do engajamento, na medida em que se buscou compreender o modo pelo qual os jovens engajam-se politicamente, e em que medida este engajamento vem sendo *mediado* pelas ONGs, foi importante perceber nesta mediação, as possíveis *conexões*, mas ao mesmo tempo, os *pontos de atrito*.

Longe de enquadrar o que foi observado em alguma teoria ou conceito definidor *a priori*, antes, destacou-se o foco na atividade social em si e a partir

⁵ Em Becker, a ideia de processo valoriza uma observação que permite reconstruir os percursos. Nesse sentido, colocam-se em primeiro plano, as histórias, as narrativas dos sujeitos e menos ênfase nos determinismos sociais. A ideia mesma de que "*narrativas de processo não tem um fim predestinado*". (p 88).

do *relato de sentidos*, o significado que sustenta algumas categorias nestas relações, como engajamento político ou participação.

Por fim, tendo como base a interação vivenciada com “Jovens de projetos” sociais no decorrer de minha trajetória profissional, busquei refinar observações e análises junto com os quatro jovens envolvidos nesta pesquisa, por meio de entrevistas semiestruturadas e da observação de suas práticas em algumas atividades que conduziram no âmbito dos projetos sociais.

1.2. Caracterização do Campo:

As distintas práticas, que produzem as ONGs no Brasil, suscitam uma polissemia em torno do seu papel e de sua influência no espaço público. A diversidade de práticas complexifica a homogeneização com que, num primeiro momento, nos deparamos ao falarmos no termo ONG.

Iniciei o trabalho de pesquisa por uma breve recuperação da literatura sobre ONGs nas Ciências Sociais. Esta revisão me revelou que as análises vêm privilegiando uma abordagem mais voltada ao plano político-institucional, com ênfase especial na posição que ocupam estas instituições no debate em torno da Sociedade Civil⁶.

Formulações de caráter mais alinhado ao marxismo clássico de viés estruturalista, observam tais organizações, como uma mera ferramenta de controle do poder econômico em tempos neoliberais, que fragmentam o social, o político e o econômico, despolitizando e desmobilizando a classe trabalhadora, compreendidos como os tradicionais sujeitos legítimos na luta por outro modelo societário (Petras 1996; Nogueira, 2003).

Análises mais dialógicas, porém, reconhecem, em alguma medida, a importância das ONGs num momento histórico-social específico da luta pela

⁶ Sociedade Civil é um conceito que remonta à tradição filosófica. Encontramos sínteses do acúmulo em torno dele em pólos distintos como em Hegel, na sua filosofia idealista; e em Marx, na sua filosofia materialista. No debate teórico mais contemporâneo, é comum o uso/disputa do termo em torno dos escritos do pensador comunista e italiano Antônio Gramsci. Para esse diálogo mais contemporâneo, ver: BOBBIO, N. *O conceito de sociedade civil*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal. 1994

democratização do Brasil, revelando as conexões destas organizações com os movimentos sociais e populares (Landim, 2002).

Ainda assim, revelam-se as mutações e contradições destas organizações na realidade política e econômica brasileira da década de 90, cujo Estado e os seus mecanismos de descentralização fizeram das ONGs instituições executoras de Políticas Públicas (Sell, 2006).

Em outro plano analítico, as ONGs teriam lugar nas abordagens sobre os *Novos Movimentos Sociais*. O foco de análise gravita em torno dos sujeitos coletivos que se apresentam ao espaço público, para além da categoria de classe. Tem destaque os movimentos feminista, negro, de luta pela terra, pelos direitos dos homossexuais etc.

Estes movimentos podem ancorar suas atuações políticas pela via das institucionalidades, dentre as quais as ONGs. Através delas, haveria condições operacionais para os trabalhos de mobilização social, por demandas às políticas públicas nos espaços institucionalizados de participação e de diálogo com poder público. As ONGs, portanto, funcionariam como elos na constituição de redes de solidariedade (Scherer-Warren, 1999).

Na década de 90, emerge outra categoria na qual as ONGs tem papel de destaque. É a controvertida ideia de terceiro setor, muito vinculada à lógica empresarial de atuação no campo social⁷. De origem americana, a categoria funciona naquele país pelo modo como os seus cidadãos de classe média, organizam-se frente à participação cívica, com algum nível de institucionalidade e adesão voluntária (Salamon, 1998)

Abrigando um discurso ideológico, segundo o qual há um setor distinto do Mercado e do Estado, a categoria entra no Brasil confrontando-se com a interpretação sobre a sociedade civil, esta mais ampla e historicamente vinculada aos processos de luta pela democracia e justiça social.

Ainda assim, com o discurso mais voltado ao gerenciamento das questões sociais, do que ao conflito político, os operadores institucionais alinhados com

⁷ O "Social" aqui está isolado no sentido apresentado pelo campo empírico, como objeto ou setor de intervenção.

a lógica do terceiro setor, emitem discursos na esfera pública em torno da cidadania e da participação social. No Brasil, as práticas emolduradas pela lógica do terceiro setor, não parecem tão autônomas frente ao Estado ou ao Mercado. Os recursos de institutos ou fundações empresariais e os editais públicos abertos para financiar projetos são amplamente acessados pelas ONGs que se classificam enquanto terceiro setor.

Teixeira (2000), em seu estudo sobre a sociedade civil no Brasil, propõe romper com a linearidade com que as reflexões tratam a presença das ONGs na esfera pública. Revela as diferentes práticas, dos distintos atores que assumem a identidade “ONG”. Ao buscar escapar de uma leitura generalizada das práticas destas organizações, a autora destaca as trajetórias diferenciadas das ONGs em campos distintos, e como estes campos se aproximam e se distanciam entre si e de outros setores da sociedade. Sustenta que esta maneira de olhar a presença destes atores no espaço público, indica as disputas de significados em torno do papel, não apenas delas mesmas, mas também do próprio estado, do mercado e da sociedade civil.

Outra abordagem desta autora contribui na minha escolha em como tratar as ONGs nesta pesquisa. Teixeira (2000:17) compreende que:

“O drama dessas organizações não seria o fato de umas estarem defendendo a democracia e a ampliação da cidadania, enquanto outras contribuiriam para aliviar os efeitos das políticas recessivas, mas o fato de **dentro de uma mesma organização** existir práticas cujas consequências podem ser interpretadas como antagônicas, pois a mesma organização pode estar realizando atividades que contribuem para o aumento da democratização e outras atividades que tem um sentido totalmente oposto”.

Para este trabalho de pesquisa, considerar os percursos biográficos dos jovens na institucionalidade ONG, é estender a compreensão ao terreno das práticas das ONGs, mais especificamente, as práticas que se materializam por meio dos projetos sociais direcionados à juventude.

Ao perceber a circulação e a circularidade dos jovens em diferentes projetos sociais de ONGs, apreendo este “drama” apontado por Teixeira. Adotando como escolha metodológica os percursos biográficos, o drama se apresenta quando percebo, de um lado, a intencionalidade dos projetos sociais das ONGs em formar os jovens na linha retórica da participação e da cidadania, mas de outro, como os aprisionam em uma lógica de reprodução de um modelo que faz deles, por exemplo, trabalhadores atuantes num mercado de trabalho informal e geralmente precarizado dos projetos sociais.

É importante frisar que a pesquisa não busca avaliar o trabalho das ONGs, nem para valorizar o que fazem nem, na outra ponta, para demonizar a existência. Não se trata, portanto, da aspiração de um julgamento. Avaliar cada prática, considerando a dinâmica de circulação dos jovens, nem caberia dentro dos objetivos propostos nesta pesquisa. O foco do trabalho é no percurso dos jovens, aproximando-se de parte de um conjunto de suas experiências vividas nos projetos sociais. Sem cair nas generalizações, a heterogeneidade das práticas das ONGs apontada por Teixeira, estará evidenciada nas próprias trajetórias juvenis e nos relatos dos jovens pelos diferentes projetos pelos quais passaram.

1.2.1 ONGs e Juventude:

As práticas das ONGs, que podem ser políticas, culturais e/ou educativas, são balizadas por um conjunto de pressupostos ideológicos, contidos nos projetos que executam, e que caracterizam um universo particular de sociabilidade e socialização pela qual os jovens transitam. Este universo, empiricamente observável no espaço público, suporta uma estrutura material e simbólica, que vem impactando os modos de engajamento e de inserção profissional de uma geração de jovens que tiveram, por diferentes caminhos, contato com os projetos sociais.

Na busca por caracterizar elementos comuns na heterogeneidade das práticas, pode-se verificar que os projetos sociais das ONGs, grosso modo, possuem: um tempo determinado; um instrumental de planejamento, monitoramento e avaliação; ofertam auxílios (bolsas, transporte, alimentação etc.); oferecem

formações por meio de cursos, oficinas, capacitações diversas, e ainda, buscam incidir nas políticas públicas. A descontinuidade, em função de financiamentos, é outra característica comum.

Ao focar nos percursos biográficos dos jovens, identifica-se o modo pelo qual as práticas e características peculiares dos projetos sociais *atravessam* trajetórias de vida. Em outras palavras, não se *parte* das ONGs e nem sequer elas são pontos de chegada. A pesquisa trata da *passagem* e das marcas que imprimem nas trajetórias juvenis.

A reflexão que mira os sentidos em torno da institucionalidade ONG, é a mesma que observa a construção social da categoria *juventude*. Transformada em categoria sociológica (Eisenstadt, 1976; Mannheim, 1978; Bourdieu, 1983), o termo “*Juventude*” também está longe de ser homogêneo. Ao ser evocado, faz-se necessário interrogar primeiro quem está evocando e sob que signos, classificações e intencionalidades evocam. De categoria etária à modelo cultural (Peralva, 1997), “juventude” torna-se também objeto de disputa, que mobiliza atores, recursos materiais e simbólicos (Tommasi, 2012), cujos indivíduos classificados nesta categoria - os *jovens* – confrontam-se com as expectativas sociais depositadas sobre eles e respondem de diferentes maneiras.

É importante destacar que desde a década de 60, vêm se produzindo uma importante literatura sociológica no Brasil (Foracchi, 1965; 1972; Ianni, 1968), que se ocupou em conceituar *Juventude*, com especial ênfase na relação com o tema da participação política. No desenvolvimento de um olhar criterioso na pesquisa social, nas últimas duas décadas, estudos relevantes revelaram as experiências de atuação dos jovens no espaço público, apresentando formas diferenciadas de participação, cujas demandas foram evidenciadas em manifestações culturais (Abramo, 1994) e/ou no uso e apropriação da cidade (Carrano 2003; 2004).

Outras pesquisas relevantes têm se dedicado a refletir sobre os jovens e o mundo do trabalho (Pais 2005; Corrochano, 2008). O enfoque mais premente é, de um lado, a relação instável dos jovens com o mercado de trabalho formal

e informal, dada as mudanças de reestruturação produtiva e o seu impacto nas trajetórias juvenis. De outro, a revelação dos sentidos do trabalho para os jovens, e o desejo por novas formas de inserção produtiva (Tommasi, Nogueira & Corrochano, 2007). São recorrentes também análises que associam jovens e violência urbana (Diógenes 2004, 2011; Soares ,2005), incluindo questões relacionadas à pobreza e ao narcotráfico nas grandes cidades.

Nota-se que, concomitante a produção de análises mais apuradas, o universo acadêmico gerou uma profusão de outros estudos e pesquisas sobre juventude, através de diferentes perspectivas teóricas e analíticas. A publicação *O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)* (Spósito, 2009), tornou visível a consolidação na última década, de um campo acadêmico vasto (porém disperso) dedicado ao tema.

O alarme dos estudos de população, na década de 2000, revelou um *boom* demográfico de jovens no país (UNFPA ,2003; IPEA, 2009) e a necessidade de mirar a realidade da situação juvenil na faixa etária acima dos 18 anos. Provocou também uma série de análises sobre as Políticas Públicas de Juventude.

Um balanço sobre estas políticas na década de 90 (Carrano & Spósito, 1999) revelou a fragmentação delas na esfera do governo federal. Naquela ocasião, a expectativa destes autores era subsidiar o debate para um novo cenário que se apresentava no campo político, com um governo mais alinhado aos movimentos sociais.

Os livros *Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional* (Novaes & Vanucchi, 2004) e *Juventude e Sociedade: Educação, trabalho, cultura e participação* (Abramo & Branco, 2005) são ilustrativos deste novo momento histórico. Organismos nacionais e internacionais também investiram em diagnósticos e pesquisas (Castro & Abramovay, 2004), buscando subsidiar uma agenda política com a pauta dos jovens como *sujeitos de direitos*.

O que parece comum, entre as reflexões teóricas e políticas, é a premissa de que Juventude é um conceito socialmente construído e deve ser localizado historicamente. Com efeito, para dar conta de uma realidade plural, convencionou-se evocar o termo *Juventudes*. Constantemente anunciado, o seu significado pressupõe que há reconhecimento, por parte dos atores, sobre a pluralidade das realidades juvenis. Fica implícito, no discurso “politicamente correto”, que as práticas dos projetos sociais das ONGs consideram tal perspectiva.

Cabe, portanto, tomando a observação desta configuração de práticas, discursos e modos de atuação direcionados à juventude, dedicar-se ao entendimento da maneira pelo qual os jovens significam suas experiências no interior dos projetos sociais.

1.2.2 Os jovens da pesquisa:

Os quatro jovens participantes desta pesquisa tornam visíveis, a partir de seus percursos biográficos, como a complexidade e a diversidade da experiência vivida nos projetos sociais marcam suas vidas.

São três homens e uma mulher, que participaram juntos de uma renomada ONG, com sede na cidade do Rio de Janeiro. Dos quatro jovens, apenas um conheci quando passei a residir na capital fluminense. Os outros três já me eram conhecidos, nos encontros e ações em redes de projetos sociais que participei na última década, quando atuei numa ONG na cidade de Natal.

A porta de entrada para acessá-los, foi um projeto social em saúde, sexualidade e gênero. Na sequência, novos encontros entre eu e eles, se deram a partir de outro projeto da mesma ONG, que tinha o objetivo de mobilizar jovens de diferentes favelas cariocas e trazê-los para a cena de debates, em torno das Políticas Públicas de Juventude. Para isso, a ONG criou condições para uma série de atividades, dentre elas: um processo formativo; encontros comunitários; articulações em redes locais e nacionais; produção de materiais audiovisuais; e uma bolsa remunerada no valor de R\$ 100,00 para os jovens participantes.

Chamou-me atenção, nas arenas de debates, as capacidades e habilidades destes jovens na área da comunicação e, o modo pelo qual, apresentavam suas demandas, que tinham como ponto de partida as discriminações sofridas pela condição de mulher, de moradia, de jovem negro/a e/ou de orientação sexual. Na época das entrevistas, dois jovens permaneciam atuando na organização e os outros dois já não estavam mais, porém mantinham vínculos afetivos. Nos encontros eventuais, me foi declarado que eles já haviam passado por projetos de diferentes ONGs.

Ao olhar o percurso deles, em diferentes momentos, emergiu um entendimento de que suas realidades se assemelhavam a de uma parcela significativa de outros jovens, de uma mesma geração envolvida em projetos sociais espalhados pelo país. Algumas características comuns são facilmente visualizadas: moradores de favelas ou periferias; pouca ou nenhuma experiência profissional formal; estudantes da rede pública de ensino e/ou crescidos em novos arranjos familiares⁸.

A observação da atuação marcante destes jovens nas atividades compartilhadas em rede, até então pouco criteriosa, resultou na escolha dos perfis para integrar esta pesquisa. Acendeu-se um desejo de emergir seus olhares acerca de suas próprias experiências, com a hipótese de que, embora houvesse situações comuns, cada história em particular apresentava nuances distintas.

Posicionando-me no lugar de pesquisador social, fui lapidando um olhar sobre tais experiências, tentando classificá-las, para estabelecer um fio condutor à análise sobre a expressão e talvez categoria: “Jovens de projeto”. Desta forma, com os relatos biográficos, foi tomando forma a necessidade de compreender o percurso de entrada nos projetos sociais e o interesse de permanência dos jovens às atividades propostas, que indicou, de um lado, um impreciso engajamento aos temas trabalhados nos projetos sociais; e de outro lado (e

⁸ Para efeito de exemplo, destacam-se dois fatores que influenciam os novos arranjos familiares: a presença de idosos nas famílias e sua participação em 53% da renda familiar (IBGE 2007) e as mudanças nos marcadores de passagem para vida adulta, uma vez que os jovens de hoje já não experimentam certa linearidade (fim dos estudos; trabalho regular; casamento e saída da casa dos pais). Estudos recentes sobre a condição juvenil (Pais, 2005; Camarano, 2006) indicam variações nestes marcadores, com forte impacto nos arranjos familiares.

com muito vigor) o sentido da experiência vivida enquanto um trabalho profissional.

Foi a partir da compreensão de como se desenha o percurso de entrada aos projetos sociais; quais as motivações para a permanência e os sentidos relativos ao trabalho, que optei por classificar a categoria “Jovens de projeto” em três dimensões: jovens *público alvo* dos projetos, jovens *engajados* dos projetos e jovens *trabalhadores* dos projetos.

Vale dizer que os jovens contaram em seus depoimentos todos os projetos sociais e as ONGs pelas quais participaram. No entanto, para não expor o nome das organizações, tratei de substituir a referência das mesmas nas narrativas. Assim, onde tem citação do nome da ONG, substituí pela referência “ONG A” ou “ONG B”. O procedimento é similar quando os jovens citam os nomes dos projetos sociais.

Como as entrevistas ocorreram no formato semiestruturado, em alguns trechos, as narrativas fluem de modo a deixar implícito determinadas palavras. Para melhor compreensão do leitor, quando isto ocorre, intervenho no texto do depoimento, colocando complementações entre colchetes, para facilitar o entendimento.

Adiante, segue um breve perfil dos jovens. Para efeito de preservação de suas identidades, apelido-os com nomes fictícios:

Manuel:

Manuel, 22 anos, é um homem jovem, negro, nascido na favela Santa Marta (zona sul do Rio de Janeiro) e pai de duas crianças. Atualmente casado, teve um histórico escolar marcado por suas mudanças de local de moradia, ocasionadas por arranjos familiares que escapam aos modelos tradicionais. Destaco, no percurso do Manuel, uma das situações ilustrativas de convivências e variações dos arranjos familiares, quando, ainda adolescente, a partir da separação de sua mãe com o seu padrasto, ele opta por ficar com o padastro, vivendo por um tempo considerável na casa da mãe deste último, que o adotou afetivamente como neto. Mais tarde, em virtude de conflitos

surgidos na casa dos avôs, Manuel passa por sucessivas mudanças: vai viver com um primo em uma república, com uma tia, com o pai, retorna à casa da mãe, e por fim, estabelece-se em sua própria casa.

Na convivência com os avôs por adoção, Manuel registra que, em algum momento, o seu avô investe para que ele se torne estofador. Numa determinada ocasião, Manuel também trabalha com uma tia, ajudando-a no ponto comercial, que ele chama de “sacolão”. Em outra situação, trabalha com o padastro na construção civil. Porém, já engajado em grupo religioso evangélico (filiação influenciada pelos familiares) desenvolve outras habilidades, e por meio da música, chega a ser o vocal oficial das igrejas de uma determinada congregação religiosa.

A respeitabilidade desta posição surte efeito na própria família e comunidade, que tende a valorizá-lo. Este, talvez, seja o fio constante no circuito percorrido por Manuel na sua complexa teia familiar: entre idas e vindas, nas casas de seus parentes consanguíneos ou adotivos, ele retorna à favela Santa Marta, porém mantendo sua posição relevante na igreja. Em seu relato, Manuel descreve as mudanças ocorridas na favela Santa Marta: desde o domínio de traficantes nascidos lá; até a entrada de facções rivais (no seu entender, mais violentos com os moradores); chegando à instalação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP)⁹.

Na continuidade do seu percurso, esta dedicação à igreja arrefece. Com uma trajetória irregular nos estudos e com poucos recursos financeiros, Manuel é convidado por outro morador do morro Santa Marta - *envolvido num projeto do governo, mas também de uma ONG* - a ingressar em um projeto social.

Vale dizer que eu conheci Manuel há aproximadamente cinco anos atrás. Tive a oportunidade de assistir seu desempenho oratório e sua participação no que pretendiam os *projetos de participação juvenil em Políticas Públicas*.

⁹ A Unidade de Polícia Pacificadora (UPPs) é apresentada pelas autoridades políticas do governo do estado do Rio de Janeiro, como uma ação de inteligência e de ocupação policial em territórios de favela. Busca reduzir os índices de violência e mortalidade, coibindo a presença do controle territorial armado por grupos que são considerados ligados ao crime do tráfico de drogas. Ao mesmo tempo em que baseia a ocupação territorial numa estratégia de polícia comunitária e de proximidade, tal presença tenciona as relações com a comunidade, em virtude do histórico de conflitos que envolvem policiais.

Já absolutamente ambientado e requisitado em fóruns diversos, bem como participando de mais de um projeto ao mesmo tempo, em seu próprio relato, diz ter tomado gosto pelos vastos temas ofertados nos projetos sociais.

Mario

Nascido e criado no Complexo de favelas da Maré (zona oeste do Rio de Janeiro), Mário tem 26 anos. Embora natural do Rio de Janeiro, é de uma família de imigrantes vindos de Brasília. Bastante econômico quando fala de sua vida pessoal e familiar, revela as dificuldades que passou durante a infância. De família numerosa, mora com sua mãe, primos e irmãos. Diz ter tido uma infância “livre”, “conturbadora” e sem “muitos cuidados”. O destaque quando fala da infância “conturbadora” é a relação que faz disso, com o fato de que seu pai era “bandido” na favela. Mario atribui à desestruturação familiar a vinculação de seu pai, (morto quando Mario tinha três anos), ao tráfico de drogas. Segundo seu relato, sua infância foi praticamente na rua.

Na fronteira entre a infância e a adolescência, viveu situações de abuso e exploração sexual por homens mais velhos, em troca de dinheiro para jogar videogame. Na adolescência, por insistência de uma tia, diz ter sido “obrigado” a ir para a escola. Segundo ele, passa a adotar outro comportamento. Descreve que se sentiu melhor acolhido no ambiente escolar. Encontrou professores que lhe deram suporte e em particular uma, que sendo evangélica, quis convertê-lo.

Nesta fase da adolescência, relata seu primeiro contato com um projeto social. Foi uma experiência que lhe parece não ter criado vínculos de início. Diz ter sido uma “bagunça” e que no projeto era “apenas um indivíduo, um aluno qualquer”.

Diz ter mantido contato com homens, depois das primeiras experiências sexuais na rua. Tentou por diferentes religiões “curar-se”, mas ainda assim mantinha suas práticas sexuais homoafetivas.

Morou em São Paulo para tornar-se frei. Porém, nesta casa religiosa, apaixonou-se por uma das lideranças do espaço. O sentimento foi recíproco,

os dois saíram da casa, assumiram o relacionamento e então Mario foi aceitando e assumindo sua homossexualidade. A relação amorosa, no entanto, foi interrompida e ele retornou para o Rio de Janeiro.

Foi com este conjunto de experiências na vida, que Mario retorna aos projetos sociais. Agora sim, em uma situação que cria vínculos. A atuação como “promotor de saúde” no projeto social e no trato com questões de gênero e sexualidade o motiva. Tanto que trabalha atualmente para constituir sua própria ONG.

Mariana:

Mariana, jovem negra de 23 anos, é natural do Rio de Janeiro e foi praticamente a vida inteira moradora da favela da Maré. Atualmente mora sozinha em Olaria, bairro formal da zona norte da cidade do Rio. Descreve sua infância e adolescência como sendo muito tranquila e o destaque é o valor que atribui ao suporte familiar. Embora não pareça à vontade em mencionar a relação com o seu pai, sua mãe - uma funcionária pública da Prefeitura do Rio de Janeiro - é bastante citada na narrativa, inclusive como uma das responsáveis pelo seu estímulo ao engajamento em causas sociais.

Descreve a distinção da condição de renda de sua família, em relação aos seus vizinhos, outros moradores da favela. Sua revelação indica as diferenças de estratificação social que existem nas comunidades populares. Não é que Mariana viva em condições tão mais abastadas. O exemplo que oferta é simples: *“você vê a duas casas ao lado da minha, podia ter gente que mal tinha o que jantar. Enquanto eu, na minha casa, estava comendo biscoito recheado”*. Mariana ainda relata que o básico nunca lhe faltou, embora sua mãe nunca tivesse as condições de pagar uma escola privada ou mesmo, um curso de inglês, o seu maior sonho.

Ainda assim, a consciência da diferença em relação aos outros moradores da favela, lhe traz o desejo sempre reiterado de retornar com algum projeto à comunidade. Brinca com a ideia de que poderia fazer algo mais estruturado, reunindo algumas amigas já formadas em pedagogia, e o seu irmão, estudante de Ciências Sociais para criar uma ONG. Mas esta citação fica apenas na

especulação: pois em outro momento é bastante taxativa em afirmar que não quer montar uma ONG.

Assim como os outros dois jovens já citados, Mariana descreve pessoas importantes que lhe deram suporte. Uma vez que sua mãe sempre trabalhou fora, diz ter ficado sob os cuidados de vizinhos, de uma tia e de sua avó. Mas é uma professora, durante a infância e parte de sua adolescência, que lhe traz recordações mais firmes. Para ela, esta professora lhe abriu o apetite pela literatura, pois ao contrário da casa de sua mãe, na da professora havia muitos livros. Mariana diz escrever contos e poesia atualmente.

O primeiro contato de Mariana com um projeto social foi aos 13 anos. Diz ter sido sempre muito agitada, e por isso, o lugar dos projetos sociais “sempre” lhe pareceu o mais adequado para dar vazão ao seu estilo e modo de atuar. Galgando diferentes níveis de participação nos projetos sociais desde a adolescência – de voluntária à profissional – Mariana atualmente é consultora de uma ONG e faz curso superior em dança em uma universidade.

O destaque da biografia da Mariana é a forma autônoma como rege o curso de sua vida. Tanto de ordem financeira, como familiar ou afetiva. Ao falar sobre momentos de dependência, lembra-se do período em que quase casou, com 18 anos. Seu então namorado (que amava bastante, enfatizou), mantinha uma relação tensa, com situações de agressão. Após tomar contato com discussões sobre violência de gênero nos projetos sociais, diz ter ficado insuportável a incoerência entre o discurso que se propunha a fazer de não violência contra as mulheres, e a prática vivida no relacionamento com o então namorado. Por fim, desistiu do relacionamento dias antes de casar, com toda a estrutura de casa montada.

No momento da entrevista, namorava um policial com quem já mantinha certa intimidade, mas ainda assim “cada um na sua casa”. Revela os conflitos entre as visões de mundo do casal, nas discussões sobre juventude, favela e direitos.

Mauricio:

Nascido e criado na favela da Maré, Mauricio tem 22 anos e de partida, pontua a satisfação em ser morador da comunidade e, mais especialmente, em ser carioca. Para ele, é preciso quebrar as fronteiras entre a favela e a cidade, ainda que o processo de auto reconhecimento e de valorização da identidade da favela seja importante. Este, inclusive, tem sido o insumo do trabalho artístico de Mauricio. Ele tem se dedicado, pela linguagem do cinema, a valorizar a estética da favela, como parte integrante da cultura da cidade.

Morando com sua mãe, uma irmã mais nova e o padrasto, de modo muito similar a Mariana, revela que tem um nível econômico e social um pouco superior em relação a outros moradores da Maré. Sua mãe é uma trabalhadora de ONG: já atuou na cantina, passou a ser responsável pela logística e atualmente é responsável pelo prédio de uma organização. Ele fala pouco sobre o padrasto. Apenas indica que tem uma boa relação e que o mesmo tem certo orgulho pelo fato de Mauricio ser uma pessoa pública em função dos trabalhos que realiza.

Estudante de escola pública, não frequentou escolas próximas da comunidade onde mora. Tal fato, juntamente com a circulação pela cidade e as motivações pelas artes e pelo esporte, foi ampliando seus círculos de amizade, inclusive com outros jovens de classe média moradores da zona sul, com os quais Mauricio mantém contatos frequentes.

A vinculação de sua mãe com as ONGs presentes na comunidade, também influenciou a participação de Mauricio nos projetos sociais. O primeiro projeto que participou tinha 13 anos e era uma proposta de construção de um espetáculo de dança. Nessa experiência, Mauricio conta que de início não curtiu muito, mas foi se envolvendo, a ponto de representar o projeto em outras cidades brasileiras.

A experiência na construção do espetáculo foi lhe abrindo outro interesse: a área do audiovisual que posteriormente se transformou numa dedicação à linguagem do cinema. Dentre os vários projetos pelos quais passou, sempre que possível, buscava atuar de algum modo no registro audiovisual das

atividades. Até que surge uma oportunidade numa ONG em fazer um curso dedicado ao audiovisual, onde encontrou uma nova rede de relacionamentos que lhe permitiu, por exemplo, produzir um grande filme exibido nos cinemas do circuito comercial.

Mas, pontua as dificuldades que viveu no processo de produção deste filme. Mauricio foi até o limite para conseguir participar da construção do filme, tentando compatibilizar o tempo a esta produção, com o trabalho de balconista e caixa de uma farmácia próxima da comunidade. Sofreu dilemas no momento em que teve que largar este emprego, aparentemente mais estável, em detrimento do filme.

Sua incursão pelo cinema, segundo ele, permite aproveitar da mobilidade que faz pela cidade e também contribui no papel de mediação que exerce dentro da comunidade. Afinal, nas suas produções em curtas metragens, a comunidade gosta de se ver, incluindo os próprios operadores do tráfico de drogas local. Quando quer realizar qualquer tipo de trabalho cinematográfico na favela, Mauricio conta que vai até “os caras” para pedir autorização sem constrangimento.

Aliás, faz reflexões bastante apuradas sobre a criminalização dos jovens moradores de favela, incluindo os que estão no tráfico de drogas. Diz ele, que o fato de conseguir estabelecer um canal de comunicação respeitoso, não se dá apenas em função de ser nascido e criado na favela, mas por que, ao contrário de outros operadores ligados as ONGs ou ao Estado, busca “humanizar” os sujeitos que estão envolvidos no tráfico.

Atualmente, com a finalização do filme pelo qual se dedicou nos últimos três anos, Mauricio passou a coordenar as atividades do projeto que inicialmente lhe abriu às portas para a arte do cinema. No entanto, conforme será visto em seus relatos, mantém uma posição de aparente autonomia frente ao projeto e a ONG. Sua identidade de artista se sobressai em relação à identidade de gestor de projeto.

Mauricio se define como um pesquisador de costumes e um curioso de histórias e de situações vividas no interior das favelas. Ainda assim, não quer

se classificar como um “cineasta de periferia”. Diz ter a liberdade e as condições de produzir um filme sobre a favela, tanto quanto um filme sobre o Leblon, bairro da zona sul do Rio de Janeiro.

Tendo interrompido sua frequência numa escola de cinema da cidade do Rio de Janeiro, em virtude dos custos financeiros, diz que não gosta de ler, mas ainda quer investir numa faculdade e aprimorar tecnicamente suas habilidades na produção audiovisual.

2. PORTA DE ENTRADA: JOVENS “PÚBLICO ALVO” DOS PROJETOS

Quais os elementos que caracterizam os jovens como público alvo de um projeto social? O diálogo com os jovens nesta pesquisa apresenta alguns aspectos interdependentes: a) a oferta de projetos das ONGs direcionados aos jovens moradores das favelas; b) uma motivação dos jovens e um percurso de entrada deles nestes projetos; c) investimentos destes projetos no campo da formação.

2.1 Por que os jovens moradores das favelas?

“É muita pobreza. Você vê a parte alta do morro, o pico, e lá você vê como é difícil. O que é mais doido é que na parte do meio, as casas são melhores e lá embaixo é outro padrão. E quando você vai falar de Santa Marta, as pessoas acham que é uma coisa só (...). Aí, tipo, na época que eu saí da casa da minha mãe, no Santa Marta era difícil alguém ter telefone, era difícil, pra ter carro, tinha um, dois que tivesse carro lá na época era incrível. Então, lembro até uma vez que minha mãe falou assim pra mim ‘vou botar um telefone em casa’, aí eu ri da cara da minha mãe, ninguém colocava telefone na favela, não botava de jeito nenhum.” (Manuel, 23 anos).

É possível supor que as comunidades escolhidas pelas ONGs para executar seus projetos sociais variam por critérios que vão, desde indicadores socioeconômicos e culturais das localidades, até um ambiente social e de articulações comunitárias propícias, especialmente se houver contatos já estabelecidos. Contudo, a oferta de projetos sociais em direção às favelas do Rio de Janeiro tem uma história marcada, que se justifica para além dos indicadores.

Percorrendo os estudos sobre as favelas (Zaluar, 1985; Zaluar & Alvito, 1998; Valadares, 2000, 2005; Machado da Silva, 2002, 2008; Pandolfi & Grynszpan,

2002) chega-se a percepção de que elas são, para além de uma realidade geográfica, territorial e urbana heterogênea, uma realidade cuja constituição histórica e as relações sociais e políticas ali estabelecidas, dimensiona sua existência também no campo das representações sociais.

Desde o seu surgimento na cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX até os dias de hoje, as favelas vêm sendo palco de intervenções dos dispositivos de dominação¹⁰, cujos resultados, por pulsar em uma realidade material e simbólica dinâmica, surtem efeitos difusos. Valadares (2005) repercute a existência da favela e o tratamento que lhe é dado por distintos atores institucionais e áreas do conhecimento como sendo, antes que um objeto de intervenção, ela mesma uma invenção.

A identificação como lugar da pobreza, da precariedade e da marginalidade, em que foram sedimentadas as representações sociais sobre as favelas, na primeira metade do século XX, tornaram-nas um “problema” a ser resolvido (ou eliminado). Já na segunda metade do mesmo século, outras visões passam a ocupar o imaginário (sem, no entanto, substituir as primeiras). Retomando os encontros possíveis entre o “morro e a cidade” pela via da cultura, a favela ganha outro *status*: um lugar de coesão social, de convivência solidária e de integração com a cidade formal:

“O samba é da favela, mas ninguém fala que o samba é de favela. Samba de favela, samba de raiz é um produto do Rio de Janeiro e acho que é aí que a gente tem que começar a calcar as coisas” (Maurício).

Esta realidade se modifica na década de 80, com a explicitação do comércio ilegal pelo tráfico de drogas, que salta de uma atividade subterrânea para a conquista dos “territórios” pelos operadores do tráfico nas favelas, o que altera os modos de vida locais¹¹:

¹⁰ Leite (2008: 120) citando Foucault (1979: 244), coloca a definição da noção de dispositivo deste autor como “um conjunto heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas (...). O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos”.

¹¹ Zaluar & Alvito (1998)

“O morro tava mudando tanto de pessoas, de pessoas antigas, os que respeitavam os moradores tavam indo embora, sendo presos, tava vindo gente nova, de outras favelas. Não tô defendendo bandido não, mas havia o respeito de alguns, dos antigos pra comunidade. Depois é que teve essa mudança pro tráfico, da venda das drogas, essa questão toda. Então os antigos de lá tinham muito essa visão de assistencialismo mesmo, de uma mulher do morro falar ‘faltou comida pro meus filhos’, ‘toma, tia, vai quebrar o galho da senhora’, várias vezes os moleques descendo com a roupa da escola e os bandidos ‘o que vocês tão fazendo aqui? Não vão pra escola não? Vai pra escola agora! Tá maluco?’. Era uma estratégia boa que eles usavam. Os outros novos, aí eram moleques novos, moleques que tinham 16, 15, 18 anos, eles entravam com outra visão de querer mandar, de querer ser o maioral. O pessoal tinha um medo, ninguém tinha coragem de olhar no olho deles. Depois disso, a gente [família do Manuel] saiu do morro e as pessoas que entraram eram complicadas. Ninguém sabia o que ia acontecer”. (Manuel).

As relações de cunho assistencialista do tráfico com as famílias nas favelas, relatadas pelo Manuel, mesmo em um contexto de “medo”, continuaram ao longo das décadas seguintes. Se a relação assistencialista era realizada pelos agentes considerados ilegais (os traficantes), numa outra dimensão, também ocorria com os atores legitimados social e politicamente. É o caso dos políticos que encontraram na peculiaridade das relações sociais nas favelas, verdadeiros “nichos” eleitorais (Kuschnir, 2000).

Esta situação de relações assistencialistas e clientelistas, seja pelo tráfico, seja pelos políticos, encontrou espaço no contexto da não efetivação da universalização dos direitos previstos na constituição de 88. Apesar dos esforços de diversos atores à época, a capacidade do Estado em cumprir com as prerrogativas constitucionais, não atendeu a escala e urgência das demandas para todos, mantendo, distintamente, determinadas populações e territórios à margem dos direitos.

Passando para a década de 90 até os dias atuais, encontramos o ápice de um processo internacional de mudanças econômicas, que afetou o funcionamento do Estado e das políticas públicas, corroborando mais ainda com a fragilidade na aplicabilidade dos direitos de cidadania pelos agentes estatais ou serviços públicos, prescritos na Constituição.

É neste cenário que se apresenta a proliferação de ONGs e um conjunto de iniciativas, via projetos sociais, nas comunidades pobres pelo Brasil e no Rio de Janeiro, especialmente nas favelas. Em uma tentativa de suprir deficiências dos serviços e também garantir suas sustentabilidades, algumas ONGs passam a assumir um papel destacado na execução das políticas públicas, provavelmente pelas condições mais flexíveis em operar projetos. Nesta perspectiva, puderam construir uma relação ambígua com os governos, na medida em que estes abrem editais para “terceirizar” serviços públicos. Pela heterogeneidade de seus objetivos, discursos e práticas, estas ONGs passam a assumir um caráter mais assistencialista ou de defesa dos direitos.

É neste mesmo contexto que também surgem outros atores sociais e políticos que passam a edificar distintos discursos sobre a favela. Dentre eles, os agentes culturais que, utilizando de símbolos gerados nas relações de sociabilidade, forjam uma “identidade” da favela, a qual alguns jovens aderem:

“Hoje a gente passa por um período de reconhecimento da favela, um cara fala que mora na Cidade de Deus, no Complexo da Maré, que tem um museu dentro da favela, Museu da Maré, contando a história da favela” (...) Fazer um sambão, sentar e beber uma cerveja no meio da rua, **isso é bem favela**; a gente tá andando na calçada e do nada tá andando no meio da rua, eu ‘**caraca, isso é muito favela**’, eu gosto disso” (Mauricio); Grifo meu.

2.2 A entrada dos jovens nos projetos:

“Aos meus 14 anos surgiu o projeto de dança com a idéia de formar um espetáculo de dança com jovens de periferias cariocas. E a ideia era essa, não queria pessoas que tivessem experiência com nada, falava que eram cidadãos dançantes, que a ideia era transformar o cara em cidadão com a dança.” (Mauricio).

O percurso de entrada dos jovens nos projetos sociais, em geral, ocorre por meio de uma convocação na comunidade, cuja divulgação se realiza em escolas, postos de saúde, outras instituições e projetos ali presentes. Cabe

destacar também que, os amigos configuram uma **rede de relacionamento** eficiente, sendo responsável, ao que parece, por grande parte da circulação dos jovens pelos diferentes projetos:

“Foi uma menina chamada Vanessa, falou comigo assim ‘ah, Mariana, vai ter uma seleção para o projeto de uma ONG, pra participar de um projeto. Aí fui chamei um monte de amigas minha, ‘oh, vai ter seleção’ (...) E aí, eu acho que foi assim que mudou a minha vida, porque eu tava numa fase também de ensino médio, de depois pensar em universidade, carreira profissional e eu tava envolvida com isso, eu falei ‘pronto!’, aí eu senti que as pessoas foram me caçando.” (Mariana, 23 anos).

Há, no entanto, interesses variados na entrada e permanência dos jovens aos projetos. Os relatos dão conta da existência de uma **bolsa**, que nesta etapa, é mais comum ser denominada de “ajuda de custo”:

“Eu só prestei atenção quando falaram que ia ter uma bolsa de 150 reais. Aí eu falei ‘agora me interessou’”. (Mauricio)

“A bolsa de 150. E aí eu precisava. Lógico que a minha mãe nunca teve condições de me bancar em roupa, sapato e tal, eu era um jovem e precisava me vestir. E quando rolou, ‘ah, esse projeto, você vai fazer isso e vai ganhar tanto’, beleza, aí eu fui, fiquei nesse, aí entrei em outro (...) é bom enfatizar que a gente trabalhava pra caramba, muito mesmo, a gente virava noite, a gente pesquisava, a gente fazia etnografia em vários lugares, nos sambas, no samba que acontecia na Maré, no pagode, em bailes, é isso, é aquilo, produzia pesquisas, artigos”. (Mario).

A ajuda de custo permite aos jovens manter a frequência na programação sugerida e, a partir de seu envolvimento, outras tarefas passam a ser atribuídas. Nesta fase, mesmo com a noção de que existe um trabalho a ser

desenvolvido, ainda há uma atmosfera de ação voluntária¹² na adesão dos jovens às atividades. Além da bolsa ou ajuda de custo, cabe ressaltar o encorajamento da família à participação dos jovens nos projetos. Mesmo que não haja muita clareza quanto ao que se faz neles, causa alguma tranquilidade o fato de permanecerem em alguma atividade que supostamente os distancie da movimentação do tráfico de drogas nas comunidades:

“Mas acho que, na verdade, minha mãe não teve medo, me deixou entrar mais porque, acho que ela achou bom eu me inserir num grupo. Ah, tipo, Mauricio é desse grupo e por conta de ela tá trabalhando numa ONG na época, ela já sabia o que era aquilo antes mesmo de eu saber (...). De alguma maneira, eu tinha meus horários regrados, eu estudava de 7 da manhã, chegava meio-dia em casa, três horas da tarde começava o ensaio, ficava até seis horas, o ônibus buscava, trazia, tinha alimentação lá, tudo certinho” (Mauricio).

No entanto, esta tranquilidade tem prazo de validade. Em alguns relatos, percebe-se que na medida em que os jovens vão crescendo, surgem preocupações quanto a se inserirem num trabalho remunerado. A incompreensão das famílias sobre o que se faz no tempo dedicado aos projetos gera cobranças, que indicam o desejo de que os jovens ingressem no mercado de trabalho formal e passem a contribuir no sustento familiar, uma vez que a bolsa ou ajuda de custo não são suficientes.

“Não {os familiares}, nunca participaram. Eu tento passar pra eles o que eu faço, mas as pessoas que estão fora da área social, eu não sei o que elas pensam. De um tempo pra cá, eu vi que não é só eu, de não saber explicar, acho que as pessoas não entendem mesmo, sabe, o que a gente faz (...) “Até que chegou um dia que minha tia disse ‘tá na hora de começar a trabalhar’”. Eu perguntei, em quê? Ela falou: ‘vai à luta, você

¹² As últimas duas décadas, período com o qual os jovens tomam contato com os projetos sociais, foi palco de uma intensa mobilização em prol do voluntariado no Brasil. A síntese deste processo foi a criação do programa “Comunidade Solidária” na década de 90, conduzido pela primeira-dama à época, a antropóloga Ruth Cardoso. No programa Comunidade Solidária, fomentou-se a criação de centros de voluntariado por todo o país. Havia um apelo direcionado ao voluntariado juvenil, com editais específicos para projetos que poderiam ser acessados por ONGs, bem como mídia para dar visibilidade às ações voluntárias desenvolvidas por jovens.

viaja tanto e faz tantas coisas, já deve tá bem sabido”.
(Manuel)

2.3 Os investimentos dos projetos das ONGs no campo da formação dos jovens:

A grande maioria dos projetos sociais, ofertados nas favelas do Rio de Janeiro por diversas ONGs, desenvolvem cursos, oficinas e espaços de formação voltados aos jovens sobre temas de interesse das ONGs, em diálogo com a missão das organizações e/ou objetivos dos projetos.

Neste sentido, as formações ocorrem por meio de diferentes instrumentos, meios e recursos pedagógicos. As organizações propõem apresentar aos jovens temas, com os quais eles possam refletir sobre experiências concretas vividas em seus universos familiares e/ou comunitários:

“Desde o momento que a gente começa a se reeducar, eu acho, assim, que as oficinas que eram aplicadas na gente eram oficinas de suma importância e a gente sempre levava o nosso cotidiano dentro de sala de aula e outros convívios sociais, entendeu?” (Mario).

As práticas educativas pautam-se em diferentes abordagens metodológicas e áreas específicas de conhecimento, percorrendo espectro de temáticas variadas, mais ou menos articuladas: arte-educação, formação política, criação de grupos artístico-culturais, realização de oficinas de saúde, meio ambiente e questões específicas relacionadas às populações historicamente marginalizadas (negros, mulheres, homossexuais, jovens, pessoas com deficiência etc). Desta maneira, *via de regra*, tais práticas assentam-se nos estímulos à participação para garantia dos direitos, com destaque para ocupação de espaços ditos de controle social e formulação de Políticas Públicas¹³.

¹³ Destacam-se nesses espaços os fóruns temáticos de articulação das Organizações da Sociedade Civil e os diferentes Conselhos de Políticas Públicas nas três esferas distintas (municipal; estadual; e nacional).

“Aí eu entro no projeto social e tem uma visão totalmente diferente disso, na verdade, nós temos de ser parceiros das nossas mulheres, tem de estar tudo em concordância, ela não tem de estar submissa a mim, nem eu a ela, eu não tenho que mandar nela nem ela em mim. Outra coisa: homossexualidade. As igrejas não aceitam, então, eu aprendi isso desde pequeno; e o homossexual pra igreja, ele está demoniado, o demônio está na vida dele. Vou pro projeto social e a minha mente muda em relação a isso, é uma opção, uma escolha dele e eu tenho que respeitar, mesmo que eu não concorde, eu tenho que respeitar”. (Manuel)

A depender do refinamento (por vezes bastante acadêmico) com que os temas dos projetos sociais são tratados pelas ONGs, haverá diferentes compreensões por parte dos jovens, sobre tais temáticas. Seja por que, a educação formal não cumpriu seu papel, seja porque a atribuição de sentido é de um jeito naquele espaço de sociabilidade, mas se materializa de outro na sociabilidade cotidiana, em seus lugares de moradia, nas redes de amizade ou na própria unidade familiar. Nesse contexto, os jovens passam a adotar um discurso formatado ou “politicamente correto”.

Percebe-se também que o investimento no campo da formação de jovens, não está apenas no trabalho educativo conduzido por adultos em oficinas, palestras ou métodos similares. Considerando as conexões das ONGs, por meio de redes temáticas, as oportunidades ampliam-se, na medida em que há um bom desempenho dos jovens, com chances de circulação no circuito da cidade e fora dela.

“Viajei o Brasil todo, foi a primeira vez que conheci outros estados, foi na época dos 14, 15, 16 anos, então viajei o Brasil todo, pra Salvador, São Paulo, pra várias cidades de São Paulo, Brasília, então foi muito bom pra mim. E eu lembro que foi aí que eu tive minha primeira experiência cinematográfica, porque tinha um telão e nesse telão passava duas imagens”. (Mauricio)

Das oficinas às viagens, o caminho percorrido possibilita a construção de vínculos e laços afetivos, de sentimento de pertença a um grupo ou a um tema. A ligação com educadores e as amizades criadas entre os jovens, geram uma

comunidade de sentidos, um campo pelo qual a experiência social¹⁴ torna-se significativa. Neste contexto, há uma fluidez na relação entre jovens e educadores, possibilitando que as práticas educativas ocorram, e um sistema de significados (Berguer e Luckmann, 2011) passa a ser partilhado, quase que irrefletidamente.

“Inicialmente, eu fiquei lá por causa do dinheiro, mas aí a coisa foi crescendo, acabou que eu me incluí no meio social, fiz vários amigos, meninas e tal (...). E aí comecei a fazer essas coisas, comecei a tentar ficar na ONG, tentando tocar isso, inicialmente, algumas coisas a gente não tinha salário, não recebia, eu tinha 17 anos ainda, quase 18, mas surgia um trabalho, por exemplo, tinha patrocínio, eu também tava ganhando dinheiro com isso”. (Mauricio).

Na maioria das experiências, o aprimoramento de competências comunicacionais é parte importante do processo educativo proposto. Tais habilidades podem ser tanto pré-requisitos para a entrada nos projetos, como podem ser desenvolvidos no processo, e tornam-se indicador de qualidade nos resultados das formações sugeridas. Há também uma componente de desejo pessoal dos jovens em ter, naquela oportunidade, potencializada alguma habilidade:

“E aí eu fui fazer outros cursos e tal, tinha o segundo grau, ia fazer vestibular pra que, eu sabia que eu queria fazer alguma coisa com comunicação, principalmente jornalismo, eu queria fazer, e foi aí quando abriu o curso na ONG, Aí eu falei ‘vou fazer esse curso porque lá vou me descobrir um pouco’, eu tinha 16, 17 anos.” (Mauricio).

Os jovens apresentam *disposições* que adquirem ao longo da vida, em outros espaços sociais percorridos e que, de alguma forma, agregam-se à experiência no projeto social.

¹⁴ O conceito de experiência social é renovado pela perspectiva de Dubet em sua sociologia da experiência. Para ele, a premissa da sociologia clássica que compreende a ação social dos indivíduos pautada pela introjeção e institucionalização de normas e condutas não explica mais a heterogeneidade de práticas e dos sentidos que os indivíduos atribuem às mesmas. A diversidade cultural e a multiplicidade das formas de conflito complexificam a ação social, contornada pela experiência social concreta. Para Wautier (2003:181) *“A experiência social aparece como uma maneira de construir o mundo, ao mesmo tempo subjetiva (é uma “representação” do mundo vivido, individual e coletiva) e cognitiva (é uma construção crítica do real, um trabalho reflexivo dos indivíduos que julgam sua experiência e a redefinem). Experiência não alheia à alienação (...)”*.

“Assim não é querendo me gabar, eu era bem visto por toda a comunidade que a gente morava, era muito bem visto – eu era solista da igreja, eu era solista oficial da união das igrejas, de mais de dez igrejas, eu ganhei o concurso e virei solista oficial – essas igrejas, quando se juntavam pra fazer o coral, pra cantar em outra região eu era o solista oficial, era o vocal oficial, então todo me respeitava, me admirava, gostava de mim (...) sempre fui do louvor nas igrejas, sempre participei dos grupos, sempre fui ministro de louvor – ministro é aquele que fica lá na frente, explana sua vida, ‘ah, fiz isso, fiz aquilo, irmão, vamos levantar a mão’(...) Então eu tinha um status naquela localidade”. (Manuel).

Pode-se considerar que o tema das *disposições*, geralmente corre na esteira conceitual da ideia de *habitus* e *campos* proposta pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. Thiry-Cherques (2006) ao compilar os conceitos fundamentais de Bourdieu, explica que para ele:

“a sociedade é formada por campos, verdadeiros microcosmos de relações objetivas (...). Os campos não são estruturas fixas, resultam de processos de diferenciação social e cria o seu próprio objeto (artístico, educacional, político etc.), bem como um princípio de compreensão, com valores (capitais, cabedais) e interesses específicos”.

Neste sentido, os agentes posicionados no campo (indivíduos, coletividades ou instituições) agem por meio de disposições individuais e coletivas, que constituem o *habitus* de um campo. O *habitus* então seria um sistema de disposições, adquirido mediante interação social e, ao mesmo tempo, classificador e organizador desta interação. É produto da experiência biográfica individual, histórica e coletiva a partir da interação entre os indivíduos.

Para Setton (2002), a coexistência de distintas instâncias de socialização, com projetos múltiplos e uma maior circularidade de valores e referências identitárias, configura um campo de socialização híbrido e diversificado para os agentes. O *habitus* pode ser visto como um estoque de disposições incorporadas, mas postos em prática a partir de estímulos conjunturais de um *campo*.

“Então, assim, eu acho que sou eu, entendeu? Eu também sempre fui envolvida com o teatro, eu acho que fiz teatro a minha infância quase toda. Eu fazia teatro, 10, 11, 12 até (...) tinha um projeto do Clube Escolar¹⁵, que era a UFRJ, atendia, os alunos da UFRJ de Educação Física, de Dança, de Artes Cênicas, davam aulas para crianças, moradores da Maré, alunos de escola pública, basicamente isso. Aí eu fazia teatro e dança lá. Aí com 19 anos, eu fiz um curso no Teatro do Oprimido, me formei como Coringa no Teatro do Oprimido” (Mariana).

Lahire propõe analisar as *disposições*, considerando as condições de sua produção, eficácia e atualização. Portanto, não são naturais, fixas, mas mobilizam-se em acordo com objetivos, circuitos, processos. Elas precisam ser dissecadas, tanto pela sua pertinência *nos campos* aos quais se constituíram, como nos novos campos percorridos nas trajetórias de vida. Um “*patrimônio de disposições*” sintetiza a compreensão deste autor acerca do “singular no plural” e, no caso desta pesquisa, ajuda a compreender como a circulação dos jovens, em contextos sociais distintos, favorece o trabalho operativo que desenvolvem nas ações sugeridas nos projetos sociais.

2.3 Jovens multiplicadores:

Muitas formações oferecidas pelos projetos sociais aos jovens, utilizando-se de todo o arsenal disponível de *disposições* anteriormente adquiridas e/ou atualizadas e potencializadas, têm a intenção de tornar os jovens *multiplicadores*, ou seja, indivíduos que possam *multiplicar* os temas e ações trabalhados anteriormente junto a outros jovens.

“E aí nós fomos condicionados, aprendemos e tal, e todos os momentos que eu tava com certo grupo e que eu achava que era necessário sentar e projetar tudo que eu aprendia né, até porque também, psicologicamente, isso pra mim era um gozo. Por que era um gozo? (...) a minha necessidade de se autoafirmar isso a todo o momento vem à tona. Entendeu?”

¹⁵ Relato do Prof. Paulo Carrano, idealizador do projeto de clubes escolares “*Os clubes foram criados como uma política de educação integral ampliando a experiência educacional para o espaço-tempo de lazer no contraturno escolar. Hoje ele é um programa de caráter esportivo, mas na sua criação e durante um bom tempo desenvolveu atividades relacionadas com o corpo, incluindo esporte, atividades culturais e experimentações estético-expressivas*”. Para maiores informações sobre o projeto: <http://www0.rio.rj.gov.br/sme/projprog/programas/clube.htm>

Então eu sempre queria mostrar, ‘olha, estou aprendendo, vocês também podem, vamos’”. (Mario).

As narrativas indicam que a multiplicação dos temas é algo já previamente elaborado no escopo dos projetos sociais:

“O projeto já tava dividido em quatro linhas temáticas: era a prática cidadã, pra reforçar mobilização comunitária; formação em pesquisa - que era pra reforçar o contato com os livros, informações da internet - poder da informação dentro da comunidade; formação da infância e juventude, sobre violência, sobre sexualidade (...). Então as pessoas que caíam nessa área tinham que ter informações” (Manuel).

Tanto é significativo este elemento que, em geral, uma estratégia de averiguação do desempenho dos jovens é desenvolvida pelos educadores, durante o processo de formação, como parte do ciclo formativo, para aferir o grau de apreensão de conteúdos e, ao mesmo tempo, exercitar os jovens na facilitação de processos educativos. Manuel destaca o quanto essas “habilidades”, necessárias para trabalhar na área, são valorizadas pelas ONGs e, conseqüentemente, por ele mesmo:

“Acho que uma das coisas que eu desenvolvi é essa capacidade de falar, de pegar um tema e falar sobre ele, mesmo não tendo tanto conhecimento. Uma das coisas que eu mais me orgulho (...) convencer as pessoas daquilo, tocar, assim acho que eu consigo tocar mais no emocional da pessoa, sabe, sobre a temática. Se eu falar sobre a violência contra a mulher, eu não falto propriedade, eu falo com emoção sobre aquilo, sabe”. (Manuel)

Ao mesmo tempo, os resultados esperados quanto à formação e a expectativa de *multiplicação*, nem sempre se coadunam com o tempo de apreensão e aprendizagem dos jovens.

“E tinha a {área} pedagógica, da qual eu ia fazer parte, que era pra aplicar as temáticas de sexualidade, sobre violência contra a mulher, sobre o ECA. Então, eu teria que participar (...) Em cada área ficou dois jovens, duas pessoas, fiquei eu e mais uma menina, eram quinze na época. E assim a gente não aprendeu ‘porra’ nenhuma. Eu tinha uma vergonha enorme pra falar”. (Manuel)

As capacidades e habilidades desenvolvidas, por meio das formações, somam-se as oportunidades de atuação, que vão se tornando mais frequentes, cujos jovens se inserem em um ciclo interno operativo dos próprios projetos.

“Além disso, a gente começou a fazer o {Projeto A} na comunidade (...) e outros projetinhos também. Então, a gente conseguiu de um projeto pro outro convergir as ações, conseguindo um recurso legal”. (Manuel).

“Foi bem legal, foi um concurso da América Latina, com financiamento pequeno, eram 24 mil reais pra um ano. Pra fazer um projeto pra falar da prevenção da AIDS e tinha que ser inscrito por jovens esse projeto. Aí eu escrevi esse projeto junto com o Rogério (...). E a gente fez esse projeto um ano, esse projeto na Maré, a cada mês eles tinham de realizar uma ação afirmativa na Maré falando sobre prevenção, podia ser uma barraca, podia ser um vídeo, podia ser um teatro” (Mariana).

Se há motivações de entrada, estratégias de permanência (ex: a ajuda de custo), diferentes metodologias de formação empreendidas que propiciam a adesão para a participação dos jovens nos projetos - além dos vínculos afetivos - estão criadas as condições para uma incorporação de um *modus operandi*, uma forma de fazer característica dos projetos sociais, que passa a ser reproduzida pelos próprios jovens. Estes, no entanto, recebem outras nomeações, já não são mais meramente jovens “vulneráveis” ou em “situação de risco”. Tornam-se, na medida em que avança a experiência do trabalho de *multiplicadores*, agentes ativos na ação, sobretudo, entre pares:

“É, uma coisa que despertou foi essa coisa de liderança, por conta desses projetos terem essa coisa de dar palestra, você sentar e se organizar, ir lá na frente e falar pro um bando de pessoas, isso foi incrível. Eu nunca me imaginei na frente de um trabalho de escola (...). Então, quando passei a ir pra frente e falar com propriedade, e com propriedade pra dar até a minha opinião, chegar e falar eu acho que é isso, ‘ah, use camisinha, mas eu acho que tem que ser assim assado’. É muito maneiro isso eu ter a propriedade, me sentir seguro pra expor a minha opinião.” (Mauricio).

A visibilidade pública parece ser também para os jovens o melhor indicador de desempenho:

“Eu lembro que na primeira oficina que eu dei sozinho, que foi sobre sexualidade, o pastor falou na minha cara ‘você tá falando sobre sexualidade?’ Aí eu ‘não eu não vou falar sobre sexualidade, o meu papel aqui é alfinetar vocês a falar, eu não vou falar nada, só vou facilitar’. Tipo assim foi espetacular, o pessoal gostou, eu comecei a dar uma oficina atrás da outra, pros jovens de outros projetos A ONG me deu a oportunidade de dar a oficina em outros projetos do Santa Marta e comecei a gostar do trabalho. Então, meu filho, não foi fácil, mas depois de um tempo, a gente começou a ser referência de jovem da comunidade. O jovem veio falar com a gente, eu senti orgulho daquilo, a gente tá sendo referência pra eles, que legal”.

(Manuel)

Ambientados e requisitados em fóruns diversos, bem como participando de mais de um projeto ao mesmo tempo, os jovens parecem tomar gosto pelos vastos temas ofertados. E de fato, alguns os tocam afetivamente. De maneira que situações pessoais lhe atribuem novos sentidos à participação nos projetos.

“Aí a minha sexualidade ela tava muito mais amadurecida e aquilo pra mim era contra a lei de Deus e tal, aí entrei pra ser frei, morei dois anos e meio, isso eu tinha uns 19 anos. 19? Não, 17 mais ou menos, 17 anos. Aí entrei pra ser frei, aí fiquei dois anos e meio morando em São Paulo, Marília, próximo ao Paraná. Até que lá dentro, a coisa se aflorou mais ainda e eu me apaixonei pela pessoa que mandava na casa. E a pessoa que mandava na casa se apaixonou por mim e isso era uma

situação que Deus não permitia. Aí nós dois saímos, aí nós namoramos, eu não voltei mais pra igreja e aí foi quando eu entrei no projeto que aí as coisas foram aí eu fui entendendo. Porque no projeto eu trabalhei, eu atuei com outros jovens, com promoção da saúde, entre outros temas, aí cuidava de gênero, enfim, sexualidade” (Mario).

2.4 Questões para debate:

A partir das narrativas e da descrição do modo como ocorrem as relações das práticas dos projetos sociais com os jovens enquanto público alvo, cabe problematizar algumas questões.

O que sustenta ideologicamente todo o aparato institucional no qual se legitima socialmente tais práticas? Por que tanto investimento no campo da formação de jovens pobres, moradores de favela? Quais as questões que se colocam em torno da autonomia e da condição juvenil?

Carrano (2011:244-245) sugere que atualmente estamos assistindo uma “contemporânea condição juvenil”.

“Hoje, os jovens possuem um campo maior de autonomia frente às instituições do denominado ‘mundo adulto’ para construir seus próprios acervos e identidades culturais. Há uma rua de mão dupla entre aquilo que os jovens herdaram e a capacidade de cada um construir seus próprios repertórios culturais. Sem desconsiderar os pesos específicos das estruturas e condicionamentos sociais, um dos princípios organizadores dos processos produtores das identidades contemporâneas diz respeito ao fato dos sujeitos selecionarem as diferenças com as quais querem ser reconhecidos socialmente. Isso faz com que a identidade seja muito mais uma escolha do que uma imposição”.

Nessa perspectiva, o autor problematiza a capacidade das instituições em responder a esta realidade (idem: 245):

“Uma das mais importantes tarefas das instituições, hoje, seria a de contribuir para que os jovens pudessem realizar escolhas conscientes sobre suas trajetórias pessoais e constituir os seus próprios acervos de valores e conhecimentos que já não são mais impostos como heranças familiares ou institucionais. O peso da tradição encontra-se diluído e os caminhos a seguir são mais incertos”.

Se o autor aponta uma exigência dos novos tempos às instituições e sendo a educação o campo de intervenção pelo qual a sociedade mira os jovens, ao considerar as práticas educativas dos projetos sociais de ONGs, é preciso reconhecer, em primeiro lugar, quais os fundamentos e concepções políticas e pedagógicas em que se baseiam as práticas. Krauskopf (*apud* Abramo, 2005), recupera um conjunto de sistemas de abordagens sobre juventude no plano das políticas e programas, especialmente na América Latina, em quatro tipos:

- 01) a juventude como período preparatório;
- 02) a juventude como etapa problemática;
- 03) o jovem como ator estratégico de desenvolvimento;
- 04) a juventude cidadã como sujeitos de direitos.

Essas abordagens se cruzam ao reconhecer que as práticas sociais com esses sujeitos são referenciadas a partir da educação. Seja como uma forma de integração, controle e/ou “inserção” na vida social, ou ainda, na perspectiva de formação, que considere os jovens como “atores estratégicos” de um tipo de desenvolvimento, cujos contornos já estão previamente estabelecidos. Desta maneira, aos jovens caberia se inserir nele, reproduzi-lo e desenvolvê-lo num quadro de referência limitado, que não abre perspectivas para pensar em outro modelo de desenvolvimento.

Há, no entanto, matrizes pedagógicas, em algumas experiências formativas nos projetos sociais, que transitam entre a ideia de inserção e integração social e o discurso da autonomia. Surgem, então, tensões entre as aspirações intencionadas nas propostas pedagógicas, com a realidade do formato dos projetos sociais. Sobretudo quando limitados por uma concepção e modelo de desenvolvimento, veiculados pelos tipos de financiamento com os quais as ONGs executam suas ações¹⁶.

¹⁶ Os projetos sociais de ONGs são realizados a partir de financiamentos cujas fontes são diversas: cooperação internacional, editais públicos, empresas, institutos e fundações empresariais.

Dentre as tensões consideradas, tem lugar o uso de referenciais teórico-metodológicos utilizados. Formulações pedagógicas consagradas são comumente evocadas e reelaboradas para os objetivos específicos dos projetos sociais, como é o caso, por exemplo, dos que utilizam as concepções do educador pernambucano Paulo Freire¹⁷. Ou então, surgem tantas outras abordagens que convivem e se hibridizam nos processos educativos, como é o caso do conceito de Protagonismo Juvenil¹⁸.

Por vezes, tais perspectivas pedagógicas, cujas raízes se firmaram em diferentes momentos históricos e, cujos contornos parecem ser tão distintos, passam a operar no mesmo rol de aprendizagens, e que não raro, até se convertem em manuais ou roteiros passíveis de serem *replicados*. Tal situação, inclusive, contribui a criação de sistemas de premiação às *melhores práticas* por parte de agências de cooperação e/ou fundações empresariais que financiam projetos sociais. Os efeitos desta convivência “harmônica” de abordagens distintas parecem obscurecer os diferentes projetos políticos implicados, ou, tomando empréstimo um termo de Dagnino (2006), parecem produzir uma *confluência perversa*.

A dúvida que segue é se o tipo de reflexão dos agentes envolvidos na prática cotidiana sobre os processos educativos, vão para além dos temas propostos nos projetos, ou seja, se refletem sobre tais pressupostos. E se os jovens na condição de público alvo, na medida em que são também convocados a se tornar “multiplicadores” ou “educadores de pares”, produzem crítica. Nas narrativas dos jovens dessa pesquisa, o que aparece é uma crítica restrita à dinâmica de um *campo*¹⁹:

¹⁷ Destacam-se as obras referenciadas de Paulo Freire: Educação como prática de liberdade (1967) Pedagogia do Oprimido (1970) e Pedagogia da Autonomia (1996). Estas obras informam um tipo de prática educativa, denominada de *Educação Popular*.

¹⁸ Sobre o conceito de Protagonismo Juvenil, ver: COSTA, Antônio Carlos Gomes Da. *Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática*. Salvador, Fundação Odebrecht, 2000. Sobre o protagonismo juvenil como *discurso* e suas implicações na esfera da Política, ver: SOUZA, Regina Magalhães. *O discurso do Protagonismo Juvenil*. Tese de doutorado, USP, 2006.

¹⁹ Bourdieu (1996:50) tematizando a crítica que os agentes operam no interior de um *campo*, explica: “um campo é tanto um campo de forças, estrutura que constrange os agentes envolvidos, quanto um campo de lutas, em que os agentes atuam conforme suas posições objetivas no campo de forças, conservando ou transformando a sua estrutura”.

“Acredito que, pelo contexto da Maré, acho que a única possibilidade que existe pra que possa levar o jovem a ter outra reflexão do que é o mundo e como você deve ou não se posicionar perante a esse mundo, eu acho que é só as ONGS. Eu enquanto pessoa, enquanto Mario. Porém têm outras questões que a gente sabe que ocorre em todo o Brasil, algumas né, não são todas, e aí por conta de umas, todas pagam o pato, na verdade” (Mario).

“Achar que as ONGs estão fazendo aquele papel lindo, estão ajudando, não entra, sabe, isso na minha cabeça. Eu não sou ingênua, ninguém aqui botou um gorrinho de bobo, eu tenho plena noção de que se existe gente fazendo o trabalho, que, muitas das vezes, a gente faz pro governo, é porque tem lacunas que não deveriam existir. Só que se precisa disso, ninguém tá muito aí pra sujeira que fica por trás disso (...). Então é muito sujo nesse sentido, só que se eu me questiono, eu também não quero ficar só questionando de braços cruzados, pelo menos aqui {no projeto} eu tenho a oportunidade de alcançar determinadas coisas, de criar um projeto que eu acredito, na verdade, fui eu que escrevi, eu participei, eu tô executando” (Mariana).

Neves (2008) ao analisar o trabalho de atores por meio do conceito de mediação, incluindo as ONGs, considera que a prática de mediadores é tributária de um pensamento em que, toda mudança social poderá ocorrer a partir de um trabalho educativo. Razão pela qual se veem como portadores da função pedagógica destinada a mudar comportamentos e visões de mundo. O que não aparece nesta concepção é que ao naturalizá-la, o que é posto como emancipação, pode vir a tornar-se aprisionamento ou manutenção de uma ordem.

Há uma complexidade na questão quanto às indefinições sobre o que seria um processo formativo que gere autonomia dos sujeitos. A grande indagação é sobre o tratamento da relação entre o conflito e o consenso, ao que está colocado como conteúdo e proposta de ação. A questão que se coloca é: há acomodação por parte dos jovens ao que está estabelecido no próprio desenho dos projetos sociais? Em que medida um possível movimento de resistência e conflito ao que está posto é incorporado à prática educativa?

O que nos parece importante destacar é que, na relação educativa, parece difícil encontrar pistas do que seria uma formação *com* autonomia, posto que na própria prática pedagógica se evidenciam lugares cristalizados nas relações de poder, que se expressam, por exemplo, na relação educador -educando.

Tommasi (2005:13) ao analisar essa questão com educadores de ONGs, conclui:

Mesmo quando não queremos e explicitamente negamos a identidade de educador, o costume faz com que os jovens considerem todo e qualquer organizador de projeto com o qual entram em contato como um “educador”. E, nessa relação educador-educando, é difícil escapar da visão tradicional de educador como aquele que “sabe” e transmite seus conhecimentos e aprendizados para os educandos. Difícil escapar de certa “infantilização” dos jovens, de tratá-los como seres que, por estar em processo de formação, são ainda desprovidos de saberes socialmente válidos e, portanto, incompletos, incapazes por enquanto de agir com consciência e responsabilidade e escolher seus caminhos de vida de forma autônoma.

Desta forma, entende-se que, pensar sobre os lugares de poder em que os sujeitos se encontram nessas relações, significa um esforço reflexivo de identificar as tensões entre a reprodução social daquilo que é posto como natural (o modelo de desenvolvimento e o formato das práticas) e as mudanças dessa concepção na própria interação educativa.

Pelos relatos, nesta questão há pouca problematização por parte dos jovens. As questões mais críticas da experiência biográfica, relatadas por eles no interior dos projetos sociais, aparecerão em outro lugar, num plano mais político-econômico e menos pedagógico. Veremos nas seções subsequentes.

Por fim, é importante considerar que não basta indagarmos o fato de que é pouco problematizada a condição juvenil nos desenhos formativos dos projetos sociais, bem como pouco refletidos os pressupostos que fundamentam as práticas educativas (para além dos temas específicos). Há uma situação do contexto da própria condição de sustentabilidade das ações das ONGs.

Afinal, o que cabe fazer com projetos cada vez mais curtos em termos de financiamento e de duração? Como sustentar uma proposta de formação alargada, que considere as especificidades das diferentes etapas da experiência juvenil do indivíduo, no tempo de duração dos projetos que são descontínuos, ou seja, flutuam na dependência dos financiamentos?

A depender do perfil e da capacidade de sustentabilidade das ONGs para existir, o que em geral ocorre (e que é relatado pelos jovens), são rupturas no processo formativo, o que causa descontentamentos em qualquer tempo que se encontre os jovens no curso da experiência. *“cara, é difícil, é o que me apavora mesmo. Hoje pode ter dez projetos bombando e amanhã não ter financiamento.”* (Mariana).

“outra coisa que me atinge muito é a descontinuidade dos projetos. A maioria das organizações, de uns dois anos, acabou, some, desaparece dos projetos. Têm projetos que não deixam vestígios, ninguém comenta mais sobre eles” (Manuel).

A questão da descontinuidade retornará mais adiante, especialmente quando os jovens se veem enquanto trabalhadores.

No próximo capítulo, discutiremos outro papel com o qual se deparam os jovens na experiência dos projetos sociais: a do jovem engajado. Veremos como se definem nesta categoria e quais as expectativas institucionais depositadas.

3. JOVENS "ENGAJADOS" NOS PROJETOS

Nas últimas décadas, grande parte dos estudos sobre juventude deu atenção ao que se nomeou “participação juvenil”, destacando em especial a participação dos jovens em movimentos culturais, estudantis, partidos políticos etc. Destacam-se também, as representações sociais comumente evocadas, quando se trata da relação dos jovens com os Movimentos Sociais, que trazem à cena pública nomeações como: jovens rebeldes, potencialmente revolucionários, dispostos à mudança etc. É a partir do que suscitaram estes estudos e estas representações, que trago para o centro das discussões deste capítulo, o tema da participação e engajamento juvenil na interface com as ONGs.

Em primeiro lugar é importante sublinhar que, de uma maneira geral, atualmente há uma compreensão difundida no senso comum que reconhece as ONGs como atores sociais e políticos e, ao mesmo tempo, as considera como um *locus* de participação institucional e social. Vale dizer que os jovens que participaram desta pesquisa transitam neste cenário, seja participando como público alvo dos projetos sociais, como já dito, seja vinculando-se de modo mais sistemático às temáticas propostas pelos mesmos.

Os jovens que consideram seu envolvimento nas ONGs como engajamento, que sentido dão ao termo? Como vivem esse engajamento? Até que ponto suas atividades nos projetos sociais podem ser consideradas engajamento? Afinal, estão engajados em que? Para que? Para quem?

Mesmo não tendo a pretensão de responder todas estas perguntas, considero importante suscitar o debate a partir de três aspectos: a) um panorama nos estudos brasileiros sobre a relação juventude e engajamento político; b) depoimentos dos jovens pesquisados; c) minhas considerações para o debate.

3.1. Panorama nos estudos brasileiros sobre a relação juventude e engajamento político:

Moura (2004) nos lembra de que a categoria militante foi apropriada por instituições como a igreja e pelos movimentos políticos e sociais para significar a pessoa engajada, comprometida, defensora, missionária dos ideais de uma igreja, de um partido, de um movimento. Segundo ele, no Brasil o termo foi muito usado pelo Movimento de Ação Católica, na década de 60, que desenvolveu todo um sistema de formação de seus quadros, a partir do método *Ver, Julgar e Agir*²⁰. A Ação Católica, a começar pela Juventude Operária Católica (JOC), desenvolveu uma metodologia de formação de militantes, na missão de evangelizar os operários. Depois esse método foi aplicado aos jovens agricultores (JAC) e, em seguida, aos jovens estudantes (JEC), aos jovens universitários (JUC) e, por fim, aos jovens profissionais independentes (JIC).

Em paralelo, onde a Ação Católica atuava desenvolvendo um método de formação de militantes, já era intenso a presença da militância das correntes socialistas e comunistas dos grupos nos sindicatos da Europa e no Brasil. Daí também o movimento sindical brasileiro, e depois os movimentos sociais, terem usado muito o termo “militante”, para identificar seus quadros de dirigentes e de comprometidos com suas causas.

O período da ditadura militar, vivida no país entre as décadas 60 e a primeira metade da década de 80, é outro marco que relaciona a tematização da militância e juventude no Brasil. Naquela ocasião, eram os movimentos estudantis que catalisavam as energias e as reivindicações dos jovens²¹ por liberdade de expressão, em defesa da abertura democrática e, por um projeto político de sociedade informado pelo socialismo. Apesar da existência das

²⁰ O postulado católico deste método consistia em: buscar o olhar na realidade em que se vive (Ver), julgá-la com os olhos da fé (Julgar) e encontrar caminhos de ação impulsionados por este mesmo juízo à luz da fé (Agir).

²¹ Não havia naquele momento histórico uma dissociação clara, como hoje, entre a categoria juventude e a de estudante.

comunidades eclesiais de base nas comunidades pobres²², notam-se nos registros históricos uma correlação entre movimento estudantil e as classes sociais médias, sobretudo quando as ações mobilizadoras para a ação política gestaram-se no seio das universidades. É pouco problematizada, por exemplo, a participação de jovens ²³de outros estratos sociais, das periferias ou favelas, na luta em favor da democracia e contra a ditadura.

Entre as décadas 90 a 2000, já em um contexto de liberdade e avanços na democracia formal, outros estudos empíricos apresentaram maior diversidade na abordagem sobre a participação social juvenil. Ilustrativo desta nova realidade foi a publicação do trabalho de Abramo (1994), que marcou um entendimento sobre as expressões culturais juvenis, numa leitura inspirada pelos estudos culturais da escola de Birmingham²⁴. Já na segunda metade dos anos 90 e início dos anos 2000, Carrano (2002; 2003) apresentou a dimensão educativa destas expressões no espaço social da cidade.

Embora nestes textos, os autores não categorizem como engajamento militante a presença juvenil no espaço público (ou no “espetáculo urbano”), deixam muito bem balizado que tais expressões culturais e sociais dimensionavam politicamente e conflitivamente, questões e demandas destes atores. Além disso, tais estudos marcam uma “novidade”: a mobilização de jovens de classes populares.

Coexistindo com estes trabalhos de pesquisa, (que tiveram enfoque em atuações mais autônomas da juventude) seguiram atuando o movimento estudantil; as pastorais sociais, com uma parcela significativa de jovens; os setores juvenis das entidades sindicais e dos partidos políticos, com mais ou

²² As comunidades eclesiais de base eram ligadas as igrejas católicas e foi amplamente difundida quando sua direção esteve às mãos da ala progressista da igreja no Brasil. Elas impulsionaram a criação de clubes de mães, associação de moradores, inserção no movimento operário, e outras iniciativas que fortaleceram o movimento social. Durante a luta contra a ditadura militar, deram uma grande contribuição à redemocratização do Brasil.

²³ Novamente é importante frisar que a compreensão da participação juvenil atualmente, está influenciada pelos avanços na própria compreensão da condição juvenil na contemporaneidade. Portanto, é fato que havia jovens nos setores sindicais e do operariado organizado nas lutas dos trabalhadores, porém estes provavelmente, não se reconheciam numa perspectiva juvenilista.

²⁴ Na década de 60, na Universidade de Birmingham na Inglaterra, surgiu um campo de pesquisa voltado aos chamados estudos culturais. Nesta nova escola de pensamento, a cultura é vista como um fenômeno que atravessa toda a sociedade e encontra-se na base dos processos de produção e reprodução sociais.

menos esforço em tematizar a condição juvenil na contemporaneidade e apresentar alguma conflitividade na esfera pública.

No campo mais conservador, os clubes de serviço, os grupos religiosos de caráter mais tradicional, os grupos de escoteiro etc., historicamente aglutinadores de muitos jovens, mantiveram sua presença.

É importante ressaltar também, de meados de 90 a 2000 houve uma virada nas convocações ao engajamento de jovens no terreno das práticas sociais. Conforme já aludi no capítulo anterior, aconteceu um apelo à participação juvenil por meio do voluntariado. Iniciativas de setores empresariais e agentes públicos pautaram o voluntariado como forma de mobilizar a sociedade e estimular um protagonismo social. Uma das jovens pesquisadas engajou-se neste chamado:

“Quando eu tinha uns 12, 13 anos, eu me inscrevi com minhas amigas no ‘Rio voluntário’. Era pra fazer um trabalho voluntário numa fundação, que era até da FIA, que é a Fundação da Infância e da Adolescência, no projeto chamado ‘Curumim’ que era no Complexo, na Vila Cruzeiro. Eu ia depois da escola pra lá, ou na sala de leitura, com as crianças pra fazer brincadeiras (...). Quando você se inscreve, aí você escolhe o que você quer fazer como voluntário. Entendeu? Aí a gente escolheu essa instituição que era dentro dessas comunidades da Vila Cruzeiro” (Mariana).

Todo um aparato midiático e de recursos humanos, materiais e financeiros, convocava para a ação voluntária, defendendo soluções para as mazelas sociais e urbanas, pela via da cooperação entre os indivíduos, sem nenhum constrangimento em emitir seus sinais aos diferentes segmentos: pobres e ricos; trabalhadores ou desempregados²⁵; jovens, adultos e idosos; todos poderiam “fazer sua parte”, encontrar um jeito, uma forma de colaborar em

²⁵ A iniciativa “Amigos da escola” da Rede Globo é ilustrativa desse cenário na convocação à comunidade escolar para que se engajem em melhorias das escolas brasileiras, sobretudo públicas. Pais e mães deveriam ser voluntários, sem considerar que a convocação sugeria uma contribuição dupla: pelos impostos pagos para se ter uma estrutura de ensino adequada, e pela oferta do seu trabalho manual, que nos setores populares, se traduzem em ações de limpeza, de construção civil etc.

ações concretas ou pontuais, seja na escola, na comunidade, na rua, nas empresas, nas ONGs.

O que nos interessa recuperar neste capítulo é que a convocação à ação voluntária juvenil encontrou no conceito de protagonismo juvenil um operador que, contraditoriamente, destituiu a categoria militante. A questão que se coloca para debate, não é nem tanto o termo “protagonismo juvenil” em sua definição, mas em sua implementação. É ilustrativo o fato de que foi rapidamente absorvido pela cooperação internacional e agentes do setor público e privado ao financiar projetos sociais. Vale destacar que o principal formulador do protagonismo juvenil enquanto categoria operativa para as práticas sociais voluntárias escreveu:

“O protagonismo juvenil emerge como alternativa válida e eficaz para possibilitar aos adolescentes identificar, incorporar e vivenciar, através de ações concretas, os valores que lhes permitirão encontrar-se consigo mesmos e com os outros, na dimensão da solidariedade e do *serviço desinteressado* à causa do bem comum.” (COSTA, 2000, p. 112.).

O discurso difuso do protagonismo juvenil pela via do voluntariado enunciava (e ainda enuncia) considerações sobre cidadania e participação, assentando-se sobre a ideia do “serviço desinteressado” e um “bem comum”. O sinal de que “todo mundo pode mudar o mundo”²⁶, parece retirar o conflito da cena pública. Ao atribuir aos indivíduos um poder ou uma posição social de aparente liberdade e autonomia, oculta as distintas condições materiais objetivas e as representações sociais que sustentam as estruturas de dominação²⁷.

Foram os movimentos juvenis em seus coletivos mais autônomos²⁸, ou setorizados em entidades tradicionais, ou ainda por meio de ONGs alinhadas com a defesa de direitos, que rerepresentaram a palavra militante na esfera pública. Isto se deu com mais força na última década, quando toma forma em

²⁶ Slogan de uma campanha promovida pela Ashoka - empreendedores sociais, uma organização americana, com sede no Brasil, que apoia indivíduos e projetos de ação voluntária.

²⁷ Bourdieu, 2003.

²⁸ Tem destaque nesta ocasião os movimentos culturais, como o Hip-Hop ou representações juvenis de movimentos mais consolidados, como as jovens feministas ou os coletivos da juventude negra.

escala nacional, mobilizações em torno das Políticas Públicas de Juventude (PPJs) ²⁹.

Neste cenário de emergência das PPJs, outros elementos para análise da militância dos jovens ingressaram no debate. Se nas outras configurações históricas aqui mencionadas, a mobilização e o engajamento juvenil forjaram identidades pelo viés de um alinhamento religioso ou ideológico (Ação católica); na contraposição à ditadura (movimento estudantil); nos coletivos culturais (as “tribos juvenis” ³⁰) ou na ação voluntária (protagonismo juvenil), na defesa das PPJs, teriam os militantes uma identidade juvenil?

Abramo (2010:34) ilumina esta questão ao pesquisar grupos juvenis articulados em torno de movimentos sociais. Segundo ela:

“Alguns grupos, embora sejam compostos principalmente por jovens, não abraçam essa identidade como ponto de partida para se configurar ou atuar nem acionam na sua apresentação pública. (...) A identidade juvenil não tem a menor relevância. (...) Há um esforço por parte desses coletivos juvenis tanto no sentido de marcar sua singularidade etária/geracional no interior de seus movimentos/organizações identitários mais amplos (movimento de mulheres, de negros e de trabalhadores rurais) como um esforço por marcar sua singularidade (de gênero, de raça, de condição de moradia) no interior do campo juvenil”.

Na medida em que o tema das PPJs alcança a esfera pública e movimenta os atores na mobilização de recursos para a sua defesa e execução, o modo como a categoria juventude passa a ser acionada, surte efeito nos movimentos

²⁹ Marcos importantes nesta década: Criação da Frente Parlamentar da Juventude (2003); Encontros “Vozes Jovens” organizado pelo Banco Mundial (2004 e 2005); Semana Nacional da Juventude (2004); Elaboração do Plano Nacional da Juventude (2004); Criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude (2005); Elaboração do Estatuto da Juventude (2007); I Conferência Nacional de Juventude (2008); aprovação da Proposta de Emenda Constitucional – PEC da Juventude - que inclui o termo “Juventude” no capítulo de direitos e garantias fundamentais da constituição (2010).

³⁰ A ideia de “tribos juvenis” é também bastante difundida em textos e discursos que tratam da presença dos jovens, sobretudo no espaço urbano. “Tribo” foi utilizada pelo sociólogo francês Michel Mafesoli na década de 80, para caracterizar metaforicamente na cena urbana, comportamentos de grupos na sociedade “pós-moderna” marcadas pelo individualismo. Já Magnani (1992) trouxe para a realidade brasileira a noção de “tribo”, matizando o seu uso e alertando que a noção pode não dar conta da diversidade e da complexidade da formação dos grupos no contexto urbano.

sociais e entidades tradicionais, que calibram o seu discurso para uma agenda da/pela juventude³¹. Neste contexto, na opinião de Abramo, associa-se uma identidade juvenil a uma identidade militante:

“A capacidade de sonhar e de atuar não está referida a uma essência, não é uma identidade ‘natural’. Na verdade, esses jovens se constroem também como seres atuantes, participativos, militantes: é essa a identidade juvenil que lhes interessa afirmar, e é nessa chave que a identidade juvenil ganha especial sentido para eles. Do mesmo modo, a identidade juvenil não é ela mesma, ‘natural’ referida a uma essência. Tem de ser descoberta, acionada, à proporção que fizer sentido existencial e político para eles” (Abramo, 2008:98).

A criação de redes, conexões e intercâmbios entre as diferentes práticas, junto com motivações subjetivas diversas, fez emergir outro fenômeno. Um jovem pode estar tanto nos partidos, como nas ONGs ou coletivos autônomos. Podem tanto circular por iniciativas culturais, como encampar um debate geracional em movimentos sociais mais consolidados³².

A circulação de um mesmo indivíduo em diferentes espaços políticos de engajamento foi refletida por Mische (1997)³³, no entanto, conta com pouca atenção nas práticas sociais. Ainda estão por se fazer pesquisas que identifiquem como os jovens que experimentam esta circulação, vivem essa multiplicidade, o que fazem com ela em termos subjetivos e políticos, na

³¹ Esta questão pode ser verificada na presença de organizações tradicionais nos eventos de juventude, em especial na I Conferência Nacional de Juventude, identificados por Castro e Abramovay (2009) tais como: Central Única dos Trabalhadores (CUT); Federação Nacional dos trabalhadores e trabalhadoras da Agricultura Familiar (FETRAF), MST; União Brasileira de Mulheres e outros.

³² Zanetti (2009), por exemplo, revelou em seu trabalho de pesquisa os cortes geracionais que se apresentam no movimento feminista com a presença marcante das mulheres jovens no movimento.

³³ Mische (1997) propõe a existência do fenômeno da “militância múltipla”, que se gestou a partir do processo de redemocratização do país e afetou o campo associativo, contribuindo também para o entrelaçamento de redes e forjando um novo perfil de lideranças.

medida em que, tal fato pode afetar na composição de suas carreiras militantes³⁴.

Se for verdade que para os movimentos sociais e entidades políticas tradicionais, “juventude” como categoria passa a alcançar outro *status*, tal situação também ocorre na lógica operativa e produtiva das ONGs e na formatação e execução dos seus projetos³⁵. A criação de redes entre os grupos juvenis, ONGs e movimentos, propiciados pelo debate das PPJs, produziram uma série de articulações, eventos e espaços institucionais, no modelo clássico de participação social por meio de fóruns, conselhos e outras instâncias consultivas propostas pelo governo para “ouvir” a sociedade civil.

Desta maneira, os jovens atuantes nos projetos sociais passam então a compor este novo cenário de tratamento às questões juvenis, recolocando-se tacitamente na cena - *na medida do desempenho de suas atuações* - não mais enquanto “vulnerável” ou “em risco”, mas engajados ou “militantes” da juventude.

3.2 A experiência dos jovens nos projetos sociais é engajamento?

Pelo conjunto das narrativas, as motivações para o ingresso nos projetos não revelam de partida um engajamento com os temas abordados. Ou seja, os jovens nesta pesquisa não chegam aos projetos estritamente movidos pelo interesse em alguma temática ou bandeira de luta política. Já foi sinalizado no capítulo anterior, que a bolsa ofertada, por exemplo, é um dos elementos primordiais para se participar ou não de algum projeto social.

³⁴ A noção de *carreiras militantes* tem sido contemporaneamente estudada por Oliveira (2007). Para ele: *“a análise de ‘carreiras’ possibilita introduzir a perspectiva processual e sequencial nas análises do engajamento individual e investigar de forma interligada os aspectos vinculados às condições sociais de origem dos militantes, bem como os que decorrem da multiplicidade de inserções que convergem para o seu engajamento, nos colocando numa posição intermediária entre as abordagens centradas exclusivamente na posição de classe e as que fazem das redes sociais o determinante da ação coletiva”* (p. 670)

³⁵ Pelo avanço no acúmulo conceitual em torno da juventude, é comum verificar que houve certa incorporação da categoria adolescência, a de juventude, no discurso de alguns operadores de projetos sociais nas ONGs.

“Então, tinha uma bolsa de 100 reais também, aí eu entrei e gostei, fiquei lá. Foi curto, coisa de oito meses, nove meses e eu fiquei com essa experiência; então, quando toda essa galera que fez o {projeto A} foi pro {projeto B}, decidiram recrutar uma galera e falaram ‘vamos chamar o Mauricio’ e aí eu fui participar” (Mauricio).

Além disso, as motivações passam também pelo desejo de potencializar alguma habilidade pessoal ou dar vazão para algum outro interesse do jovem, que nem sempre é o que está prescrito no objetivo principal dos projetos.

No depoimento do Mauricio, ele indica que apesar de gostar das oficinas na área da saúde desenvolvidas pelo projeto, seu real interesse já era pelo audiovisual. Tanto que propôs aos outros jovens participantes da oficina que fizessem um filme: *“(...) só que, ao mesmo tempo em que eu gostava aquilo não era a minha área, área de saúde. Não tava legal, tanto que eu tentei outras coisas, ‘vamos filmar aí galera, fazer um material’” (Mauricio).*

Entretanto, no decorrer das trajetórias nos projetos, vai se sedimentando uma maior adesão dos jovens aos temas propostos.

Já foi referida também a importância do processo formativo na entrada e permanência dos jovens nos projetos sociais. Aqui, cabe ressaltar questões relativas aos conteúdos das formações. A depender do perfil da ONG (se historicamente vinculada às pautas de movimentos sociais ou se suas lideranças tem histórico de engajamento) os processos formativos podem investir em temáticas ligadas às discriminações e desigualdades e/ou as políticas de identidade³⁶.

Neste sentido, a adesão dos jovens está associada ao fato de que, em algumas experiências formativas, surgem conexões com suas histórias de vida, uma vez que os conteúdos ofertados tratam do universo amplo de situações cotidianas vividas pela juventude em suas diferentes clivagens (raciais, de gênero, de classe, de local de moradia, de orientação sexual etc.).

³⁶ As políticas de identidade emergem do debate sobre a diferença numa sociedade em que convivem, distintas clivagens sociais, culturas e pertencimento étnico-raciais.

Isso implica em considerar que, pelo processo formativo em que estão envolvidos, há alguma atribuição de sentido por parte dos jovens, que de algum modo, produzem uma coesão aos seus discursos. Para aqueles que adotam um discurso engajado, por exemplo, o acúmulo conceitual pode ser utilizado de diferentes maneiras, caracterizando um nível de comprometimento mais perene³⁷ com a causa e/ou com as organizações.

Dubet (1994) e Laihre (2005) direcionam suas pesquisas para pensar nas variações individuais e nos “acazos” biográficos que levam os indivíduos a participarem de grupos e organizações. Em comum, consideram que as *disposições* incorporadas e/ou desenvolvidas em um ambiente de sentidos e significados partilhados (ou de um *habitus* que se constrói nas interações), produzem investimentos às lógicas individuais que levam ao engajamento. Sendo assim, é plenamente dotada de sentido a adesão que os jovens fazem ao modelo de ação proposto nos projetos sociais das ONGs.

Mario, por exemplo, encontrou sentido nos temas de desigualdades de gênero proposto nas formações dos projetos sociais, quando mirou a realidade dos jovens homossexuais da favela (provavelmente pela sua própria experiência de vida)³⁸.

“Aí quando eu decidi, a partir desses projetos que eu participei, eu tinha uma questão interna, né, e que eu visava beneficiar a comunidade, era necessário discutir questões LGBT da favela. Mesmo não conhecendo as leis, né, as leis do que acontecia no Brasil, o que estava votando ou o que não estava eu não conhecia. Hoje, se fala de homossexualidade na favela, naquela época não, entendeu? Eu me sinto feliz, porque, assim, poxa, eu fui uma pessoa que fez com que o movimento pensasse nessa minoria, entendeu?”.

³⁷ A sociologia francesa vem pelo menos há 20 anos desenvolvendo o que se tornou conhecido como a sociologia do engajamento militante. De partida há um entendimento comum de que o engajamento militante trata-se de uma participação minimamente duradoura que vise a defesa ou a promoção de uma causa. A partir daí inúmeras variáveis cruzam as pesquisas teóricas e empíricas, que passam pelas disposições individuais, contextos macro sociais e políticos, institucionalidades e ênfases em causas globais e/ou locais.

³⁸ Neste relato, Mario revela que a ONG foi ajustando suas abordagens temáticas nos espaços de formação, na medida em que ele pautava questões de sua realidade. .

Mario vai mais além. Apresenta certo desejo de distinção, quando explica que a pauta que se dedica e onde investe seu engajamento, não deve ser classificada na generalidade das pautas amplas do movimento gay:

“Hoje o movimento {gay} precariamente levanta a pauta moradores de favela, mas você vê que não constrói política {pública}. Eu apoio a PLC 122³⁹ que criminaliza a homofobia, mas eu fico pensando se isso se tornar uma lei, como a gente vai aplicar isso nas favelas? Aquele indivíduo não tem pra onde ir, se denunciar corre o risco de morrer, entendeu?”

Ainda neste tom, tratando das particularidades da realidade dos gays que vivem nas favelas, Mario apresenta uma dimensão política de suas preocupações, que salta de sua experiência individual. É ilustrativo o fato de que é aqui, pela primeira vez, que aparece na narrativa o termo “coletivo”:

”Vamos pensar, mas vamos pensar no coletivo como um todo, não vamos pensar em quem mora na Zona Sul. Isso vai ser aplicado lá, aqui não. Casamento, o pessoal não sabe se o pessoal da favela... Lógico que eu não tô falando que a gente tem que olhar só o pessoal de favela, mas é construir um quadro político que atenda todas as especificidades, entendeu? Cara, o pessoal daqui não quer casar, quer ter um trabalho digno sem ser discriminado, né, até porque as bichas que moram na favela, elas não sabem outra coisa, a não ser trabalhar. Por quê? Faltou educação, aquele indivíduo, provavelmente, na época de escola, foi tanto discriminado, que se ele não tiver uma cabeça forte, se retira e aí vai procurar outro lugar, um lugar onde se sente bem”.

Pode-se afirmar que os investimentos individuais ao engajamento não se dão de maneira espontânea. Eles são produzidos a partir da existência de uma estrutura social que os anima ou constrange. Isto quer dizer, que as clivagens ou situações de assimetrias e hierarquias sociais se fazem presentes nos

³⁹ O Projeto de Lei da câmara (PLC) n.º 122/06 visa criminalizar a discriminação motivada unicamente na orientação sexual ou na identidade de gênero da pessoa discriminada. Se aprovado, irá alterar a Lei de Racismo para incluir tais discriminações no conceito legal de racismo – que abrange, atualmente, a discriminação por cor de pele, etnia, origem nacional ou religião. Para saber mais: <http://www.plc122.com.br>.

investimentos pessoais frente à motivação dos jovens, dos grupos, movimentos e/ou organizações.

Nesta perspectiva, Mario compromete-se com a luta pelos direitos dos homossexuais da/na favela, porém, não mais naquela ONG onde, mirando sua realidade, se sensibilizou com o tema. Ele agora projeta o seu engajamento, montando sua própria organização. Curioso notar, que o “coletivo” propalado em que ele aponta seus esforços de engajamento, não se apresenta nos passos iniciais de montagem da nova organização. Indagado como surgiu a ideia de criar uma ONG ele diz:

“Surgiu a partir de mim (...) eu não sei se eu utilizei de má fé, porque os meninos não tinham ciência do que era aí eu falei ‘ah, vamos fazer uma reunião’, porque, na verdade, eu tinha um grupo de amigos que se reunia todos os dias nessa rua aqui principal lá embaixo, a gente conversava sobre várias coisas, sobre a nossa vida cotidiana. E eu falei ‘ah, vamos fazer reunião, amanhã a gente vai fazer lá {na ONG A} - que era a antiga instituição. Aí começou, mudamos a reunião de lá pra cá eu comecei a me projetar, a estimular na verdade, ‘vamos criar um grupo’. Aí fizemos a reunião com vários nomes e escolheram o nome do grupo. Depois a gente começou a se organizar mais, aí eu ‘vamos fazer o seguinte: vamos começar a distribuir preservativo’, aí a gente continuou com as formações e as formações, na verdade, começaram a tomar outro sentido, começou a criar uma coisa mais formal. E aí a {ONG B} trazia técnicos pra discutir e tal e aí alavancou.”.

De qualquer maneira, o investimento em um “coletivo” e o esforço de reuni-lo, é uma estratégia importante com a qual o Mario conta para produzir um discurso, legitimar uma representação e gerar um sentimento de pertencimento, que se origina nele e mobiliza outros jovens, a partir de vivências comuns de discriminação e reconhecimento, enquanto grupo.

Já para o Mauricio, considerando os diferentes projetos pelos quais passou, o tema em que sentiu maior motivação para engajar-se, foi a valorização da favela como espaço urbano, social e cultural rico e diversificado. Seu interesse pela linguagem do cinema associa-se com o tema da valorização da favela, o que o faz apresentá-la numa estética distinta daquela que incorpora as

representações sociais hegemônicas e que exibem as favelas como lugares potencialmente perigosos.

Sem desconsiderar a questão da violência, Mauricio lança a partir de seu trabalho artístico, novos olhares sobre a favela, enquanto espaço de sociabilidades, de solidariedades e de convivência harmoniosa entre os seus moradores.

“Aqui na Maré são quase 60.000 habitantes, se 10% for traficante ou diretamente ligado à violência, são 6.000, não tem isso aqui. Então, quando eu ligo a televisão e vejo a novela da Record fazendo o cara da favela eu não me vejo ali; quando eu vejo o ‘Cidade de Deus’, filme que eu bato palma cinematograficamente falando, mas como discurso não me agrada, eu não me vejo ali”.

Sua adesão ao tema favela é tão significativa, que em sua narrativa, discorre sobre um hipotético conflito entre sua posição e a de uma determinada ONG. Curiosamente, distinguindo seu papel de engajado com o papel de artista, diz que em uma situação de conflito entre o seu pensamento e o da organização, prevalece seu lugar de artista, cujo processo de criação, pode confrontar-se com as características politicamente correta dos projetos sociais.

“Eu faço as duas coisas ao mesmo tempo: tenho meu cunho político, meu engajamento, tenho toda essa coisa, mas também sou um artista e eu invento sem pensar no que é a ONG. Se amanhã der na minha telha de fazer um filme que mostre, que bata de frente com algum discurso da ONG, eu vou fazer, porque eu sou um artista, eu não sou instituição. Mas, ao mesmo tempo, eu tenho minhas críticas sociais e políticas que é uma coisa que batem muito. Cara, eu vou fazer filme de favela, enquanto eu achar que tem de fazer, mas amanhã posso fazer um sobre o Leblon, a França, mas eu ainda acho que muitas questões da favela têm que ser discutidas”.

A outra jovem pesquisada, Mariana, dimensiona politicamente sua identidade de gênero (mulher) e racial (negra), mas, ao mesmo tempo, individualiza seu

modo de lidar com as demandas. Ao dar destaque ao seu comportamento pessoal, em situações onde reconhece opressão frente à sociedade machista e racista, em suas palavras, não apresenta muito interesse na participação nos movimentos sociais tradicionais que tratam destas questões:

“Eu não posso dizer que eu pego essa bandeira {do feminismo}, porque eu não participo, eu não tô engajada em nada. Eu tô fora disso mesmo, eu sei que é super organizado, esse movimento ele tem as redes, tem as pessoas que o representam, tem as idéias. E eu não faço parte disso, então eu não posso pegar e falar, ‘ah, eu sou assim, sou aquilo outro’. O que eu posso fazer, quanto à atitude que eu considero de feminismo? É me apoderar numa sociedade que eu vejo que é completamente machista (...) Eu não posso dizer eu sou do movimento racial, eu não participo, eu não tô lá. Mas o que eu posso fazer pra firmar esse lugar, pra pôr em pauta de discussões, eu vou pôr. Porque são coisas que eu observo”.

Assim, a dimensão pública do seu envolvimento com o tema se apresenta na medida em que reconhece o seu papel de “multiplicadora” ou educadora.

“André, eu chegar e falar {em alguma oficina} ‘você tá convidada pra um grupo de mulheres da ONG tal’, dá uma oficina de contraceptivos pra elas. Claro, vou lá, ‘então, gente, tem esses métodos e no posto vocês podem pegar que é gratuito’. Aí a menina vai lá ao posto, {e o funcionário diz} ‘hoje não tem’. Ou então a menina de 13 anos vai lá, e fala, ‘você tem 13 anos e quer camisinha? Ah, não pode.’ Ginecologista com 14 anos, sozinha, não pode e isso tá ferindo os direitos que já existem. As pessoas não sabem. Esse eu vejo como o meu papel deixar isso claro, esses direitos”.

Em sua narrativa é revelada com mais evidência, uma questão que me parece fundamental nas experiências destes jovens nos projetos sociais: eles apropriam-se do discurso institucional de algumas ONGs, que miram os investimentos de tempo e do suposto engajamento dos jovens, em torno de uma meta: a incidência em políticas públicas.

“Quando eu falo de política pública é dar esse acesso. Sabe? Falando hoje muito mais na área da saúde, acesso ao posto, aos preservativos, a tudo. Porque não adianta, Eu acho que tô muito nessa linha dos direitos pessoais, dos direitos reprodutivos, de entrar nos lugares, de mostrar que você tem espaço, que você tem direito, de entrar ali, acho que é isso quando eu falo de política pública”.

Deste modo, pode-se dizer que há toda uma configuração institucional em torno das políticas públicas, na qual algumas ONGs assumiram um papel relevante. O anseio em influenciar políticas públicas via os projetos sociais, vai para além da qualificação dos serviços públicos. Conformou um tipo de atuação dos jovens, focando na ocupação, participação e representação, em espaços que supostamente planejam, monitoram e avaliam as políticas.

Assim, uma rede que integra conferências, conselhos, eventos e fóruns diversos, passa a ocupar o tempo dos jovens dedicado aos projetos.

“O fórum é formado pelas ONGs. É bom você chegar, tem no blog do fórum, são nomes de peso, dá uma orientação e legitimidade para o fórum, tendo as organizações como integrantes. (...) Eu já participei de debate com o deputado Marcelo Freixo, com a Sílvia Ramos. Então, isso tudo foi fortalecendo a minha capacidade de falar sobre o assunto, sobre juventude e políticas públicas, que é um tema que eu gosto muito. Então tinha um evento, o pessoal gostava da minha fala, do que eu falei aí me convidava pra participar de outro; participava de uma mesa, me convidava pra participar de outra. Então, essa rede começou a acontecer” (Manuel).

Cabe ressaltar que esta nova tarefa de representação em fóruns, conselhos e eventos, convive com aquela tratada no capítulo anterior: é contínuo o processo de formação de outros jovens, por meio de oficinas, cursos e atividades pedagógicas diversas.

Por fim, as conexões dos projetos sociais nas ONGs com a esfera da gestão pública têm lugar de destaque. É que aqui se partilham não apenas práticas, mas significados a partir delas. Assim, os projetos sociais, em determinados contextos, alcançam não apenas a escala dos territórios que constituem suas áreas de interesse e intervenção, mas também incidem em sua lógica

operativa, nos programas e serviços públicos que envolvem jovens de comunidades populares.

Em outras palavras, se esse estudo está focado nos “Jovens de projeto” das ONGs, já existe outro campo possível de ser analisado: aqueles desenvolvidos na esfera dos programas governamentais. Os jovens da pesquisa relatam inúmeras participações nestes programas que já adotam o modelo de funcionamento dos projetos sociais das ONGs. Nesse caso, a questão é: para os jovens, o engajamento é na criação e implementação de políticas públicas que garantam os direitos juvenis? Ou na criação de programas sociais públicos que estendam oportunidades?

3.3. Por que estes jovens atuam em ONGs?

Em meio às exigências de fala pública, seja nas responsabilidades que lhe são atribuídas na condução dos espaços de formação junto a outros jovens, seja nos fóruns e eventos diversos que tratam das políticas públicas, propus que pela chave do engajamento, evidenciassem em suas narrativas, quais as situações, em suas trajetórias, que os animaram à participação, e também, quais as motivações em atuar em ONGs, aludindo a outros tipos de entidades e movimentos.

Aqui surgem importantes considerações sobre os sentidos atribuídos pelos jovens ao papel das ONGs, ao entendimento sobre o desenvolvimento de suas lideranças, e críticas que fazem ao próprio *campo* das ONGs.

Mauricio justifica a existência das ONGs a partir da necessidade de organização coletiva frente às demandas sociais:

“Acho que as pessoas ficaram pensando que gritar sozinhas era difícil, quando elas se juntaram, a coisa começou a fazer barulho (...) Eu acho que fortificaram grupos pequenos que estavam soltos (...) Então, eu percebo de duas maneiras, assim o número de ONGs cresceu muito, a sociedade civil se

organizando pra suprir algumas coisas que a gente tem necessidade”.

Ele ainda arrisca-se em fazer uma leitura didática dos tipos de ONGs que estão presentes no ambiente comunitário. Sua fala é um reforço na compreensão da heterogeneidade de práticas presentes dos projetos ofertados nas comunidades:

“Eu costumo dizer que as ONGs são um triângulo – que é a *base*, que é a parte maior, que são as pessoas ligadas à arte e cultura, que é o que mais tem aí, que é teatro, grupo de dança, dança de salão; o *meio* que são as coisas imediatistas, que é o curso de inglês, o pedreiro; e a *ponta*, que é o que tem menos que é tentar discutir, dialogar e entender o que é a favela; sentar com morador, com a presidência, com o órgão estadual, municipal e federal e dialogar ‘vocês vêm trazer todo dia o peixe aqui, a gente quer é a vara’ e aí começar a discutir isso.”

A forma de atuação via ONGs é vista por todos os jovens entrevistados, como algo concreto com o qual se nota resultados em curto prazo. Além disso, a disposição dos jovens em atuar, passa pelo que entendem por mudanças imediatas com pretensão efeito educativo:

“Acredito que, pelo contexto da Maré, acho que a única possibilidade que existe pra que possa levar o jovem a ter outra reflexão do que é o mundo e como você deve ou não se posicionar perante a esse mundo, eu acho que é só as ONGs” (Mario).

As tarefas que lhe são atribuídas, após a passagem pelos espaços de formação, e que são colocadas na conta do engajamento, permitem agregar uma margem de criatividade nas ações que se responsabilizam junto aos outros jovens nas comunidades.

“A gente tem um orgulho, que com 20 dias de projeto nós fizemos uma atividade sobre a consciência negra. Nem foi pedida pela ONG, mas a gente, ‘ah, vamos fazer’, o pessoal apoiou, o grupo apoiou, ‘ah, então, vamos fazer’. E foi uma

atividade muito legal que a gente conseguiu parceria com o pessoal da escola Embeleze, conseguiu pegar o pessoal do morro pra fazer trancinha afro, música, muita coisa. Foi uma atividade que, pô, mobilizou várias pessoas da comunidade, fizeram blusa da consciência negra e têm até hoje. Todo mundo gostou, vários cortes de cabelo, a gente tem orgulho de falar sobre isso. A gente criou, trabalhou, fizemos a mesma coisa, oficinas temáticas sobre prevenção da violência, sobre diversidade de gênero”. (Manuel)

Para aqueles que participam nos debates públicos, via fóruns, redes e eventos diversos, a apropriação dos conteúdos temáticos, somados a ligação destes conteúdos à vivência cotidiana, dão maior legitimidade as suas posições públicas. Sentem-se, nessa medida, representantes de um segmento nos espaços abertos de participação social e comunitária:

“Uma vez que, um pouco mais pra frente, o nosso projeto é um projeto que a gente consegue participar de tudo, vai ter uma reunião comunitária pra montar o comitê comunitário para fazer a obra do Santa Marta, a gente tava lá representando; vai ter reunião na associação de moradores pra ver o cano que tá quebrado, ‘tamo’, lá representando também, vamos conversar sobre o cano que tá quebrado” (Manuel).

Dessa forma, as capacidades pessoais desenvolvidas, estão voltadas quase que exclusivamente para este formato de atuação dos projetos sociais das ONGs.

“É uma das coisas que esse ano tem me tocado demais. Porque eu me vejo assim como uma liderança na Maré, claro, eu já fiz muita coisa, muita oficina, eu conheço várias pessoas, vários grupos (...). Eu me vejo sim como uma liderança lá. Eu tenho de explicar melhor, vamos supor, eu tenho o meu talento e eu uso o meu talento aqui na ONG pra fazer projetos pra vários outros lugares e não na Maré. Sabe? Eu acho que eu queria fazer alguma coisa lá. Levar meu acúmulo, as experiências que eu aprendi” (Mariana).

A ideia de liderança surge nas narrativas, na medida em que os jovens passam a ser convocados à fala pública. Questiono se tal habilidade veio por meio dos projetos sociais, ou se já traziam de alguma outra experiência. Mario apresenta em sua narrativa, duas perspectivas que conflitam: a primeira é quando rejeita a identidade de liderança, para em seguida, afirmar que já se tornou:

“Eu não me sinto liderança, liderança é um quadro assim como a nossa identidade, assim como o que nós somos, a construção do nosso jeito acho que é cotidiana, né, acho que o ser liderança é você tocar uma atividade. Eu me tornei liderança e ainda tô no processo, porque acho que todos os dias a gente sempre aprende, sempre constrói, faz aquela modelagem”.

A segunda é o essencialismo no atributo de líder, como se fosse algo inato ao indivíduo. Na sequência, assinala o caráter de construção em tornar-se líder:

“Cara, hoje tá tão banalizado, ‘ah, todo mundo é liderança’, acho que liderança a gente não se faz, a gente nasce, porque tem o idealismo por trás disso tudo. Entendeu? (...) Eu ainda me sinto em construção, tenho que construir mais coisas ainda, têm coisas que ainda precisam ser acabadas, né, ‘ah, sou liderança’, liderança não é assim, tem que ter uma coisa que faz com que você se motive a fazer algum trabalho e não é só por questão de ganhar dinheiro, é questão de ver mudança mesmo.” (Mario).

A despeito de relatar que, tem sido também na experiência dos projetos que se desenvolvem habilidades de comunicação, o espaço escolar é o lugar de referência para Mauricio e Mariana, de um suposto “despertar” para a liderança:

“Eu lembro que eu sempre fui, minha mãe hoje diz um pouco disso, meio que mandão nas coisas. Na escola, era eu quem liderava algumas coisas, no time de futebol, tinha horas que eu brincava que eu era o jogador e o empresário”. (Mauricio).

Na narrativa de Mariana, evidencia-se uma passagem pelas entidades estudantis, ainda quando adolescente, nas escolas em que estudou.

“não, eu acho que eu sempre fui inquieta nesse sentido de questionar as coisas. No próprio ensino fundamental, não tinha grêmio na escola, eu ajudei a criar um grêmio. No ensino médio nem tanto. No ensino médio era uma escola muito grande, tudo era muito mais difícil, cinco mil alunos. Então não dava pra ter muito essa dimensão. Mas no Carlos Chagas, que é uma escola de ensino fundamental, eu acho que eu sempre participei de tudo que podia”. (Mariana).

É curioso o fato de que ela compreende que sua trajetória de engajamento em um núcleo estudantil da escola, propiciou o desenvolvimento de sua liderança, mas não foi condicionante para que continuasse engajada no movimento secundarista. Quando questionada se há algum histórico e/ou desejo de participação em outras entidades e movimentos, como o estudantil, Mariana não pontua sua experiência no grêmio escolar como significativa e nem apresenta um interesse de atuação via este movimento na atualidade.

Aliás, não consegue projetar sua presença em outros movimentos e entidades políticas, como os partidos:

“Eu nunca me filiei a nenhum partido. Nunca fui próxima de nada disso. Não por nada, é por não saber. Até tive interesse. Só que, ao mesmo tempo, que tem interesse, é uma desesperança muito grande. Sabe? É um achar que não vai dar certo. Talvez seja isso. Em relação aos partidos e tal. (...) as ONGs são mais concretas, mais visíveis pra mim. Eu sempre imaginei coisa de partido como alguma coisa muito lenta”.

Ao mesmo tempo em que não encontra disposição em atuar nestas institucionalidades mais tradicionais, reconhece a importância das mesmas.

“(…) com certeza tem alguns resultados, algumas coisas que a gente pode contar. Tem um deputado que fala alguma coisa de favela é o Freixo, sempre tá lá na Maré, sempre tá lá com a

gente, com a galera que discute, o Chico sempre tá lá na Maré, o Chico Alencar. Nessa esfera sim, mas eu acho que pra chegar a mudar alguma coisa, é um caminho muito largo, muito longo⁴⁰

3.4 Críticas dos jovens ao campo das ONGs:

Em outro relato, o grau do interesse em manter-se nos projetos sociais das ONGs é a possibilidade em sustentar um posicionamento mais individual e autônomo frente a questões políticas ou públicas. Mauricio explicita essa questão, a partir de uma agenda muito em evidência, atualmente na cidade do Rio de Janeiro, cujos atores sociais e políticos, têm sido convocados a se expressarem:

“Tanto que o que mais se vê acontecendo por conta da UPP é me perguntar em reuniões, entrevistas, sobre o que a ONG acha sobre isso. Eu falo que não sei, falo ‘eu acho isso, tô falando como morador de favela e isso me ataca de tal maneira’. De repente até sei o que a ONG pensa sobre isso, mas eu não quero falar sobre o que a ONG pensa sobre isso. Eu quero falar sobre mim mesmo, eu não gosto muito de ter o discurso da ONG, eu gosto de ter o meu discurso do lado do discurso da ONG.” (Mauricio).

Chama atenção nas narrativas, uma observação sobre os investimentos das ONGs direcionados aos jovens. Refletindo sobre suas próprias experiências, os jovens pesquisados, apresentam questões sobre como as ONGs podem atuar melhor para o segmento juvenil. A solicitação para escuta aos jovens é sublinhada pelo Mauricio:

“É entendendo, dialogando com esse jovem e fazendo levantamento, mapeamento do que esse jovem precisa, que, às vezes, impor as coisas não é legal. É chegar e ‘Mauricio,

⁴⁰ A observação de Mariana corrobora com as evidências de outras investigações. Numa pesquisa realizada pelo IBASE/ Pólis (2005), foram discutidos em grupos de diálogo, os caminhos possíveis de participação, desde os partidos políticos, passando pelas ONGs, até os sindicatos. Com ponderações sobre os limites simbólicos e concretos de atuação dos jovens nestas esferas de decisão em função das hierarquias geracionais, como também o reconhecimento da existência da burocracia e da corrupção, ainda assim, os jovens consultados na pesquisa do IBASE/ Pólis, apontam a importância que tais instituições representam no plano da garantia dos direitos.

“você vai nesse curso de saúde? – Ah, mas eu não quero saúde. Você quer o que? – Pô, eu gosto de futebol. Beleza, então tem que ser alguma coisa ligada à Educação Física’. Não sei, é dialogar com esse jovem mesmo” (Maurício).

Sendo assim, é importante salientar que as escolhas das áreas de atuação e dos eixos temáticos dos projetos sociais das ONGs não dependem apenas da vontade dos gestores dessas organizações, nem da escuta dos desejos e anseios dos jovens. Mas a depender da estrutura da ONG, respondem a todo um sistema de financiamento, que orienta recursos para determinados fins, em acordo com organizações internacionais que condicionam temas e sistemas de gestão para apoio aos projetos.

Maurício adverte sobre os riscos à continuidade das próprias ONGs, caso elas não apostem em investir nos jovens para a sucessão dos seus quadros:

“Eu acho que essas ONGs quando estiverem pra criar projetos pros jovens, até pensando mesmo nessa continuidade, por que quem vai acompanhar esse grupo todo? Daqui a cinco anos, já enjoou, ficou velho, quer seguir a vida dele, escrever o livro dele, quer fazer outra coisa, não quer mais ficar na ONG. Quem vai tocar sou eu, Maurício, é o fulano, é o beltrano, mas pra eu tocar isso, eu tenho que ter base pra isso. Como o cara tem base pra isso? É o cara chamando, dando aula de audiovisual, você é bom, vai ali faz aquele pré-vestibular, volta aqui, que a gente vai te focar pra fazer aquilo. ‘Pô, tá precisando de dinheiro? Então toma aqui.’”.

Manuel é mais radical na análise dos investimentos das ONGs nos jovens. Em sua narrativa, dialoga com sua própria realidade e apresenta inquietações quanto às exigências postas pelas ONGs, ao convocar jovens para o suposto engajamento em seus projetos:

“Hoje em dia, não é porque eu tô dentro dessa ONG não, mas hoje eu me sinto muito mais valorizado. Mas a maioria das ONGs antigamente desvalorizava os jovens ‘ah, vou te dar uma bolsa de 150 reais - cara eu tenho família, acho que as pessoas não levam em consideração isso; aquele jovem tem família, aquele jovem tem que trabalhar, eles acham que a

gente tem de estar à disposição do projeto, ganhando 125, 150 reais. Eu acho isso a maior sacanagem que as ONGs fazem com os jovens. Aí vem falar que a participação do jovem é importante, os jovens têm de estar nos espaços públicos, nos espaços políticos, aí quando uma ONG contrata o jovem para participar de um projeto, por que dá 150 reais pro jovem?"

As últimas narrativas, do Manuel e do Mauricio, indicam a existência de preocupações que escapam dos vínculos temáticos, tratados nas formações, e da atuação social e política que eles possam ter nos espaços de participação para influenciar políticas públicas, a partir dos projetos sociais. Elas revelam que o engajamento está também atrelado à continuidade da institucionalidade ONG e o seu modelo de funcionamento. Ainda - mais diretamente explicitado pelo Manuel - na forma pela qual há uma exigência de produtividade, que é adornada pelo discurso do engajamento.

3.5 Questões para debate:

Souza (2011) escreveu um dos poucos textos dedicados exclusivamente à relação entre jovens, militância e projetos sociais. Nele, parte do pressuposto de que é militância estar engajado em tais projetos⁴¹. Supõe que o engajamento se faz na possibilidade dos jovens se conectarem em redes e articulações políticas e estarem em agendas temáticas específicas, eventualmente, acionando identidades. Para esta pesquisadora, o reconhecimento de identidades, muitas vezes estigmatizadas, tornar-se-ia chave para a militância.

Ainda no texto, a autora reconhece a popularização do modelo de intervenção via projetos sociais, a partir da década de 90, citando suas características principais (restrições com o tempo de duração, de financiamento, focalização de públicos etc.) e ressalta a força deste modo de ação das ONGs, e como tal modelo, inclusive, impactou nas políticas públicas. Para ela, "*muitas políticas*

⁴¹ Tratando de explicar o significado de projeto social com o qual está trabalhando, Souza considera que um projeto social é "*entendido como conjunto de atividades que busca transformar de alguma forma a realidade, reduzindo ou eliminando um déficit, ou solucionando um problema*". (Pag: 2)

públicas governamentais passaram a assumir o formato e a lógica de projetos sociais” (p.02).

A autora avalia também que, o modo de engajamento nos projetos sociais é pouco visível, frente aos engajamentos mais tradicionais nos movimentos sociais e culturais. Considera que a oportunidade de ingressar nos projetos permite aos jovens de classes populares acederem outras esferas de participação, *“inventar seu próprio projeto com a finalidade de mudar sua realidade ou do seu bairro/favela/escola”* e citando Novaes (1998) ampliar seu *campo de possibilidades* (Velho 1994).

A partir dos depoimentos dos jovens entrevistados, a análise que aqui proponho traz outras referências para pensar essa questão. Se for verdade que há um *campo de possibilidades* para os jovens na questão do engajamento - pelos circuitos de participação nas redes, em outras ONGs e movimentos sociais - é importante considerar que, o engajamento parece contornar uma lógica produtiva dos projetos sociais, que os tornam, no lugar de engajados, trabalhadores.

Nesta perspectiva, o *campo de possibilidades* na linha da militância, não se aplica no campo do trabalho, pois parecem estar restrito ao mundo das ONGs, ou no máximo aos programas sociais governamentais. Os jovens entrevistados revelam suas dificuldades em estar em outros tipos de trabalho que não estejam ligados às ONGs:

“Hoje em dia, minha vida se sustenta pelo trabalho social. Eu acho que eu não me vejo hoje fazendo alguma coisa que não seja num projeto social. Acho que o único trabalho que eu tive, além de trabalhar no sacolão da minha tia e o trabalho em obra, foi ONG. (Manuel).

Nesse sentido, militância e trabalho se misturam na experiência dos jovens nos projetos sociais das ONGs. Os estudos de Sawicki & Siméant (2011: 206), quando traçam um panorama da tematização sobre engajamento militante, recuperando questões fundamentais para esta reflexão. Para estes autores:

“O engajamento, visto que supõe endossar um novo papel e uma nova identidade (‘sindicalista’, ‘defensor do meio ambiente’, ‘militante socialista’, entre outras), *reduz o campo das possibilidades* dos indivíduos, principalmente quando “marca” ou estigmatiza, como mostra o caso dos sindicalistas que, apresentando-se como tais, assumem o risco de sacrificar uma parte de sua carreira profissional. O engajamento leva a endossar uma identidade para si mesmo e para os outros, que pode ser custoso e doloroso abandonar”. (grifo meu)

Diante desta outra abordagem, pensar o engajamento dos jovens nos projetos é necessariamente pensar também em suas atuações como profissionais das ONGs. O engajamento está circunscrito tanto na área temática quanto nos espaços de participação.

Mario, por exemplo, quando cria “sua própria ONG” não está inventando seu próprio projeto, mas sim reproduzindo o modelo, o formato de “intervenção no social”, vivido por ele como jovem de projeto nas ONGs por onde transitou.

O Mauricio, por outro lado, encontra circuitos diferentes do que as ONGs lhe ofertaram. Pode viver sua experiência de engajamento e/ou de atuação profissional na área do cinema. No entanto, ainda assim, ele reproduz em sua narrativa uma aposta nas ONGs, como lugares legítimos de participação, de engajamento e também de profissionalização.

Já Mariana, similar ao Manuel, apresenta uma motivação para o engajamento e atuação profissional, atrelados ao modelo pedagógico e temático dos projetos sociais das ONGs. Diz não encontrar lugar de “engajamento” em outros espaços e movimentos que estejam fora delas. Ao mesmo tempo, rejeita a ideia de montar ou gerir uma organização. Em sua narrativa, revela que compreende a complexidade da criação de uma organização.

Esta complexidade não diz respeito aos desafios de envolvimento de outros jovens ou ao esforço em organizar ou produzir projetos etc., mas sim nas dificuldades de posicionar uma ONG em certo *mercado do social*, uma vez que, como em qualquer mercado, se está sujeito aos riscos de sustentabilidade, continuidade e competitividade. Um trecho de seu depoimento é revelador da racionalidade com que encara a questão:

“Não sei, eu não montaria uma ONG não. Acho que não é meu ideal, eu não quero ter uma ONG. Pra mim não funciona, pra mim seria mais uma, mais uma ONG. Talvez algumas iniciativas, alguns projetos, se surgir um edital que eu possa inscrever algum projeto, como ‘Maré Jovem’. Foi bem legal, foi um concurso da América Latina, com financiamento pequeno, eram 24 mil reais pra um ano. Para você ter uma idéia: mesmo sendo um projeto que não era uma ONG, não apresentava uma ameaça de disputa de financiamento ou qualquer outra coisa, ainda sim tinha resistências.” (Mariana).

Por fim, cabe ponderar que, ao verificar as biografias dos jovens e o relato de sentidos que fazem sobre suas experiências nos projetos, é legítimo compreender as suas vivências como disparadores de processos de engajamento. A vinculação de situações de vida com os temas que abordam os projetos sociais em suas formações; as redes de articulação que fomentam; os debates e a ocupação dos espaços de participação que investem, parecem fornecer uma espécie de ânimo à participação nestas institucionalidades.

Por outro lado, é relevante o que as narrativas revelam também, quanto aos sentidos de um trabalho profissional que os jovens atribuem à experiência vivida nos projetos sociais. É o que será tratado no próximo capítulo.

4. JOVENS TRABALHADORES DOS PROJETOS

“Minha vida se traduz em ONG, passei minha adolescência dentro de projeto social, passei minha juventude dentro de projeto social. Se eu sair agora, acho que não sei o que eu faço. Então, eu não consigo ver nada fora.” (Manuel).

Pelo que tudo indica, as trajetórias dos jovens nos projetos sociais das ONGs estão marcadas, não apenas pela experiência educativa ou formativa deles como público alvo; nem simplesmente como engajados em uma agenda temática ou uma causa, mas também pela atuação profissional.

Se for possível considerar que esta atuação dos jovens desenha-se como uma atuação profissional, eles poderiam ser reconhecidos como trabalhadores. E, portanto, a premissa evidente é a de que circulam em um determinado *mercado de trabalho*.

Circunscrevendo os projetos sociais das ONGs como um mercado de trabalho, algumas características do *campo* e *competências* desenvolvidas pelos jovens (já relatadas nos capítulos anteriores), são aqui novamente referenciadas, para compreender o sentido que eles atribuem a partir da lógica de um mercado.

Como funcionam os processos de seleção? Qual seria a expectativa de produtividade? Quais os “ativos” e habilidades desejadas, requeridas e desenvolvidas? Em suma, quais são as características que permitem fazer uma homologia do mercado dos projetos sociais em relação a outros mercados? A partir das evidências encontradas nos relatos, destaco a seguir as seguintes características que configuram a existência de um mercado de trabalho: rede de relacionamento, trabalho remunerado, sazonalidade do mercado dos projetos sociais e investimentos na carreira profissional.

Em um primeiro momento evidencio estes itens, valorizando os depoimentos dos jovens e em seguida, na seção “questões para debate”, apresento minha análise sobre a configuração dos projetos sociais como um mercado de trabalho.

4.1 Redes de Relacionamento

“E aí ela me disse ‘vai ter uma seleção, tal, tal’, aí me deu umas deixas, como eu deveria me comportar na entrevista, que ela ia como coordenadora ia tentar me jogar.” (Mario).

“Aí foi na época, eu tinha uns 16 anos e queriam mudar a equipe toda do projeto de apoio. Então cada pessoa que participava do apoio na época indicava acho que dois nomes pra poder participar da seleção dos estudantes. Aí o Gilson me indicou e indicou mais uma pessoa, eu fui ao dia que me chamaram”. (Manuel)

Duas redes reforçam as oportunidades dos jovens de circularem entre os projetos sociais: a rede de relacionamentos dos próprios jovens e a rede de comunicação informal entre as ONGs. Estas redes permitem a circulação de informações entre os gestores e educadores de diferentes projetos e organizações, seja presencial ou virtualmente, como também (e mais eficazmente) entre os jovens, que disseminam para seus grupos e círculos de amizade:

“Foi uma menina chamada Vanessa, falou comigo assim ‘ah, Mariana, vai ter uma seleção para uma ONG pra participar de um projeto. Aí fui chamei um monte de amigas minha, ‘oh, vai ter seleção’”. (Mariana)

Mariana manifesta o papel que uma organização exerceu nas oportunidades de qualificação profissional e ampliação da rede de relacionamento: *“a {ONG A} ela dá uma visibilidade muito grande e abre muitas portas. Aqui eu conheço muita gente, oportunidade de fazer algum curso, de fazer alguma conferência, de conhecer mais gente aqui, acho que a ONG abre esse espaço”*.

No caso do Mauricio, mesmo tendo uma posição mais autônoma, uma vez que se inseriu no circuito do cinema, ainda assim, indagado sobre como chegou até a área do audiovisual, confirma: *“foi pela ONG e eu já tava tomando gosto por cinema, tanto que eu fui fazer Darcy Ribeiro, a escola de cinema, e tinha o espaço da ONG”*.

4.2 Trabalho remunerado

“Aí eu falei ‘ah, vou me inscrever’. Muita gente se inscreveu, eu me lembro, eles anunciaram que iam dar uma bolsa de 100 reais por mês. Então teve aquela enxurrada, eram filas e filas. Aí eu comecei, foram três etapas de seleção, aí eu fui selecionada e comecei a trabalhar no posto de saúde.” (Mariana).

A bolsa está atrelada ao processo de seleção dos jovens, configurando a remuneração como uma das características que sustenta a hipótese de que os projetos podem ser considerados um mercado de trabalho.

Se para a ONG, no primeiro momento, a bolsa pode ser compreendida como uma “ajuda de custo”, com vistas a manter os jovens nos espaços de formação temáticos, para os jovens já é vista como um trabalho. Nesse sentido, os pedidos ou tarefas a serem feitas (horários, participação, organização logística das atividades etc.), mediados pela bolsa, podem trazer outra conotação na relação deles com as atividades sugeridas.

Ou seja, eles não participam de maneira voluntária ou espontânea, mas como uma obrigação, respondendo a uma tarefa de trabalho:

“(…) é bom enfatizar que a gente trabalhava pra caramba, muito mesmo, a gente virava noite, a gente pesquisava, a gente fazia etnografia em vários lugares, nos sambas, no samba que acontecia na Maré, no pagode, embailes, é isso, é aquilo, produzia pesquisas, artigos”. (Mario).

Sendo um trabalho remunerado para os jovens, torna-se parte fundamental de sua sobrevivência, que toca de modo bastante evidente um traço de sua condição juvenil, que é o desejo (e necessidade) de autonomia financeira frente aos pais e/ou responsáveis familiares.

Os quatro jovens entrevistados já participaram de mais de um projeto social de ONGs distintas, revelando assim a existência de um “circuito dos projetos

sociais”, pelo qual eles transitam. Mario pontua os diferentes projetos pelos quais circulou. As possibilidades de escolha indicam que há uma oferta no mercado. *“Os dois {projetos} ofereciam bolsa. O {projeto A} uma bolsa secundária de 80 reais.”*

Na sua decisão sobre as escolhas, chama atenção o desejo de adequar o trabalho à satisfação pessoal, para além da bolsa. Nota-se que há uma racionalidade nas escolhas, como qualquer trabalhador que sonha em acomodar o que gosta de fazer e ser remunerado por isso.

“A bolsa que eu ganhava me complementava, dava pra comprar algumas coisas, mas aí começou a surgir o outro interesse, de trabalhar mesmo essa questão pessoal minha, entender. Porque no {Projeto A} eu tive uma atenção, no {Projeto B} eu tinha uma atenção, tinha não, tenho ainda, porém tinha certo limite, entendeu? E aí no outro não, eu já tinha uma atenção muito maior. Começou a surgir questões pessoais que eram necessárias serem discutidas, mas não era pra ser discutida, porque o projeto não abordava aquela questão. E no outro não, no outro eles entendiam que isso fazia parte” (Mario).

Nesta última passagem, revela-se que, mesmo com o desejo de adequar o trabalho à satisfação pessoal, não se perdem de vista as possíveis incompatibilidades entre a carga de trabalho e a remuneração. Manuel é bastante enfático nesta questão, explicitando o que poderia ser um problema recorrente instalado no mercado de trabalho dos projetos sociais:

“Os projetos sociais desvalorizam muito os jovens – ‘ah, vou te dar uma bolsa de 150 reais’ - cara, eu tenho família, acho que as pessoas não levam em consideração isso; aquele jovem tem família, aquele jovem tem que trabalhar, eles acham que a gente tem de estar à disposição do projeto, ganhando 125, 150 reais. Eu acho isso a maior sacanagem que as ONGs fazem com os jovens. Aí vem falar que a participação do jovem é importante, os jovens têm de estar nos espaços públicos, aí quando uma ONG contrata o jovem para participar de um projeto, por que dá 150 reais pro jovem?”

A bolsa tanto pode servir para que os jovens sintam-se mais independentes, como pode contribuir com o orçamento familiar:

“Eu tinha família, estava ganhando uma bolsa de 125 reais somente. Paralelo ao projeto social, eu trabalhava em obra pra poder sustentar a família, até hoje eu ainda faço uns trabalhinhos também (...). O projeto demandava muito tempo, o pessoal falava, é só uma coisinha, não era, não levava só dez horinhas. Então, assim, demandava muito, ou eu trabalhava na obra, ou eu ia pros eventos.” (Manuel).

4.3 Habilidades valorizadas

“Aí chegamos lá, gente pra caraca, usaram uma dinâmica de interação, o pessoal participou, falou o que tinha que falar. Na época eu nem entendi porque eu passei, era muito tímido na época, muito, muito tímido. Aí eu passei na primeira fase, passei pra segunda fase – era uma conversa com os coordenadores do projeto” (Manuel).

Tal processo de seleção, indicado no depoimento, parece avaliar habilidades já existentes e que, provavelmente, serão desenvolvidas nos espaços de formação propostos. É muito significativa a aposta em algumas habilidades, que produzirão um “educador” ou “monitor” que faça a “multiplicação” dos temas.

“Me perguntaram ‘você gosta de falar bastante?’, ‘gosto’, gosto ‘porra’ nenhuma. ‘Você sabe mexer em computador, nessas coisas assim?’, ‘Pô, muito bem’. Eu não sabia o que era computador direito, não sabia mexer em nada, nada.” (Manuel).

Para contratar profissionais das áreas de gestão, administração, comunicação, educação etc., são exigidas habilidades técnicas específicas. No entanto, para os jovens as habilidades valorizadas, são talvez de ordem mais subjetiva. Dizem respeito aos traços de comportamento e capacidade de inserção, circulação, comunicação e mediação nas comunidades. Indagada por que acha que foi selecionada em um dos projetos sociais, Mariana afirma:

“Eu acho que fui selecionada, porque eu demonstrei muito interesse. Muito interesse, e como eu te falei, pelo meu jeito de ser muito agitada, eu sou muito pró-ativa. Eu nunca esperava alguém pedir pra fazer alguma coisa, eu já tava fazendo. Eu também falo pra caramba, comunicação, com certeza, faz diferença” (Mariana).

Mauricio aponta outra habilidade desejada: *“é aí que eu me vejo, eu me sinto um mediador. Eu me sinto parte daquele outro lado, eu acho que tô no meio de uma linha”*.

4.4 Sazonalidades do/ no trabalho:

“Eu nunca trabalhei num emprego formal. Eu sempre tive projetos sociais, desde os meus 13 anos de idade até os 22, só trabalhei com projeto social” (Mariana).

Uma característica dos projetos sociais é a aleatoriedade com que as ofertas surgem. Diferentes tempos na gestão de um ciclo de projeto aliado a disponibilidade de financiamento, são os fatores que podem justificar o modo pelo qual os jovens transitam por estes diferentes projetos. Se por um lado, para as ONGs é um fator corriqueiro a descontinuidade dos projetos na medida em que encerram os financiamentos, por outro, para os jovens, traz outro efeito: *“cara, é difícil, é o que me apavora mesmo. Hoje pode ter dez projetos bombando e amanhã eu não ter financiamento”* (Mariana).

Manuel, em seu relato, faz notar o quanto o efeito desta descontinuidade causa transtorno e se incomoda com o fato de que esta característica é algo inerente ao mercado:

“A maioria das organizações, de uns dois anos, acabou, some, desaparece dos projetos. Têm projetos que não deixam vestígios, ninguém comenta mais sobre eles. Acaba aquele projeto, acabou. Aí o cara fica na merda, vai conseguir outro e acabou. Outra coisa são as condições de trabalho mesmo: você trabalhou dois anos naquele projeto e a ONG diz que acabou aí acabou mesmo, vamos partir pra próxima”.

As aleatoriedades das ofertas implicam também em diferentes valores da bolsa ou de alguma remuneração maior, a depender da experiência do jovem trabalhador e de como ele “sobe” na hierarquia do projeto social:

“Acabou o {projeto A} eu recebia 300,00, deu uma caída no orçamento. Tinha o {projeto B}, eu recebia 600,00. Aí, de repente, acabou o projeto de uma hora para outra. Então, ele {o coordenador do projeto} falou, ‘vocês vão receber o dinheiro até o filho de vocês fazer seis meses’. Então, eu acho que meu filho tinha um mês, eu fiquei cinco meses recebendo ainda e ela ficou ainda uns oito meses.” (Manuel).

Numa outra situação que expõe a fluidez e a circulação no mercado dos projetos sociais, Manuel relata:

“Eu gostava tanto da {ONG A} na época que eu fazia qualquer coisa, só pra ficar perturbando. Acho que eu fiquei um, dois meses sem projeto nenhum na ONG, trabalhando só na {ONG B} mesmo, foi quando surgiu a oportunidade do projeto {na ONG A}. Eu consegui dinheiro em outros projetinhos que eu participava, de ONGs também (...) os outros projetos que eu participei foi o projeto que me tirou da merda mesmo, que era pra dar oficina em dez escolas do Rio de Janeiro. Eram trezentos contos cada oficina, eu fui a todas, não perdia nenhuma. Em final de ano, tava chegando o Natal, me tirava da merda mesmo (...) então essas coisinhas que surgiam, dá uma oficina ali, servia também pra segurar a onda da nossa família” (Manuel).

Ancorando-se no mercado dos projetos sociais, mas flutuando entre diferentes projetos mesmo com essa sazonalidade inerente, identifica-se com mais vigor para os jovens a sensação de que é um trabalho: *“Como acabou o financiamento, dos trinta {jovens}, só eu e o Rogério tínhamos sido contratados pra trabalhar na ONG. E aí foi muito legal, eu falei ‘caramba, tô trabalhando com isso’.” (Mariana).*

Mariana expõe que no decorrer do desenvolvimento dos projetos, alguns jovens são reconhecidos por suas habilidades que os credenciam para seguir assumindo outras funções nas ONGs, enquanto outros parecem não sair da

categoria de público alvo. Os que são reconhecidos têm maiores oportunidades na oferta do mercado dos projetos sociais.

“Eu acho ruim, porque não tem braço, não tem perna pra agregar tantos jovens. Essas pessoas o que vão fazer? Muitas esquecem aquilo ali (...) Então, eu acho que é ruim essa falta de continuidade, mas também não tem espaço pra todo mundo trabalhar, nem todo mundo tem vontade. Eu acho que fica mais as pessoas que têm interesse.”

4.5 Carreira

Assentado que a experiência de trabalho vivida nos projetos sociais é também um investimento na profissionalização, Manuel expõe que, a incorporação dos temas trabalhados nas formações pedagógicas, propostas pelos projetos sociais, não serve apenas para a experiência individual, cujo conteúdo o tornará um cidadão mais consciente dos direitos. A apropriação dos temas numa “linguagem de jovem para jovem”, viram “ativos” importantes.

Ao pensar sobre sua circulação nas diferentes temáticas propostas, Manuel narra uma conversa com outro jovem em que ambos avaliam se tal realidade (da apreensão de conteúdos em diferentes projetos) pode ou não, tornar-se uma vantagem competitiva:

“Ele falou uma coisa que eu passei a concordar com ele: isso é bom, porque qualquer área que você entrar, você consegue trabalhar, isso é bom, porque você consegue trabalhar. Por quê? Porque você não consegue se especializar numa área só, você não tem tempo pra conseguir se especializar numa área só, então, você pode trabalhar em várias áreas. E você acaba, quando você começa a ser um profissional realmente nessas áreas, você acaba sendo um tapa buraco. Tipo, eu tenho um projeto lá no ‘escambal do Judas’ sobre não sei o que, ah, mas você vai. - Não, não vou não, porque a minha especialidade é gênero, eu tenho uma especialidade aqui dentro. – Não, meu negócio é juventude. Ah, quem vai fazer? Bom, o Manuel. (...) Aí, vai, Manuel vai ter um trabalho lá sobre meio ambiente, quer pegar? – Ah, tranquilo vamos lá. (...)”

Na continuidade de sua análise aponta outro horizonte:

“Eu fico preocupado porque eu acho que tenho que ter um tema principal, um tema que eu tenho que ser especialista pra falar com propriedade sobre aquilo e se eu puder falar eu vou trabalhar com várias outras coisas, não, Manuel, vai trabalhar com juventude, participação e juventude, ponto.”

A lei básica da oferta x demanda do mercado, é a justificativa das reflexões do Manuel quanto à decisão em tornar-se especialista ou ser generalista, abrindo *campo de possibilidades* dentro do mercado dos projetos sociais das ONGs:

“A {ONG A} pede pra falar sobre participação juvenil. Aí ela vai surpreender sobre paternidade e gênero. Tipo, eu só sei falar de participação juvenil, aí já perdi um dinheiro agora (...). Mas, hoje em dia, as pessoas estão me cobrando em todas as áreas, ‘vai dar um palestra sobre paternidade’ (...) Agora, tipo assim, mesmo se não souber falar sobre tudo, houve um contrato – a especialidade do Manuel é falar sobre vastos lugares, ele pode falar sim sobre juventude, tem que ter um conhecimento básico”,

Indagado o que ele gostaria de fazer enquanto militante, no meio de sua narrativa sobre as características de um trabalho profissional, Manuel sentencia a distinção entre o sentido do engajamento político com o do trabalho: “*A questão de montar os grêmios essas coisas, mas não como trabalho mesmo, ia ser mais militância mesmo nesse sentido*”.

A relação entre os projetos sociais das ONGs e os programas públicos governamentais está retratada na narrativa do Manuel quando, ao fazer projeção de sua carreira, aponta o campo governamental como outro espaço possível de trabalho:

“Acho que o único lugar, além do projeto social no sentido social ONG, me vejo trabalhando mesmo é, cara, acho que é o contato com o governamental. Me vejo muito na questão de lidar com as políticas públicas participativas, que é uma das coisas que eu gosto de trabalhar.”

Pode-se cogitar, a partir de sua narrativa, que os espaços abertos de participação social - nos quais os jovens são estimulados a ocuparem representando os projetos sociais e as ONGs – funcionam, menos como espaços onde os jovens podem incidir em políticas públicas, e mais como campos de mediação nas suas carreiras profissionais. Ocupar tais espaços (conselhos, conferências etc.), além de ser uma tarefa atribuída no tempo dedicado ao trabalho que exercem nas ONGs, é também oportunidade de tomar contato com outros projetos, incluindo os programas e ações governamentais.

Similar à trajetória do Manuel, Mariana aposta seu investimento na qualificação profissional. No entanto, sua aposta não é no acúmulo de distintos temas, ou seja, não lhe interessa participar de cursos sobre diferentes assuntos, mas sim frequentar espaços de formação que contribuam ao aprimoramento da sua metodologia de trabalho. Mariana quer aprender novas e diferentes maneiras de desenvolver oficinas na sua área temática (saúde e sexualidade), junto a outros jovens. Seu desejo de “tornar mais técnico” o que faz, indica a expectativa de valorização de sua posição no mercado.

“Eu estou numa agora de querer trabalhar essas questões, que eu já trabalho, de saúde, de direitos, de mulheres, uma coisa mais cultural, mais lúdica. Acho que a dança, o movimento, tem muito a ver com o corpo, com a sexualidade, sei lá, de juntar uma coisa com a outra, eu acho que eu estou muito nessa linha.” (Mariana).

Em outro momento da narrativa, Mariana aponta o desejo de realizar algum projeto no local onde foi nascida e criada, na favela da Maré. Incomoda-se com o fato de realizar tantos projetos na ONG em que atua, de ir a diferentes lugares, mas não conseguir estabelecer uma conexão com a sua localidade de origem. Diante deste relato, averiguo se, similar ao Mario, ela não montaria uma ONG na Maré:

“Não sei, eu não montaria uma ONG não. Acho que não é meu ideal, eu não quero ter uma ONG. Eu não faria, admiro, sabe?”

{O Mario} Eu acho que é muito difícil. Aí o exemplo dele, ele montou uma ONG, eu acho que ele não teria tanta força, se não tivesse se associado a {ONG A} porque eu não, não sei, porque pra mim não funciona, pra mim seria mais uma, mais uma ONG. (...) montar uma ONG eu acho que não. Acho que não, talvez algumas iniciativas, alguns projetos, se surgir um edital que eu possa inscrever algum projeto”. (Mariana)

Mauricio aponta outra característica importante no mercado dos projetos sociais das ONGs. O fato de que “nem todos terão o seu lugar ao sol”. Ao relatar o seu trabalho de condução na formação em audiovisual em um projeto de ONG, aponta que é preciso ter estratégia para potencializar os investimentos nas carreiras dos jovens que passam pela experiência. A medida do sucesso deste investimento será a continuidade do ciclo dos projetos sociais:

“A gente tem uma turma de cinquenta pessoas, é claro que a gente não vai ter cinquenta jovens cineastas, a gente não vai ter, mas a gente tem três que tem potencial pra isso. Esses três a gente tem que tentar comercializar isso (...) é ter já pensado aqui uma verba x pegar esse maluco ‘olha só, agora você vai fazer aquele curso lá, você vai fazer pré-vestibular, porque a gente vai querer que você entre na universidade, pra você voltar pra ONG e fazer isso’. É potencializar isso.” (Mauricio).

Ainda faz uma crítica a outros projetos que não investem na capacidade empreendedora dos seus públicos.

“Os projetos pros jovens são meio que paliativo, é meio que um *band-aid* para um ferimento que tem que ter cirurgia. Não tem que ser algo passageiro na vida dele, tem que ser algum momento da vida dele, tem que ser algo pra injetar, pra transformar, pra moldar ele; como foi a Maré na minha vida, como foi {ONG A}” (Mauricio).

No mesmo momento em que, anuncia a necessidade de investimento nos jovens para que se “moldem” e favoreça a continuidade das ONGs, Mauricio sinaliza o desejo em manter certa autonomia das amarras institucionais que

são inerentes, quando, por exemplo, há algum tipo de posicionamento público, distinto do posicionamento individual.

“Eu ficava pensando dessa coisa mesmo de me privar, quando você se envolve tanto com a ONG, liderando mesmo, você vive daquilo e acabou. E eu não vivi tanto daquilo, eu me vejo sendo isso que eu sou, podendo criar, ser um artista mesmo, é aí que eu me vejo. Tanto que esse diálogo que eu tenho com a ONG é um pouco isso, é eu ter essa liberdade, eu tá aqui como instituição e tal, criando, elaborando coisas, mas também com a minha abertura de que amanhã eu vou fazer o que vier na cabeça, eu vou criar, eu vou fazer e ter essa abertura pra isso.”.

Ter autonomia, não significa por outro lado, perder um alinhamento. Mauricio põe em xeque o próprio investimento no desenvolvimento da autonomia proposto pelos projetos sociais:

(...) Até porque uma coisa vai engrandecer a outra, eu sendo um grande artista vou conseguir levar {a ONG A} comigo; a ONG, vai conseguir me levantar como artista acho que é uma relação de troca.

4.6 Sentidos do trabalho:

Ter habilidades valorizadas, juntamente com outras motivações e status que possam obter frente à comunidade, oferece um novo sentido ao trabalho nos projetos sociais das ONGs. Manuel relata sua motivação:

“Eu comecei a trabalhar com jovens e começou a me motivar. Pelo respeito que as pessoas começaram a ter comigo, sabe, basicamente uma das coisas que eu falo é que dá uma força à liderança comunitária. Então, eu comecei a dar oficina pro meu pastor, oficina pras tias que cuidaram de mim quando eu era criança, então isso começou a me motivar também, além dos jovens, que era um trabalho legal, tinha muitas meninas, então status, então trabalhar com as lideranças, que eram as minhas lideranças.”

O reconhecimento público, a atribuição de outras tarefas⁴² e a continuidade sistemática na condução dos espaços de formação criados pelos projetos sociais, gerou nos jovens entrevistados, uma motivação para a qualificação profissional. Mesmo que sem muita clareza em como categorizar, em um enquadramento funcional, as operações que executam nos projetos sociais. Mariana relata:

“Assim, eu realmente queria estudar isso, seguir com isso sempre (...) é trabalhar com, esse ‘isso’ que eu digo é trabalhar na área social, principalmente, na militância por direitos, direitos sexuais, contra a violência, saúde (...). Aí eu falei: eu vou fazer Serviço Social. Porque eu acho que tem essa coisa do social mesmo. Eu achei que englobava mais, e agora também, atualmente, eu faço Dança na UFRJ”.

Ao ver a experiência como um exercício profissional, os anseios vão para além de se tornar um jovem mais consciente, participativo, solidário e atuante socialmente, como está na retórica dos projetos sociais. Trata-se da expectativa da mobilidade social, da luta por reconhecimento e por agregar algum valor ao que é exercido profissionalmente.

“Agora você tem que trabalhar, educação e cultura é supérflua, se você faz uma dança, mexe com uma câmera é supérfluo; e hoje a gente tá vendo que não, isso também é necessário, é uma necessidade, é trabalho e é algo pra gente modificar diversas outras coisas (...) isso é difícil, eu quero me inserir no mercado, eu quero fazer comercial, fazer filme, ‘Pô, cara, fez o filme e vai passar na Globo, você tá se vendendo, você tá indo no Faustão’. Tem essa coisa da ONG, a gente tá aqui, a gente é da esquerda, é popular, tem que bater de frente; eu penso que não, eu não quero trocar de lugar com eles, mas eu quero ter o que eles têm também”.

⁴² Os jovens são bastante acionados para ocupar espaços de representação política. Seja representando das entidades ou mesmo da categoria da juventude.

4.7 Questões para debate:

Muitas são as questões trazidas pelos jovens, no que diz respeito à relação entre suas experiências e o mercado de trabalho nos projetos sociais. Como a ponta de um iceberg, me parece que tais questões estão vinculadas a problemáticas ainda mais complexas. No entanto, para explorá-las seria necessário maior aprofundamento. Destaco, ao menos, dois temas que a meu ver, são decisivos para sustentar a hipótese de que os jovens, ao participar de projetos, estão atuando como trabalhadores de um mercado de trabalho específico.

O primeiro diz respeito à configuração do mercado de trabalho no mundo contemporâneo e o segundo a questão do empreendedorismo.

4.7.1 Um “novo” Mercado

O que caracterizaria o mercado de trabalho no mundo contemporâneo? Sennett (2009) em *A corrosão do caráter*⁴³ busca compreender a situação atual das relações de trabalho, fazendo uma triangulação entre a dinâmica de produtividade das institucionalidades do mundo do trabalho, os valores sociais vigentes e os comportamentos individuais. Ao falar sobre as novas formas de trabalho, no cenário em que ele chama de novo capitalismo, destaca algumas características que sustentam sua tese. Destas, recupero três, com as quais eu faço relação com a realidade retratada pelos jovens. São elas: a deriva, a rotina e a flexibilidade.

A deriva refere-se à relação do trabalhador com o tempo. Um tempo que já não é mais linear, mas descontínuo e que, portanto, afeta o sentido de mobilidade social. Se no século passado as relações de trabalho eram mais duradouras ou estáveis, o trabalhador que quisesse, poderia tanto permanecer na mesma posição (beneficiado por certa estabilidade) quanto projetar sua carreira de forma ascendente na mesma instituição.

⁴³ Neste trabalho Sennett dispora suas reflexões sobre o mundo do trabalho, fazendo paralelos entre o mundo do trabalho na configuração atual com a do início do século passado. Seu olhar espacial mira as empresas americanas.

No novo capitalismo, segundo o autor, os planos de mobilidade se alteram, na medida em que, as ofertas de trabalho surgem no mercado cada vez mais instáveis. Questão que me faz indagar: é possível criar possibilidade de mobilidade social na imprevisibilidade do mercado dos projetos sociais das ONGs? Até onde os jovens ascendem socialmente dentro deste mercado?

Em relação à rotina, o autor destaca aspectos como a ordem e a repetição que são recorrentes no trabalho. Antigamente na repetição, o trabalhador executava a mesma tarefa várias vezes e com isso ele mesmo tinha maior controle sobre seu fazer. Em tese, isso geraria pouca inventividade nos postos de trabalho.

Atualmente, no novo capitalismo, diz-se que o trabalho que não tem tanta repetição abre espaço para a criatividade e inovação. A busca pela inovação foi transmutada do setor empresarial para o campo das ONGs e torna-se, inclusive, critério para o acesso a financiamentos. Contudo, a possibilidade de executar tarefas com criatividade e inovação, não significa que não haja rotina.

Destaco, por exemplo, os jovens que trabalham nos projetos das ONGs ministrando cursos, capacitações, encontros ou oficinas temáticas. Eles podem inventar formas criativas de fazê-las, porém, a exigência da criatividade e da inovação podem se configurar como parte de uma rotina e de uma repetição do trabalho.

Não é por acaso, que aumenta a demanda dos jovens pela qualificação profissional, conforme apontado por eles nos depoimentos. Seja buscando incorporar novos temas para melhor circular entre os diferentes projetos e oportunidades de trabalho; seja na apreensão por novas metodologias de ação educativa que possam subsidiar seu fazer criativo na repetição das oficinas que ministram de projeto a projeto.

No que diz respeito à flexibilidade, Sennett matiza o discurso segundo o qual, haveria maior autonomia de ação do trabalhador no mundo do trabalho no novo capitalismo. Ele aponta que, ainda que haja maior flexibilidade, o trabalho no mundo contemporâneo gerou novas estruturas de poder e controle. Essas estruturas se organizam em três elementos:

- 1) Reinvenção descontínua de instituições, onde a flexibilidade propiciaria mudanças institucionais, porém programadas e limitadas;
- 2) Especialização flexível de produção, que permite colocar cada vez mais rápido, “produtos” mais variados no mercado;
- 3) Concentração de poder sem centralização, que seria o estabelecimento de unidades de gestão, que teriam maior liberdade de desempenhar suas funções, só que compelidas a cumprir metas de produção em curto prazo.

Tais elementos dialogam com as experiências dos jovens como trabalhadores nos projetos sociais. A reinvenção contínua das instituições está retratada ao se observar a busca pela sustentabilidade no mundo empírico das ONGs. Podem ocorrer, por exemplo, mutações das missões e objetivos das organizações, em vista das oportunidades dos editais de financiamento.

Neste sentido, a retórica da transformação social veiculada pela missão das ONGs ou pelos objetivos dos projetos sociais, confronta-se com a necessidade da busca de parcerias com entidades financiadoras, que orientadas por seus pressupostos ideológicos (fundações empresariais, fundos religiosos etc.) podem restringir a capacidade de autonomia das ONGs frente aos seus objetivos.

No que diz respeito à especialização flexível de produção, que permite a entrada de variados “produtos” no mercado, é visível a quantidade de projetos sociais de ONGs que se abrem, com as mais distintas propostas de ação. Esta provisão de ofertas é facilitada pela flexibilidade da dinâmica operativa e produtiva das organizações e, pelo espectro amplo de temáticas em que propõem intervenções. Cada vez mais recortadas ou fragmentadas, estas temáticas geram especializações e competências singulares, sobre as quais os jovens buscam aprimorar.

Por fim, o autor afirma que, no fluxo gerencial das instituições, as novas unidades de gestão descentralizadas, abrigariam formas mais sofisticadas de controle. A descentralização pode gerar algum nível de desordem, mas não significa descontrole, nem tampouco ausência de poder hierárquico. O controle

passa a ser exercido, menos por uma unidade específica de gerentes e mais pelos próprios trabalhadores.

Na acumulação de argumentos que relaciona a ideia de flexibilidade, autonomia e criatividade, ocultam-se as metas a cumprir em curto prazo. Nesse sentido, o controle está nos prazos para a entrega dos “produtos” a serem apresentados, ainda que o trabalhador no processo de produção possa gerá-los com alguma autonomia de ação e criatividade.

Na realidade dos jovens entrevistados, dois deles recebem a nomeação de “consultores”, uma vez que avançaram na categoria profissional dos projetos sociais. As metas que precisam cumprir são: a feitura de projetos, a realização de oficinas e/ou capacitações, previamente estabelecidas nos projetos, e a mediação de processos comunitários que favoreçam a implementação dos projetos nas comunidades. Todos com prazos a serem cumpridos.

4.7.2 Empreendedorismo juvenil

Os depoimentos dos jovens, relativos às possibilidades de carreira no mercado de trabalho dos projetos sociais, trazem à cena aspectos relacionados ao discurso hegemônico do empreendedorismo. Seja na visualização de que as ONGs, investindo nos jovens, criariam as condições para que os mesmos assumissem postos de trabalho nas mesmas organizações; seja na criação de outras ONGs sob a liderança dos jovens.

Tommasi (2012) ao seguir um grupo de jovens de um coletivo de Hip Hop na periferia da cidade do Natal, revelou a existência de uma operação discursiva que produz formas de classificação social e emolduram as experiências vividas por eles em projetos sociais. Sua reflexão segue as trajetórias juvenis e o modo como alguns indivíduos deste coletivo reagem às classificações, que busca transformá-los de “grupo de risco” a “empreendedores sociais”.

“Nessa ótica, nos parece que os dispositivos acionados no campo da juventude procuram organizar o meio no sentido de traçar os caminhos a serem trilhados, as ações a serem

empreendidas, as palavras de ordem a serem defendidas. Por exemplo, os grupos precisam se ativar “correr atrás” da legalização para poder receber recursos, o que significa correr atrás da papelada, escrever relatórios, preparar planilhas orçamentárias prestações de contas. Todo um aparato técnico-burocrático, com seus léxicos, suas gramáticas e suas competências específicas, deve ser mobilizado (...). Nesse sentido, olhar para a trajetória desses grupos nos faz refletir sobre as mudanças que ocorreram nos anos 90, no Brasil, na abordagem da chamada “questão social”, mudanças que se expressaram numa inflexão significativa: das lutas pela cidadania e da reivindicação de direitos, à ênfase na questão da pobreza e da segurança pública, à difusão das ideias de ‘empreendedorismo’, ‘protagonismo’, ‘responsabilidade social’” (Tommasi 2012:114).

Já aludimos que, se em algum momento da história, as ONGs tiveram papel destacado no processo de democratização e luta por direitos, no presente, parecem aprisionadas à lógica da ordem liberal. Disto resulta que, ainda mantendo certa gramática em torno dos direitos e das lutas políticas (participação, democracia radical etc.), surgem também novas terminologias produzidas no âmbito do mercado que passam a se aplicar ao *social* como a ideia de empreendedorismo.

Um dos efeitos de poder⁴⁴ gerados pelo aprisionamento à ordem liberal seria a produção de dispositivos de controle, que passaria pelo assujeitamento e aceitabilidade dos próprios jovens, quando agenciam os modelos de ação propostos, em suas atuações sociais e comunitárias.

Ao mesmo tempo, o indivíduo estaria se deslocando neste espaço social em acordo com seus objetivos de engajamento e/ou de sobrevivência. Assim os jovens nos *projetos sociais*, confirmam os tempos de indeterminação (Oliveira & Rizek 2007), cuja condição juvenil se insere e, é marcada pela transitoriedade, instabilidades e ambivalências.

⁴⁴ Tommasi (2012), aporta a ideia de governamentalidade em Foucault, cuja definição, em síntese, discorre sobre os efeitos de poder que atuam sob os indivíduos e os inserem, com o seu consentimento, nas estratégias de governo das populações.

5. Últimas Considerações:

As interações vividas no campo das ONGs, durante a minha trajetória pessoal e profissional, me revelou um universo amplo de questões, que envolvem as práticas direcionadas aos jovens em territórios populares.

Ao delimitar este universo, na feitura deste trabalho de pesquisa, busquei identificar - a partir dos percursos biográficos de quatro jovens - um trânsito pouco refletido entre: ser público alvo, atribuir sentido a certo engajamento temático proposto nas práticas educativas dos projetos sociais de ONGs, e deslocar-se para assumir funções no que reconheci como um determinado mercado de trabalho.

Sabe-se que o trabalho é um eixo central nas trajetórias juvenis. Sabe-se também que o engajamento em causas sociais e/ou políticas, constitui-se como uma experiência significativa nas sociabilidades e pertencimentos gregários de jovens. Sendo assim, o que se encontrou nesta pesquisa, a partir dos relatos autobiográficos, refletem de algum modo, estas dimensões.

Expõe-se que o trânsito acima mencionado não tem nada de linear: é exatamente as intermitências, os fluxos descontínuos e os discursos produzidos nestes fluxos, que tornou a experiência destes jovens um problema de pesquisa.

Pelo que tudo indica, a hipótese inicial da existência de uma relação turva ou imprecisa dos deslocamentos e papéis dos jovens nas práticas das ONGs se confirmou. Apresentou-se também, uma concisa revisão de perspectivas analíticas presentes na atualidade, que tematizam direta ou indiretamente a condição dos “jovens de projeto”. Com a necessidade de compreender o que querem dizer tais perspectivas com esta alcunha, a partir das entrevistas com os jovens, trouxemos *à baila* o que incorre por vezes implícito e inferimos que “jovens de projeto” podem ser tipificados pelas categorias “jovens *público alvo* de projeto”; “jovens *engajados* de projeto”; “jovens *trabalhadores* de projeto”.

Buscando contornar as vivências dos jovens nestas categorias, o quadro teórico-metodológico referencial da pesquisa, atendeu a prerrogativa da importância dos relatos de sentido (Melucci 2003) através de suas narrativas

autobiográficas, compreendendo o espaço social específico das ONGs como microcosmos ou *campos* (Bourdieu), que estruturam e sustentam sistemas de significados (Schutz, 1974; 1979; Berguer & Luckmann, 2011). Por este caminho, fez-se uma breve descrição histórica e analítica do cenário institucional, no qual se movimentam os percursos biográficos de jovens envolvidos em projetos sociais.

No entanto, a imprecisão dos deslocamentos deles no interior das ONGs, parece ser muito mais complexa do que a simples incorporação de papéis distintos, tal como busquei compreender neste trabalho. A imprecisão é sintomática das novas formas ou sentidos atribuídos ao engajamento pelos jovens em suas participações nas ONGs e que, de certa maneira, convive com um contexto estrutural de muitas mudanças no mundo do trabalho, que rebatem em suas experiências profissionais no mercado dos projetos sociais.

Como o rol de questões é amplo e não tenho pretensões de esgotá-lo nesta dissertação, sinto-me à vontade para levantar pelo menos três, que surgem como desdobramento desta pesquisa e que, provavelmente, retornarão em reflexões posteriores.

A primeira é a relação do engajamento com o ambiente profissional. Se o engajamento a uma causa é necessariamente a construção de um vínculo ou pertencimento, e se estes se desenham em longo prazo, como pode coexistir com um sistema de relações instáveis e de curto prazo que configura o mercado de trabalho, em particular o dos projetos sociais? No que, afinal, se atém este pertencimento? É possível supor que o engajamento se sustente pelos vínculos afetivos gerados nas interações?

Os relatos dos jovens despontam um olhar sobre os projetos em sua face interna, ou seja, para além do que propõem externamente (mobilização, encontros, formação etc.) e nisso, visualiza-se o modo como certa *engrenagem* funciona. Financiamentos públicos, privados, uma lógica operativa que contém *contratos, hierarquias profissionais* e que busca *resultados, impacto, avaliações* etc. faz-nos inferir a existência de um mercado do social, que *via de regra*, busca a inserção de jovens como público-alvo; oferece remuneração, atribuindo-lhes diferentes nomeações e funções nos projetos. Caracteriza-se,

portanto, um ambiente de trabalho, cujos jovens, especialmente de territórios populares, é base simbólica e material.

Nesta perspectiva apontada por eles, surge a segunda questão: o fato de afirmarem identidades estigmatizadas ou marginalizadas (ser negro, morador de favela, gay, etc.), bases identitárias para os sentidos de engajamento, não se configuraria também como “ativos” que podem servir às ONGs para acesso a financiamentos e patrocínios? Não seriam também esses mesmos “ativos” encarnados na vida dos jovens que os fazem trabalhadores dos projetos sociais das ONGs?

Se assim proceder, temos um campo, que além de sustentar um sistema de significados, gera um ciclo: as ONGs conseguem recursos porque atuam junto aos jovens pobres (em geral negros e moradores da favela) e estes mesmos jovens passam a trabalhar para as ONGs mobilizando outros jovens, retroalimentando um sistema mercadológico. Teríamos então um efeito de poder, posto que ao se inserirem num *campo* e incorporar um *habitus* coletivo, os jovens movem suas *disposições* para melhor se situar, reproduzindo a lógica operativa e produtiva das ONGs.

Por último, a maioria dos jovens pontuou a existência de outros espaços e tempos onde sentem alguma satisfação pessoal e atribui algum sentido de engajamento para além do rol temático dos projetos sociais que tomaram contato. Mesmo buscando relacioná-los ao que fazem nos projetos, tais espaços e tempos não necessariamente são vinculados às ONGs. É o caso do Manuel quando revela sua vontade de militância em atuar com grêmios estudantis, ou do Mauricio, na autonomia que deseja manter nas produções pelo cinema, ou ainda da Mariana, nas suas incursões pela dança.

Tal situação fornece pistas para problematizar uma última questão: Este desejo em tomar “fôlego”, por outros circuitos, seria uma *linha de fuga*⁴⁵ à captura da lógica produtiva e operativa dos projetos sociais das ONGs?

⁴⁵ No sentido Deleuziano, a linha de fuga busca escapar dos limites do instituído que tende a captura, ao previsível, ao permitido e ao esperado. (Guattari & Rolnik, 2005)

As três questões apontadas que desdobram deste trabalho de pesquisa, revelam a complexidade das imprecisões que estão presentes no rol das práticas direcionadas aos jovens no espaço público. Certamente, novas e mais questões serão produzidas na história em movimento. Resta o desejo de que o refinamento e as análises do conjunto dessas questões para a compreensão dos fenômenos sociais sejam insumos que contribuam para o constante repensar das práticas dirigidas aos jovens.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: ANPOCS/Scritta, 1994.

_____. **Consideração sobre a tematização social da juventude no Brasil**. Revista Brasileira da Educação. São Paulo, n.5-6, p 25-36, mai/dez, 1997.

_____. **O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro**. In: FREITAS, Maria Virginia de (org.). Juventude e adolescência no Brasil: Referências conceituais. São Paulo. Ação Educativa, 2005.

_____ e BRANCO Petro Paulo Martoni (orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania/Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ALMEIDA, Isabel Mendes; EUGENIO, Fernanda. **Culturas Jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

BECKER, Howard. **Segredos e Truques da Pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BERGER, P. T., LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 12. Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. **Perspectivas sociológicas, uma visão humanística**. Petrópolis, Vozes, 1986.

BOBBIO, N. **O conceito de sociedade civil**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal. 1994

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta Moraes (org.). Uso e abuso da História Oral. 7ª ed. – Rio de Janeiro: ed. FGV, 2005, p.183-192.

_____. **Esboço de uma teoria da prática**. In. ORTIZ, Renato - A sociologia de Pierre Bourdieu. São Paulo: Ed. Olho d'água, 2003.

_____. **O campo científico**. In Pierre Bourdieu - Sociologia. Renato Ortiz (org.). Coleção Grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1983, p.122/155.

_____. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996.

CAMARANO, Ana Amélia (Organizadora). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Os jovens e a cidade: identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

_____. **Juventudes e cidades educadoras**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. **Juventudes: as identidades são múltiplas**. In: Juventude e sociedade – Revista da Faculdade de educação da Universidade Federal Fluminense, n 01. Maio de 2000.

_____. **Políticas Públicas de Juventude: desafios da prática**. In: Papa & Freitas (orgs.) Juventude em Pauta: Políticas Públicas no Brasil. Peirópolis, Rio de Janeiro. 2011, p. 237-250.

CASTRO, M. G; ABRAMOVAY, M.; RODRIGUEZ, E. **Políticas Públicas de/para/com Juventudes**. 1. Ed. Brasília: UNESCO, 2004. V. 1. 304 p.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças; ANDRADE, Eliane Ribeiro de. **Cultivando vida, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza**. Brasília: UNESCO, Brasil Telecom, Fundação Kellogg, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001.

CECCHETTO, Fátima & MONTEIRO, Simone. **Discriminação, cor e intervenção social entre jovens na cidade do Rio de Janeiro (RJ, Brasil): a perspectiva masculina**. Rev. Estud. Fem., Jan./Apr. 2006, vol.14, no. 1, p.199-218.

CORROCHANO, Maria Carla. **O trabalho e a sua ausência: narrativas de jovens do Programa Bolsa Trabalho no município de São Paulo**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, USP, 2008.

COSTA, Antônio Carlos Gomes Da. **Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática**. Salvador, Fundação Odebrecht, 2000.

DAGNINO, Evelina. OLIVERA, Alberto. PANFICHI, Aldo. (orgs.) **A disputa pela Construção Democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, Campinas: Unicamp, 2006.

DAYRELL, J. & CARRANO, P. **Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo**. 2003. (Disponível em <http://www.uff.br/obsjovem/>)

DIÓGENES, G. M. S. **Cenas de uma tecnologia social: botando boneco**. 1. Ed. São Paulo: Anna Blume, 2004. 94 p.

_____. **Segurança Pública e Juventude: ressonâncias e dissonâncias**. Rio de Janeiro: Editora Petrópolis, 2011.

DUBET, François. **Sociologia da Experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

EISENSTADT, S. N. **De geração em geração**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FORACCHI, Marialice M. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Pioneira, 1972.

_____. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965.

FREIRE, Letícia de Luna. **Tecendo as redes do Programa Favela-Bairro em Acari**. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, PPGPS-UERJ, Rio de Janeiro, 2005.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1967.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, 1996.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. 7 edição, revisão, Petrópolis: Vozes, 2005

GOHN, Maria da Glória. 1997. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo, Edições Loyola.

IANNI, Octavio. **O jovem radical**. In: BRITTO, S. de Sociologia da juventude I — Da Europa de Marx à América Latina de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1968,

KUSCHNIR, Karina. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

LAHIRE, B. **Patrimônios individuais de disposições: Para uma sociologia à escala individual**. Sociologia, problemas e práticas, n.º 49, 2005, pp. 11-42.

LANDIM, Leilah. **Múltiplas identidades das ONGs**. In: HADDAD, Sérgio (org.).

ONGs e Universidades: Desafios para a cooperação na América Latina. São Paulo: ABONG. Petrópolis, 2002.

LEITE, Márcia Pereira. **Violência, risco e sociabilidade nas margens da cidade: percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas**. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. *Vida sob cerco – violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Faperj, 2008. P. 115 – 142

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. **A continuidade do ‘problema da favela’**. In Oliveira, Lúcia Lippi (org.): *Cidade: história e desafios*, Rio de Janeiro: Editora FGV/CNPq, 2002, pp.220-237.

_____. **Vida sob cerco – violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Faperj, 2008. P. 115 – 142

MAGNANI, José Guilherme C. **Tribos urbanas, metáfora ou categoria?** Cadernos de Campo – Revista dos alunos de pós-graduação em Antropologia. Departamento de Antropologia, FFLCH/USP, São Paulo, 1992.

MANHEIMN, Karl. **Funções das gerações novas.** In: FORACCHI, M. M. & PEREIRA, L. Educação e sociedade — Leituras de sociologia da educação. São Paulo: Biblioteca Universitária, 1978, p. 1-97.

MELUCCI, Alberto. **Busca de qualidade, ação social e cultura. Por uma sociologia reflexiva.** In: Por uma sociologia reflexiva. Pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis, RJ: Vozes 2005, p 25-42.

MISCHE, Ann. **De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política.** Revista Brasileira de Educação, nº 5 e 6, ANPED, 1997.

MOURA, Abdalaziz. **Aprofundamento sobre o conceito de protagonismo usado pelo Serta e Aliança com o Adolescente.** In: Ideias em construção. Documentos para estudo. Maio, 2004.

NEVES, Delma Pessanha (org.). **Mediação Social e Mediadores Políticos.** In. Desenvolvimento Social e Mediadores Políticos. Porto alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Sociedade Civil: Entre o político-estatal e o universo gerencial.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 18, n 52, p. 185-202, junho 2003.

NOVAES, Regina. MAFRA, Clara. (org.) **Juventude: conflito e sociedade.** Comunicações do ISER. Nº 50, ano 17, 1998.

_____. MELLO, C. C. A. **Jovens do Rio: circuitos, crenças, acessos.** Comunicações do ISER, 57, 2002.

_____. **Juventudes Cariocas: mediações, conflitos e encontros culturais.** In: VIANNA, H. (Org.). Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

_____. **Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias.** In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de. EUGENIO, Fernanda. (orgs) In: Culturas jovens: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p 105-120.

_____. **Os direitos da juventude no Panorama das políticas públicas no Brasil: conquistas e controvérsias.** In: Políticas Públicas de Juventude. Como anda o Brasil. UNESCO. Brasília, 2010, p 10-57.

_____. e VANNUCHI, Paulo (orgs), **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação.** São Paulo, Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2004, 304 pp.

OLIVEIRA, W. J. **Posição de Classe, Redes Sociais e Carreiras Militantes no Estudo dos Movimentos Sociais**. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, UFSC, Florianópolis, 2007.

PAIS, J. M. **Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro**. 3. Ed. Porto: Âmbar, 2005.

PANDOLFI, Dulce; GRYNSZPAN, Mário. **Poder público e favela: uma relação delicada**. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (Org.). Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

PERALVA, Angelina. **O jovem como modelo cultural**. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, ANPED, n 5/6, 1997.

PETRAS, James. **Os intelectuais: Uma crítica marxista aos pós-marxistas. Lutas sociais**. São Paulo, Xamã, 1996.

RANCI, Constanzo. **Relações difíceis: a interação entre pesquisadores e atores sociais**. In: Por uma sociologia reflexiva. Pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis, RJ: Vozes 2005, p. 43-66.

SALAMON, Lester. **A emergência do terceiro setor: uma revolução associativa. Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: FGV, v.33, n.1, p.5-11, jan-mar. 1998

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____, Ilse. **Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. Florianópolis, Ed da UFSC, 1987 (2 Edição).

SELL, Carlos Eduardo. **Introdução à sociologia política: política e sociedade na modernidade tardia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais no novo capitalismo**. Tradução: Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SOARES, LUIZ EDUARDO. **Segurança Pública e Gestão de Risco**. Texto/estudo, 2005, 11p.

SOBRINHO, André. **Entre a cruz e a caldeirinha: Disputa de sentidos em torno das ONGs e de suas práticas educativas direcionadas à população Jovem**. In: LYRA, Jorge; SOBRINHO, André; RIBEIRO, Cláudia; CAMPOS, Teresa; LUZ, Leonel; EDRADO, Benedito (Orgs.). Riscos, traços e tramas: reflexões sobre adolescências, juventudes e participação social. Recife: Instituto Papai; Canto Jovem; MAB, 2010.

SOUZA, Patrícia Lânes Araújo de. **Em busca da auto-estima: interseções entre gênero, raça e classe na trajetória do grupo Melanina**. Dissertação de Mestrado. Orientação: Regina Reyes Novaes. PPGSA/ IFCS/ UFRJ, 2006.

_____, Ilse. **Jovens, favelas e projetos sociais: novas trajetórias de Militância?** Disponível em

[http://www.ram2009.unsam.edu.ar/GT/GT%2058%20-%20Antropologia,%20Engajamento%20Militante%20e%20Participação%20Política/GT58-Ponencia\[Araújo\].pdf](http://www.ram2009.unsam.edu.ar/GT/GT%2058%20-%20Antropologia,%20Engajamento%20Militante%20e%20Participação%20Política/GT58-Ponencia[Araújo].pdf)

SOUZA, Regina Magalhães. **O discurso do Protagonismo Juvenil**. Tese de doutorado, USP, 2006.

SPÓSITO, Marília Pontes (coordenação). **O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social** (1999-2006). Belo Horizonte: Argumentvm, 2009. 2 v. Disponível em: Acesso em: 16 dez. 2009.

_____. **A pesquisa sobre jovens na pós-graduação: um balanço da produção discente em Educação, Serviço Social e Ciências Sociais**. In: O Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira. Belo Horizonte, MG: Argumentum, 2009

_____ y CARRANO, Paulo. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. In: Oscar Dávila León (editor): Políticas públicas de juventud en América Latina: políticas nacionales. Viña del Mar: Ediciones CIDPA.

SCHUTZ, Alfred. Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos de Alfred Schütz, (Org. Helmut R. Wagner). Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

_____. **Estudios sobre Teoria Social**. Buenos Aires, Amorrortu, 1974.

Sawicki, Frédéric; Siméant, Johanna. **Inventário da sociologia do engajamento militante. Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses Sociologias**. vol. 13, núm. 28, septiembre-diciembre, 2011, pp. 200-255. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, Brasil

TEIXEIRA, Ana Claudia C. **Identidades em Construção: As Organizações Não-Governamentais no Processo Brasileiro de Democratização**. Campinas, 2000. 166 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Ciências Humanas) – Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas.

THIRY-CHERQUES, H. R. **Pierre Bourdieu: a teoria na prática**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, Fev. 2006.

TOMMASI, Livia de. **Abordagens e práticas de trabalho com jovens: um olhar das organizações não governamentais brasileiras**. In: Revista de Estudos sobre Juventud-JOVENes, Ano 9, n. 22, enero-jun, México: Centro de Investigación y Estudios sobre Juventud, Instituto Mexicano de la Juventud, 2005.

_____, NOGUEIRA, M. J., & CORROCHANO, M. C. **Almanaque da Juventude e o Mundo do Trabalho**. Recife: Ação Educativa/FES/Rede Juventudes, 2007.

_____ & BEZERRA, M. A. **A arte do contornamento**. 4º Encontro Anual da Anpocs ST 31: Sobre as periferias: novos conflitos no espaço público, 2010.

_____. **Nem bandidos nem trabalhadores baratos: Trajetórias de jovens da periferia de Natal.** DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 5 – n 1 - JAN/FEV/MAR 2012 - pp. 101-129

VALLADARES, Lícia. **A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, 15, 44, 2000.

_____. **A invenção da favela.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

WAUTIER, A. M. **Para uma sociologia da experiência.** 174. SOCIOLOGIAS. DOSSIÊ Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº 9, jan/jun 2003,

ZALUAR, Alba. **Maquina e Revolta** (2 ed.). São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. ALVITO, Marcos (Org.). **Um século de Favela.** Rio de Janeiro: FGV, 1998.